



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JOELMA MENDES DOS SANTOS

**O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Salvador
2021

JOELMA MENDES DOS SANTOS

**O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

Salvador
2021

Santos, Joelma Mendes dos
S237 O trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade
Federal da Bahia. / Joelma Mendes dos Santos. – 2021.
135 f.

Orientadora: Profª Dra Adriana Freire Pereira Férriz
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia,
Salvador, 2021.

1. Trabalho. 2. Ensino superior. 3. Estudantes – Programas de assistência. I. Férriz,
Adriana Freire Pereira. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III.
Título.

CDD: 362.77



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS
MESTRADO ACADEMICO



TERMO DE APROVAÇÃO

**“O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA”**

Joelma Mendes dos Santos

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Cristiana Mercuri de Almeida Bastos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 20 de dezembro de 2021.

Dou fé.

Prof.^a Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz

JOELMA MENDES DOS SANTOS

**O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 20 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Adriana Freire Pereira Férriz – Orientadora _____
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Cristiana Mercuri de Almeida Bastos _____
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Ney Luiz Teixeira de Almeida _____
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Fluminense, Brasil.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Às pessoas que acreditam em mim e me ajudam a alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À professora Adriana Férriz, pelas orientações com sabedoria, incentivo e confiança.

À professora Cristiana Mercuri de Almeida Bastos e ao professor Ney Luiz Teixeira de Almeida, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelas contribuições a esse trabalho.

Ao corpo docente, discente e técnico-administrativo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pela dedicação e conhecimento partilhado.

Às (Aos) assistentes sociais da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, com as (os) quais partilho os aprendizados e os desafios do trabalho profissional.

Às amigas Adriele, Cledna, Elisama, Fernanda, Heide, Michele e Verônica, pela compreensão e contribuições afetuosas.

À minha mãe, Maria Lúcia Mendes dos Santos, e meu pai, João Pereira dos Santos, pelo incentivo incondicional aos meus propósitos pessoais, profissionais e acadêmicos.

Às irmãs Márcia, Vânia e Elane, e ao irmão Jonas, pelo estímulo e confiança.

Às (Aos) sobrinhas (os) Laís, Davi, Ian e Benjamim, pela prazerosa convivência.

A Júlio Abimael Santos e Miguel, pela oportunidade da partilha.

Às (Aos) usuárias (os) da assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia, pela possibilidade de aprendizado constante.

Gratidão a todas (os) pela companhia nessa jornada!

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem
ela tampouco a sociedade muda”
Paulo Freire (2000, p. 31)

SANTOS, Joelma Mendes do. **O trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia**. 2021. Orientadora: Adriana Freire Pereira Férriz. 143f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

A presente dissertação trata do trabalho das (os) assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O objetivo geral foi conhecer o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da instituição. Para tanto, os objetivos específicos da pesquisa foram: caracterizar a assistência estudantil promovida pela UFBA; descrever o perfil profissional das (os) assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil da Universidade; analisar as condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da instituição e identificar e analisar as requisições, as demandas e respostas profissionais das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA. As elaborações teóricas que sustentaram o estudo se apoiam na teoria social crítica para desvelar os elementos constitutivos do processo de trabalho que estrutura a sociedade capitalista, marcada pelas desigualdades sociais e suas estratégias para manutenção da ordem vigente. O *locus* da pesquisa foi a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), responsável por desenvolver ações de assistência estudantil e ações afirmativas que integram a UFBA, com instalações nos municípios de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. Quanto à metodologia, o estudo se subsidiou no levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa empírica, por meio da aplicação de um questionário contemplando 43 questões relativas ao perfil profissional, às condições de trabalho e às requisições, demandas e respostas profissionais, tendo como sujeitos da pesquisa 13 assistentes sociais vinculadas (os) à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia. Os resultados da pesquisa apontam que o trabalho das (os) assistentes sociais na PROAE consiste na distribuição dos recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desta maneira, as (os) profissionais realizam, de forma prevalecte, atividades relacionadas aos processos seletivos para acesso das (os) estudantes às ações do Programa, tais como: estudos socioeconômicos, divulgação, orientação, acompanhamento social, dentre outras atividades correlacionadas à demanda por assistência estudantil. Conclui-se que o trabalho das (os) assistentes sociais na PROAE é realizado em um contexto de insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros.

Palavras-Chave: Trabalho/Trabalho Profissional. Educação Superior. Assistência Estudantil.

SANTOS, Joelma Mendes do. **The work of social workers in student assistance at the Federal University of Bahia**. 2021. Advisor: Adriana Freire Pereira Férriz. 143f. Dissertation (Masters in Social Work) – Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

This dissertation deals with the work of social workers in the context of student assistance at the Federal University of Bahia (UFBA). The general objective was to get to know the work of social workers during the institution's student stay. Therefore, the specific objectives of the research were: to characterize the student assistance promoted by UFBA; describe the professional profile of social workers who work in student assistance at the University; analyze the working conditions of social workers in the institution's student assistance and identify and analyze the requests, demands and professional responses of social workers in student assistance at UFBA. The theoretical elaborations that supported the study are based on critical social theory to unveil the constitutive elements of the work process that structures capitalist society, marked by social inequalities and its strategies for maintaining the current order. The *locus* of the research was the Dean of Affirmative Actions and Student Assistance (PROAE), responsible for developing student assistance and affirmative actions that are part of UFBA, with facilities in the municipalities of Camaçari, Salvador and Vitória da Conquista. As for the methodology, the study was based on a bibliographic survey, document analysis and empirical research, through the application of a questionnaire covering 43 questions related to the professional profile, to working conditions and to professional requests, demands and responses, having as research subjects 13 social workers linked to the Dean of Affirmative Actions and Student Assistance. The research was approved by the Research Ethics Committee of the Institute of Psychology. The survey results show that the work of social workers at PROAE consists of distributing resources from the National Student Assistance Program (PNAES). In this way, the professionals predominantly carry out activities related to the selection processes for students' access to the Program's actions, such as: socioeconomic studies, dissemination, guidance, social monitoring, among other activities related to the demand for student assistance. It is concluded that the work of social workers at PROAE is carried out in a context of insufficiency of human, material and financial resources.

Keywords: Work/Professional Work. College education. Student Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAED	Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEFET-MG	Centro de Educação Tecnológica – Minas Gerais
CEFET-RJ	Centro de Educação Tecnológica – Rio de Janeiro
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COAE	Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
CONSUNI	Conselho Universitário
COVID-19	<i>Corona Vírus Disease</i>
CPAE	Coordenação de Programas de Assistência ao (a) Estudante
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSVU	Conselho Social da Vida Universitária
CUE	Coordenação de Unidades Executivas
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
EAUFBA	Escola de Administração da UFBA
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FACED	Faculdade de Educação
FAN	Faculdade Nobre de Feira de Santana
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GEPESS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTI	Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação
IEDS	Investimentos Estrangeiros Diretos
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMS – CAT	Instituto Multidisciplinar em Saúde – campus Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NAPE	Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Educativas Especiais
NASIE	Núcleo de Atenção à Saúde Integral da (o) Estudante
NOAE	Núcleo Local de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PO	Procedimentos Operacionais
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PRODEP	Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PROGAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPCI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação
PROPG	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PROUNI	Programa Universidade para Todos

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU	Regime Jurídico Único
RU	Restaurante Universitário
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLS	Semestre Letivo Suplementar
SM	Salário-Mínimo
SUPAD	Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRB	Universidade do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade do Sul da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	23
2.1	O TRABALHO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO.....	23
2.2	O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO.....	39
2.3	O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	50
3	POLÍTICA SOCIAL, EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	62
3.1	A POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL	62
3.2	A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	72
3.3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: CONCEPÇÃO E TRAJETÓRIA	83
4	O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.....	90
4.1	A CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	90
4.2	O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFBA ...	102
4.2.1	O processo de trabalho.....	103
4.2.2	As condições de trabalho.....	112
4.2.3	As requisições/demandas e respostas profissionais	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICES	135

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como temática o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e vincula-se à linha 2 – Teoria Social, Trabalho e Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da mesma instituição. O desenvolvimento da pesquisa esteve orientado pela seguinte indagação: como se configura o trabalho das (os) assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil da UFBA?

A aproximação da autora com a temática da educação possibilitou a construção do objeto de estudo. A opção por esse recorte resulta dessa aproximação com a temática e reflete uma tentativa de identificar as ferramentas teóricas capazes de elucidar as amarras da realidade que circundam esse espaço sócio-ocupacional a partir da reestruturação produtiva e recrudescimento da política neoliberal, assim como as mudanças advindas do processo de expansão da educação superior, momento esse que se caracteriza pelo estabelecimento de novas exigências e requisições à classe trabalhadora, e que atingem duplamente o trabalho das (os) assistentes sociais.

A relação da pesquisadora com o objeto da pesquisa iniciou-se com a realização do trabalho profissional no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano), ação compartilhada entre o Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o objetivo de promover a elevação da escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias. A experiência no espaço sócio-ocupacional da educação ampliou-se a partir da sua inserção profissional, em 2009, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) e, em 2012, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), situações nas quais a profissional esteve vinculada a unidades responsáveis pelo desenvolvimento de ações no âmbito da assistência estudantil.

Essa proximidade com a temática ensejou inquietações relacionadas ao trabalho das (os) assistentes sociais nesse campo, impondo-se como uma necessidade a aproximação com as entidades representativas do Serviço Social para acompanhar as discussões e conhecer as experiências profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, num contexto de expansão das oportunidades. Imbuída desse objetivo, empreendeu-se uma participação ativa nos eventos promovidos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Neste último, como integrante da Comissão de Educação da 5ª

Região e, mais recentemente, da filiação ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na Educação (GEPESSE).

Na tentativa de melhor delimitar o problema de pesquisa, algumas indagações foram formuladas: como o trabalho da (o) assistente social é realizado na assistência estudantil da UFBA? Como está caracterizada e qual o perfil profissional das (os) assistentes sociais que trabalham na sua assistência estudantil? Quais são as condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da instituição? Quais as requisições, as demandas e respostas profissionais das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA?

Em busca de respostas às indagações supramencionadas, a pesquisa definiu como objetivo geral: analisar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, e como objetivos específicos: caracterizar a assistência estudantil promovida pela UFBA; descrever o perfil profissional das (os) assistentes sociais que trabalham na assistência estudantil da instituição; analisar as condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil, e identificar e analisar as requisições, as demandas e respostas profissionais das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade.

A profissionalização de assistentes sociais no Brasil processou-se na década de 1930 e a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho está relacionada às mobilizações da classe trabalhadora, ocorridas no século XX, como expressão do tensionamento exercido sobre o capital num determinado momento do seu processo de desenvolvimento. Com o propósito de conter as tensões decorrentes da relação conflituosa entre as classes fundamentais do capitalismo, as políticas sociais foram criadas pelo Estado, as quais têm se constituído historicamente em espaços sócio-ocupacionais para as (os) assistentes sociais.

A inserção de assistentes sociais no âmbito da educação é uma realidade desde os primórdios da profissão, mas apresentou um aumento significativo entre os anos de 1990 e 2000, como um dos resultados da política de expansão da educação superior adotada no país. No tocante ao sistema federal, a política de expansão esteve respaldada legalmente no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹ (REUNI). Entre as diretrizes do REUNI, constam a redução das taxas de evasão, aproveitamento total das vagas disponíveis, estímulo à mobilidade estudantil, revisão de estruturas acadêmicas, variedade nas modalidades de graduação e ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil. A reflexão sobre o processo de trabalho no qual se inserem

¹ Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

as (os) assistentes sociais é uma tendência histórica do Serviço Social. Nesse sentido, em 2012, foi publicada, pelo Conselho Federal de Serviço Social, a brochura intitulada “Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação” como resposta à demanda de profissionais inseridas (os) nesse campo. O referido documento tem como propósito anunciar aos profissionais a concepção de educação, orientadora do trabalho profissional que se alinha às estratégias de fortalecimento do seu projeto ético-político, traduzida na defesa de uma educação pública, de qualidade, laica e gratuita.

De acordo com o CFESS (2014), em paralelo à implantação da política de expansão, o processo ensejou a demanda por profissionais de Serviço Social, sendo estas (es) requisitadas (os), majoritariamente, para o trabalho profissional no âmbito da execução das ações previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)². O PNAES se destina à ampliação das condições de permanência de jovens nas instituições públicas federais de ensino superior através da democratização das condições de permanência e redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2010). O aumento da presença de assistentes sociais no âmbito da educação tem se refletido também na elevação da produção de conhecimento sobre a temática. As (Os) pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como docentes e técnicas (os) em exercício do trabalho profissional no âmbito da assistência estudantil, têm contribuído para a referida elevação, como consta nos estudos realizados por Kowalski (2012), Silveira (2012) Nascimento (2013), Marques (2014), Constantino (2015) e Araújo (2018).

Em recente tese defendida pela assistente social Mireille Alves Gazotto (2019), a pesquisadora catalogou, até o ano de 2017, o total de 255 produções, dissertações e teses, acerca do trabalho de assistentes sociais na educação, vinculadas (os) aos Programas Públicos de Pós-Graduação em Serviço Social. Desse total, a autora identificou 16 produções sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil, a partir de abordagens relativas à educação superior, contrarreforma da educação superior e do Estado, desafios impostos à profissão, às particularidades do trabalho de assistentes sociais, política/programa de assistência estudantil, autonomia relativa da profissão nesses espaços sócio-ocupacionais, dentre outros. Para a autora, “a pesquisa tornou-se, tanto para o processo de produzir conhecimento como para o próprio processo de intervenção profissional, ineliminável para a formação e intervenção profissional do (a) assistente social” (GAZOTTO, 2019, p. 117).

² Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Desta maneira, pressupõe-se que o esforço de investigação empreendido, além do seu objetivo inicial, tem o propósito de compor o escopo da produção de conhecimento acerca do trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil e colaborar com futuras produções acerca dessa temática, dando visibilidade às contribuições do Serviço Social na execução desta política. Ademais, julga-se que as reflexões teóricas desenvolvidas poderão colaborar com o processo de trabalho das (os) assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil na UFBA, além de propiciar um registro importante sobre o trabalho profissional realizado na instituição.

Quanto à metodologia, o estudo partiu de um levantamento bibliográfico, de uma análise documental e de uma pesquisa empírica. O levantamento bibliográfico possibilitou a apresentação e discussão das categorias teóricas que subsidiaram os capítulos teóricos. Para argumentação do capítulo intitulado *A divisão social do trabalho e a inserção de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil*, utilizamos as contribuições de Marx (1978, 2004, 2008, 2013), Lukács (2013), Antunes (2009) Druck (2011), e Mota e Amaral (2006) no que diz respeito ao processo de desenvolvimento das forças produtivas e suas particularidades na contemporaneidade. Para compreensão das características que conformam o trabalho profissional da (o) assistente social, a discussão apoiou-se basicamente nas análises de Iamamoto e Carvalho (2007), Iamamoto (2014, 2015), Raichelis (2009, 2011), Yazbek (2009) e Netto (2011). No tocante ao trabalho das (os) assistentes sociais na educação superior, a discussão esteve referenciada principalmente nas elaborações de Almeida (2003, 2007), CFESS (2011, 2014), Martins (2009), Férriz e Barbosa (2019), Paura (2012) e Piana (2009).

Para a construção do capítulo intitulado *A política social, educação superior e a assistência estudantil no Brasil*, partimos dos estudos de Behring e Boschetti (2008), Behring (2009), Faleiros (2009) e Iamamoto (2010) para evidenciar o processo histórico de constituição das políticas sociais na sociedade capitalista e suas características no contexto neoliberal. A discussão sobre a estrutura da política social e o processo de expansão da educação superior, marcada pela lógica da mercantilização e financiamento público da educação privada, com ênfase nas especificidades vivenciadas pelas universidades públicas federais brasileiras no contexto de expansão, foi subsidiada pelas reflexões desenvolvidas por Oliven (2002), Aranha (2006), Piana (2009), Mari (2009), Saviani (2010), Vasconcelos (2010), Lima (2012), Paura (2012), Silveira (2012) e Druck (2017). O desenvolvimento da discussão relativa à assistência estudantil esteve alicerçado nas contribuições de Magalhães (2013), Nascimento (2012), Vasconcelos (2010), Kowalski (2012), Dutra e Santos (2017) e

Imperatori (2017).

O último capítulo, dedicado à caracterização e análise sobre o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA foi construído subsidiado pelo roteiro de descrição do processo de trabalho coletivo no qual se insere as (os) assistentes sociais³. A etapa de análise documental foi realizada sobre a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil; o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais; o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil; a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que versa sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais; Resolução nº 04/99, que regulamenta a Política de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil para a UFBA; Resolução nº 01/04, que prevê a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do vestibular; Resolução nº 05/06, do Conselho Universitário (CONSUNI) – UFBA; Regimento Interno da Reitoria e Minuta da Política de Assistência Estudantil para Graduação na UFBA.

A pesquisa empírica ocorreu a partir da aplicação de um questionário on-line com 43 questões estruturado a partir de três eixos, contemplando questões relativas ao Perfil Profissional; Condições de Trabalho e Requisições, Demandas e Respostas Profissionais (Apêndice A). Os sujeitos da pesquisa são as (os) 13 profissionais de Serviço Social que integram o quadro da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), que possui como atribuição “[...] apoiar e assistir o corpo discente em suas necessidades, bem como planejar, fomentar, dirigir, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar os programas e projetos de ações afirmativas e de assistência estudantil” (UFBA, 2013, p. 37).

As (Os) assistentes sociais vinculadas (os) à PROAE estão distribuídas da seguinte forma: oito (08) na sede da PROAE, uma (01) na Creche, uma (01) no NAPE (Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Educativas Especiais), uma (01) no Instituto de Ciências Tecnologia e Inovação – campus Camaçari, três (03) no Instituto Multidisciplinar em Saúde/campus Vitória da Conquista. O questionário foi a técnica de investigação utilizada por

³ Documento disponibilizado pelo Professor Ney Luiz Teixeira de Almeida – Doutor em Educação pela UFF e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, no curso “Sistematização da atividade profissional do Serviço Social”, promovido pela coordenação de Desenvolvimento Humano, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas, em parceria com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade Federal da Bahia, realizado no período de 03 a 06 de outubro de 2017, com carga horária total de 48 horas.

considerar sua adequação aos objetivos da pesquisa e as vantagens relativas à economia de tempo e recurso financeiro, obtenção de maior número de dados, garantia do anonimato aos respondentes, flexibilidade para responder o instrumento, bem como o alcance de respostas inacessíveis em outras técnicas (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Vale ressaltar que, tendo em vista a realização de pesquisas com seres humanos, a presente investigação foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, tendo sido aprovada em 28 de agosto de 2020.

A participação das (os) profissionais ocorreu mediante a formalização de convite via mensagem eletrônica com a disponibilização do *link* do questionário on-line, que ficou disponível para preenchimento por 60 dias, nos meses de setembro e outubro de 2020, tendo alcançado o total de 11 respostas. A coleta de dados empíricos esteve precedida do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), dispendo de esclarecimentos relativos aos objetivos, relevância, garantia do sigilo, convite e solicitação de autorização para a utilização das informações coletadas na pesquisa (Apêndice B).

Os dados obtidos através dos questionários, por meio dos quais foi possível acessar informações detalhadas sobre o trabalho das (os) assistentes sociais na PROAE, foram agrupados em um quadro, contendo todas as falas das (os) participantes da pesquisa. Em seguida, foram catalogados conforme os eixos de análise, definidos a partir dos objetivos e analisados tendo como referência a temática investigada.

O levantamento de dados empíricos permitiu a caracterização do perfil profissional das (os) trabalhadoras (es), por meio do qual se conhece os sujeitos reais que executam o trabalho na instituição, considerando esta uma contribuição valiosa à apreensão das narrativas e perspectivas destas (es) profissionais sobre as situações vivenciadas nesse espaço sócio-ocupacional.

A análise revelou que a presença feminina é majoritária, representada por 82% de mulheres e 18% de homens, confirmando uma tendência histórica da profissão, registrada no último levantamento sobre o perfil das (os) assistentes sociais, realizado pelo CFESS em 2005, intitulado: “Assistentes Sociais no Brasil”, o qual demonstrou que a profissão é constituída por 97% de mulheres (CFESS, 2006). Quanto à orientação sexual, a identificação prevalente é a heterossexualidade, representada por 90% das (os) respondentes e 10% revelam homossexualidade como homossexual/gay. Situação semelhante ao levantamento nacional, realizado em 2005.

No que diz respeito ao pertencimento raça/cor/etnia, o grupo pesquisado declarou-se como 37% preta (o), 36% parda (o), 18% branca (o) e 9% amarela (o). Os dados demonstram uma alteração significativa se comparado ao levantamento do CFESS, que revelou uma maioria branca, ou seja, 72,14%. Quanto ao estado civil, 45% das (os) profissionais declararam-se casadas (os) e 55% solteiras (os). Os dados relativos à existência ou não de filhas (os) revelam que 45% possuem filhas (os) e 55% não possuem. Quanto a estas duas questões, ambas apontam para uma correspondência com os dados do estudo citado anteriormente.

No tocante à faixa etária das (os) respondentes, constatou-se uma variação entre as idades de 25 a 50 anos ou mais, sendo que nos intervalos de 25 a 29 anos, foi registrado 9%, de 30 aos 34 anos, 27,3%, de 35 aos 39 anos, 18,2%, de 45 a 49 anos, 27,3 e 18,2%, de 50 anos ou mais. A maior prevalência encontra-se nas idades de 30 aos 34 anos e 45 a 49 anos, que somados totalizam 54%.

Em relação ao ano de conclusão do curso de graduação, 9,1% ocorreram em 1985, 18,1% em 1995, 9,1% em 1997, 9,1% em 2009, 9,1% em 2012, 9,1% em 2013 e 18,2% em 2016. O grupo apresenta uma característica heterogênea, tanto quanto ao tempo de formação, contemplando formações subsidiadas por diferentes diretrizes curriculares, bem como quanto ao tempo de experiência profissional. Essa característica contribui para qualificação dos debates, com impactos positivos na concepção e operacionalização pertinentes ao trabalho do Serviço Social na instituição.

Em relação à Universidade, 91% das (os) assistentes sociais frequentaram a rede privada e 9% a pública. Cabe destacar que por mais de 60 anos o curso de Serviço Social na Bahia esteve vinculado às instituições privadas, sendo a primeira delas a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), que passou a oferecer o curso de graduação em 1944, a Faculdade Nobre de Feira de Santana (FAN) em 2002, e a Faculdade de Salvador em 2005. A oferta do curso de graduação em Serviço Social na rede pública de ensino teve início apenas no ano de 2008, quando a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) passou a dispor dessa formação especializada, seguida pela UFBA no ano de 2009 (LEPIKSON; ALMEIDA, 2019).

A totalidade de assistentes sociais respondentes informou ter realizado o curso de graduação na modalidade presencial e possui curso de pós-graduação, sendo a maior titulação em nível de mestrado, representada por 55%, seguida pela especialização com 45%. Sobre a

relação da pós-graduação com a temática da Assistência Estudantil, 73% informaram ter relação e 27% não possuem.

Sobre a composição da renda pessoal, 9% informaram renda de até 4 salários-mínimos, 36% de 8 a 10 salários-mínimos, 9%, de 5 a 7 salários-mínimos 46% e 9% acima de 10 salários-mínimos. Divergências salariais que ocorrem devido ao tempo de serviço na instituição, Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE)⁴, recebimento de gratificações, dentre outros. No que diz respeito ao tempo de trabalho das (os) assistentes sociais na UFBA, as (os) respondentes informaram que 9% trabalham há quatro meses, 18% há um ano, 18% há dois anos, 18% há seis anos, 9% há 11 anos, 9% há 14 anos, 9% há seis anos e 9% há 42 anos. Sobre o tempo de trabalho na assistência estudantil, 9% das (os) profissionais informaram três anos e oito meses, 9% dois anos, 18% quatro anos, 18% cinco anos, 18% seis anos, 9%, nove anos, 9% 11 anos, sendo 21 anos o maior tempo de trabalho registrado na assistência estudantil, representado por 9%. As (os) profissionais com maior tempo de experiência têm se constituído em uma importante fonte de informações acerca do trabalho do Serviço Social em decorrência de uma inexistente cultura institucional para esse tipo de registro.

O texto dissertativo estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro traz a *Introdução*, através da qual apresenta o objeto de pesquisa, o problema, a justificativa, os objetivos, a contextualização do tema, a metodologia e a apresentação da sua estrutura.

O segundo capítulo intitula-se: *A divisão social do trabalho e a inserção de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil* e tem como objetivo apresentar a discussão sobre o trabalho e a sua divisão social no modo capitalista de produção, tendo como referência a teoria social crítica. Nesse sentido, serão apresentados os elementos constitutivos do processo de trabalho e as mudanças relativas à sua organização no mundo a partir dos reflexos da implementação dos pressupostos neoliberais. Este capítulo versará ainda sobre a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, suas características, determinações e requisições impostas a esta profissão no modo de produção capitalista. Por fim, se dedica à caracterização do trabalho destes profissionais no âmbito da assistência estudantil a partir do contexto de expansão da educação superior da rede pública federal.

O terceiro capítulo, intitulado *A política social, educação superior e a assistência*

⁴ Lei nº 11.191, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

estudantil no Brasil, destina-se à discussão sobre a política social num país marcado pela dependência e subordinação ao capital, o que o localiza, do ponto de vista econômico, na periferia do mundo, com destaque para as contradições e complexidade dessa política na sociedade capitalista e suas características a partir da incorporação da lógica neoliberal. Essa discussão pretende subsidiar a análise sobre os impactos das medidas adotadas no âmbito da educação superior pública federal e estratégias adotadas pelo Estado para ampliar as condições de permanência para as (os) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O quarto capítulo, intitulado *O trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA*, se dedicará à exposição e análise dos dados relativos ao trabalho das (os) assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional.

Nas *Considerações Finais*, último capítulo do texto dissertativo, foram apresentados os principais aspectos dos achados sobre o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA.

2 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar uma análise sobre o trabalho e a sua divisão social no modo capitalista de produção, tendo como referência a teoria social crítica. As análises desenvolvidas neste capítulo adotam como pressuposto que o trabalho se constitui como uma categoria fundante do ser social, sendo este o responsável pela preservação da espécie humana.

Em seguida, apresenta os elementos constitutivos do processo de trabalho, sua divisão social e a generalização da mercadoria, mediados, por sua vez, pela ocorrência do trabalho abstrato e sua essencialidade para o funcionamento da sociedade capitalista. Tem ainda como propósito situar a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, suas características, determinações e requisições impostas a esta profissão, forjada no âmbito da sociedade emoldurada pela lógica capitalista.

Por fim, traz a caracterização do trabalho das (os) assistentes sociais, realizado no campo da política social de educação, mais precisamente do ensino superior, bem como as particularidades assumidas por esta categoria profissional na realidade brasileira.

2.1 O TRABALHO NO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

Para compreender o trabalho realizado a partir do modo capitalista de produção, faz-se necessário conhecer as características históricas que o submetem ao sistema moldado sobre a sua exploração.

Preliminarmente, parte-se do pressuposto de que o trabalho é uma capacidade inerente aos seres humanos. Sendo que, por meio dessa característica particular, é possível converter os recursos disponíveis na natureza em objetos úteis e meios de subsistência. Desta maneira, pode-se constatar que a transformação da natureza tem possibilitado à espécie humana o suprimento de suas necessidades básicas no que diz respeito à alimentação, proteção, abrigo, etc., o que favorece, ao longo da sua existência, a continuidade da espécie.

Portanto, observa-se que a potencialidade humana para o desenvolvimento do trabalho tem se manifestado diante da natureza como uma necessidade de autopreservação, pois o processo de transformação da natureza num dado momento se estabeleceu como uma condição para garantia de sobrevivência. Marx (2013) parte desse pressuposto ao afirmar que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 188).

Desse modo, ao submeter os elementos naturais dispostos na natureza à sua força, de forma intencional, tendo como finalidade pré-concebida a construção de algo útil, depara-se diante de si com a única alternativa viável para manutenção e reprodução da espécie, haja vista que “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 34).

Paralelamente, o trabalho realizado por seres humanos é revelador da capacidade humana de realizar projeções sobre o objeto a ser elaborado. Esta característica, inclusive, é o que diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros animais, orientados, por sua vez, unicamente pelo instinto. A este respeito, sintetiza Lukács (2013), ao afirmar que o trabalho é a marca da diferenciação entre o ser biológico e o ser social, nele encontrando-se a base para sua origem e desenvolvimento. Marx (2013) exemplifica:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2013, p. 189).

Assim sendo, considera-se que a transformação dos elementos naturais em ferramentas úteis ao atendimento das necessidades é uma característica inerente à espécie humana.

Marx (2013), ao aprofundar o estudo sobre o trabalho, observa que o domínio sobre a natureza é efetivado a partir de um processo. Segundo o autor, este processo pressupõe um elemento natural a ser modificado pela ação humana com uma finalidade idealizada antecipadamente. Desse modo, “no final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que

já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p. 188). Com isso, evidencia-se o processo de trabalho, constituído por três distintos elementos: finalidade, objeto e meios. Nas palavras do autor: “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 189).

Desta maneira, compreende-se como imprescindível ao processo de trabalho a definição prévia sobre algo idealizado, seguida da determinação dos recursos ou equipamentos disponíveis para alcance do pretensão objetivo. De acordo com Marx (2013), estes recursos ou equipamentos podem encontrar-se disponíveis de forma simples na natureza ou ainda representar resultado de trabalhos anteriores. A esse respeito, o autor explica que:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos [...], preexiste independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho (MARX, 2013, p. 189).

Assim sendo, evidencia-se que os meios de trabalho são fatores intermediários que se posicionam entre as (os) trabalhadores e o objeto, os (as) quais, do mesmo modo, têm a função de orientar quanto à ação a ser realizada sobre este objeto. Na definição deste autor, “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, p. 189). Observa ainda que “[...] ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito [...]” (MARX, 2013, p. 189).

Desse modo, é possível concluir que o processo de trabalho se revela, então, por meio da atividade humana ao imprimir uma modificação no objeto, recorrendo, para isso, aos meios ou equipamentos adequados, conforme a finalidade previamente concebida. Como consequência desse processo, um objeto que antes se encontrava disponível na natureza, ao

sofrer a interferência da ação humana, passa a exercer a função de satisfazer as necessidades desta espécie.

Não obstante, cabe ressaltar que, empreendida a modificação preconcebida sobre o objeto, o processo de trabalho desaparece com o produto, pois nesse instante foi transformado em valor de uso. O valor de uso é apreendido como “[...] um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma [...]” (MARX 2013, p. 190).

Numa perspectiva generalista sobre o processo de trabalho, Marx (2013) explica de forma didática a dinâmica que caracteriza a transformação do trabalho em um objeto útil. Para o autor:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [...] (MARX, 2013, p. 190).

Desta maneira, é possível perceber que todo o processo de trabalho tem como finalidade a elaboração de um produto. Sendo imprescindível a este produto, sobre o qual se incorporou trabalho, possuir valor de uso. Entretanto, observa Marx (2013), os valores de uso podem ingressar no processo produtivo de diferentes formas: como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final, a depender das necessidades da dinâmica produtiva. Para o autor, a variante determinante é o trabalho vivo, este sendo entendido como “[...] dispêndio de força de trabalho humana [...]” (MARX, 2013, p. 99).

Marx (2008), ao analisar o processo de trabalho, identifica ainda a presença de dois elementos – produção e consumo –, como dimensões características comuns e próprias do trabalho. A explicação desse dinamismo encontra-se expressa nas suas elaborações quando reconhece:

O indivíduo que ao produzir desenvolve suas faculdades, as gasta também, as consome no próprio ato da produção, exatamente como a reprodução natural é uma espécie de consumo das forças vitais. Em segundo lugar, produzir é consumir os meios de produção que se tenham utilizado e que se desgastam, e parte dos quais (na calefação, por exemplo), dissolvem-se de novo nos elementos do universo. Também se consome a matéria-prima, a qual não conserva a sua forma e constituição naturais, e que por isso mesmo é consumida. O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também um ato de consumo (MARX, 2008, p. 246).

Marx (2013), no desenvolvimento de suas reflexões a respeito do processo de trabalho, observa-o a partir de uma perspectiva que realça sua dinâmica para evidenciar as importantes e constantes transformações que o perpassam. O autor sinaliza que os meios de trabalho, aprimorados continuamente, são responsáveis pelas mudanças e características de cada contexto histórico. Para este autor, “[...] o que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’ [...]” (MARX, 2013, p. 189). Por esta razão é que os meios de trabalho, além de indicar o nível de desenvolvimento das forças produtivas, exprimem também as condições sociais nas quais elas se realizam.

A partir da discussão desencadeada por Marx (2013), é possível perceber que a especificidade do trabalho realizado no modo capitalista de produção é pertencer (no todo e em partes) ao capitalista, o qual, de posse dos meios de produção, pode comprar a força de trabalho. Esta, por sua vez, é entendida pelo autor como o “[...] complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2013, p. 179).

Face ao exposto, compreende-se que, sob o modo capitalista de produção, o trabalho passa a vigorar tendo como propósito assegurar a valorização do capital aos proprietários dos meios de produção. Contudo, alcançar este objetivo torna-se possível somente mediante a divisão da sociedade em classes, tendo em vista a separação dos meios de produção da força de trabalho (MARX, 2013).

Este fenômeno decorre da expropriação dos meios necessários à sobrevivência da classe trabalhadora, que, impossibilitada do acesso aos meios de produção, depende da venda da mercadoria – força de trabalho –, para a manutenção da sua existência. Para Marx (2013), a relação capitalista é decorrente da cisão instalada entre trabalhadores “[...] e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p. 515).

De acordo com o autor acima referenciado, estas são as condições preliminares para a acumulação primitiva do capital, sendo esta compreendida como “[...] o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 2013, p. 515), explicando que “ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2013, p. 515).

Notadamente, apoiada na discussão realizada por Marx (2013), considera-se que esse modo de produção pressupõe trabalhadores duplamente livres, por um lado livres para colocar à disposição do mercado sua força de trabalho, pois não mais “[...] integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc. [...]” (MARX, 2013, p. 515) e nem são, por outro lado, proprietários dos meios de produção, a exemplo do “[...] camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção [...]” (MARX, 2013, p. 515).

Desta maneira, a transformação em livres vendedores da força de trabalho apenas torna-se uma realidade possível mediante a destituição tanto dos meios de produção como das condições que mantinham trabalhadores sob a servidão e/ou obrigações corporativas. Em síntese, “[...] o produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa” (MARX, 2013, p. 515). Todavia, o autor chama a atenção que no modo capitalista de produção

A força de trabalho é comprada [...] não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago [...]. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital (MARX, 2013, p. 453-453).

Desse modo, impostas as condições para o funcionamento do modo de produção em vigência, resta àqueles que dispõem apenas da força de trabalho como condição para o provimento da própria existência, a alternativa de vendê-la aos capitalistas em troca de salário, o qual, por sua vez, representa apenas a devolução de uma pequena parcela daquilo que foi produzido pelas (os) componentes da classe trabalhadora individualmente, tendo como pressuposto que “[...] a taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga” (MARX, 2004, p. 24). O autor ainda acrescenta que este, por sua vez, “[...] condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador” (MARX, 2013, p. 454).

Contudo, vale ressaltar que, do ponto de vista da classe constituída pelas (os) representantes do capital, o salário corresponde ao custo do trabalho realizado. No entanto, “ao aparecer como preço do trabalho, a forma salário encobre toda a divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente (pago e não pago), fazendo com que todo o trabalho entregue ao capitalista apareça como trabalho pago” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 49).

De acordo com Marx (2013), o processo de trabalho submetido ao domínio do capital, como processo de consumo da força de trabalho adquirida pelo capitalista, expõe ainda dois fenômenos específicos: o primeiro diz respeito aos trabalhadores que executam o trabalho em obediência total e irrestrita ao comando capitalista, este, por sua vez, passa a ter propriedade sobre o trabalho produzido, exercendo sobre ele todo o controle e a garantia da sua execução de maneira mais eficiente e adequada, assim como da fiscalização permanente sobre a utilização dos meios de produção à disposição dos trabalhadores de forma a mantê-los preservados e livres do desperdício de matéria-prima. O segundo refere-se ao produto elaborado, que é de propriedade da (o) representante do capital, o qual foi adquirido diretamente mediante a aquisição da força de trabalho. Pois, sob a lógica capitalista, “[...] o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção” (MARX, 2013, p. 193).

Deste modo, é possível observar que a produção do valor de uso, comum a outros arranjos sociais, ingressa no circuito da produção capitalista como condição para produção de valor de troca haja vista que ao capitalista interessa a obtenção de lucros via produção de mercadorias, sendo esta a lógica predominante sobre a qual se opera a produção e reprodução social (LUKÁCS, 2013).

Na perspectiva analítica desenvolvida por Marx (2013), a mercadoria tem um caráter fundamental no funcionamento do modo capitalista de produção, ela consiste, em suas palavras, em

[...] um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão [...]. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 97).

Conforme visto anteriormente, no modo capitalista de produção, a mercadoria equivale ao produto de trabalho humano objetivado, dispêndio de força humana transformada em objeto útil e valor. Ademais, adverte Marx (2013), apenas configuram-se como mercadorias, em virtude de portarem-se duplamente como objetos úteis e simultaneamente como sustentáculos de valor. O autor assim justifica: “por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor” (MARX, 2013, p. 105).

Seguindo a trilha apontada por Marx (2013), compreende-se que o valor de uso e o valor de troca se constituem como elementos estruturantes da mercadoria, tendo em vista que “[...] nenhuma coisa pode ser valor⁵ sem ser objeto de uso” (MARX, 2013, p. 101), pressupondo, assim, a relação intrínseca entre mercadoria, valor de uso e valor de troca. Desta maneira, é possível constatar que as mercadorias devem dispor de, além de valor de uso, obrigatoriamente também de valor de troca, sendo esta última a condição que mobiliza o interesse capitalista, pois na produção de mercadorias “[...] o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca” (MARX, 2013, p. 194). Nessa perspectiva, para ingressar no intercâmbio das trocas, a mercadoria passa por um processo de equiparação, e, para alcançar este fim, toma como medida o tempo de trabalho humano empregado em sua construção. Na explicação de Marx (2013), esse processo ocorre “[...] por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, da quantidade de trabalho nele contida [...]” (MARX, 2013, p. 97).

Sendo assim, uma vez que o trabalho objetivado na mercadoria contém em si força de trabalho humana, ou seja, trabalho vivo transformado em trabalho abstrato, faz-se desaparecer a utilidade da força de trabalho humana do processo produtivo como a única possibilidade de geração de valor. O trabalho abstrato, nos termos de Marx (2013), corresponde em absoluto ao trabalho humano materializado, trabalho diferenciado. A este respeito, explicita que

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 98).

⁵ Para Marx (2013), valor de troca e valor têm o mesmo significado. Desta maneira, o termo valor de troca será utilizado nesse texto como uma forma abreviada de referir-se a valor.

Desse modo, pode-se constatar que o desenvolvimento capitalista depende tanto do trabalho, como da valorização, ambos interligados de forma recíproca e sincrônica, coexistindo, isto é, “o processo de produção capitalista é unidade dos processos de trabalho e valorização” (MARX, 1978, p. 26).

Na dinâmica capitalista, o trabalho abstrato – trabalho humano que sob o domínio do capital tem como fim a produção de mercadoria – se expressa, conforme Marx (1978) a partir de duas dimensões, sendo a primeira delas revelada a partir do trabalho produtivo, ou seja, aquele que ao adentrar no processo produtivo cria valorização do capital, através da extração direta de mais-valor. Assim “[...] só é *produtivo aquele trabalho* – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que seja *consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (MARX, 1978, p. 70) (grifos do autor). A segunda dimensão, ou o trabalho improdutivo, caracteriza-se por não propiciar valorização direta do capital, embora se constitua como indispensável à reprodução do modo capitalista de produção, por servir de sustentação a estrutura social em vigência.

De acordo com Marx (2013), a organização social fundamentada na troca mercantil implicou na divisão social do trabalho, tendo em vista que “tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho” (MARX, 2013, p. 97). O autor observa que esta divisão se baseia na necessidade de produção diversificada de mercadorias.

E, embora todo trabalho se revele a partir do dispêndio de força humana, existem diferentes maneiras de empregá-la na medida em que a divisão social do trabalho também atende ao propósito de ofertar possibilidade de trocas entre diferentes qualidades de trabalho, pois “valores e uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes” (MARX, 1978, p. 26).

Desse modo, ao ingressar no âmbito da circulação, esse processo de barganha entre mercadorias encobre o que está presente em sua essência: a troca de trabalho diferenciado (MARX, 2013). Mas, cabe evidenciar que a simplificação desse processo ocorre efetivamente através de um recurso conhecido como dinheiro, pois é através deste que se efetiva a possibilidade de troca entre mercadorias distintas ou trabalho diferenciado, tendo como parâmetro a quantidade e/ou qualidade de trabalho empregado numa determinada mercadoria. Logo, a quantidade de trabalho é medida tendo por referência o tempo de sua duração, “[...] e

o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia, etc.” (MARX, 2013, p. 99).

Quanto à produção de mercadorias, Marx (2013) observa que a partir do desenvolvimento das forças produtivas, o tempo de trabalho necessário para sua produção foi sofrendo alterações gradativas, e, por conseguinte, se estabeleceu que “[...] quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor” (MARX, 2013, p. 100). Tal variação desempenha um relevante papel para o modo capitalista de produção, pois a força de trabalho, ao integrar o processo produtivo convertida em mercadoria barateada, serve de base à acumulação capitalista (MARX, 2013).

Isto significa dizer que o processo de valorização do capital precisa ser perpetuado, pois a acumulação de capital é uma necessidade para o capitalista, haja vista que o capitalismo apenas existe mediante acumulação de capital, sendo esta, por sua vez, alcançada a partir da exploração da força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006). Desse modo, aos representantes do capital, proprietários (os) dos meios de produção, compete à busca incessante e voraz pelo seu aprimoramento. Esta busca consiste, em maior investimento no capital constante – meios de produção – em detrimento do capital variável – força de trabalho –, para que, desta maneira, possa ampliar sua capacidade produtiva, sempre com menor custo e ganhos imensuráveis no âmbito das trocas (MARX, 1978).

De acordo com Marx (2008), a produção na sociedade capitalista visa o consumo e a distribuição. Com isso, a criação de objetos úteis constitui-se apenas em uma das etapas do ciclo produtivo, e para atender concretamente as necessidades humanas, ainda será necessário que os objetos criados sejam consumidos, pois o lucro almejado apenas torna-se uma realidade após a finalização desta etapa, já que nesta se encontra o potencial efetivo de acumulação.

As elaborações de Marx (2008) a respeito do modo de produção capitalista indicam que as relações sociais estabelecidas nesta sociedade, cuja finalidade é a produção de objetos úteis, encontram-se fundamentadas em relações de consumo. O autor parte do pressuposto de que o capitalismo não se limita à criação de objetos; o referido sistema se consolida através da criação simultânea de necessidades “de modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 2008, p. 248).

Com isso, a etapa da distribuição relaciona-se de forma intrínseca à produção (MARX, 2008). Na concepção deste autor, a distribuição diz respeito tanto à divisão das classes sociais

que compõem o modo capitalista de produção quanto à destinação dos produtos produzidos. Desse modo, ela ultrapassa a visão individual, na qual “[...] a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que condiciona sua situação na produção, em cujo interior ele produz, e precede, portanto, à produção” (MARX, 2008, p. 252) e identifica as determinações decorrentes do modo de produção. Nesse sentido, o autor afirma que

Imaginada da maneira mais superficial, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos e como se estivesse muito afastada da produção e quase independente em relação a ela. Porém, antes de ser distribuição de produtos é: 1º – a distribuição dos instrumentos de produção; 2º – o que é uma nova determinação da mesma relação – a distribuição dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção (subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção). A distribuição dos produtos é manifestamente um resultado dessa distribuição que se encontra incluída no próprio processo de produção e determina a organização da produção. Considerar a produção deixando de lado essa distribuição que encerra é, evidentemente, abstração vazia, enquanto que, ao contrário, a distribuição dos produtos deriva por si mesmo daquela distribuição que originariamente constituía um momento da produção (MARX, 2008, p. 253).

Portanto, a distribuição está relacionada à divisão da sociedade em classes sociais distintas, em que uma delas dispõe dos meios de produção e a outra dispõe da força de trabalho, e, sobretudo, precisa colocá-la à disposição dos capitalistas como forma de sobrevivência (MARX, 2008).

Historicamente, as primeiras iniciativas de controle sobre a produção de mercadorias situam-se no momento em que se reúne num mesmo espaço um número elevado de trabalhadores para produzir um mesmo tipo de mercadoria. Estes trabalhadores estão submetidos ao controle do mesmo capitalista, ou seja, o processo de trabalho se avoluma e fornece uma quantidade maior de produtos, se comparados ao período anterior. Para Marx (2013), “[...] a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos chama-se cooperação [...]” (MARX, 2013, p. 277). Sob esta lógica, o valor do tempo trabalhado vendido pelas (os) trabalhadoras (es) não é equivalente ao valor que resulta da sua produção, há uma quantidade excedente, denominada mais valia, ou seja, é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago.

No decorrer do desenvolvimento do modo capitalista de produção e, mais precisamente, da grande indústria se constituiu o que se conhece como trabalhador coletivo, isto é aquele que, segundo (NETTO; BRAZ, 2006, p. 113) corresponde:

[...] sob a égide da grande indústria, envolve mais que as funções desempenhadas imediatamente pelos operários (proletários) que entram em contato direto com as matérias que, modificadas, constituirão as mercadorias – *o trabalhador coletivo é o conjunto de envolvidos na produção, desempenhem eles atividades manuais ou não* [...] (grifos do autor).

Nesta configuração, o controle do processo de trabalho é transferido para um grupo específico de trabalhadoras (es) assalariadas (os). A este respeito, sinaliza Marx (2013, p. 281):

Assim como o capitalista é inicialmente libertado do trabalho manual tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército necessita de oficiais militares, uma massa de trabalhadores que coopera sob o comando do mesmo capital necessita de oficiais (dirigentes, gerentes) e suboficiais (capatazes, *foremen, overlookers, contremâtres*) industriais que exerçam o comando durante o processo de trabalho em nome do capital. O trabalho de supervisão torna-se sua função fixa e exclusiva.

Nesse momento, o mérito capitalista é a reunião de um conjunto de artesãos que, se utilizando dos próprios instrumentos, realizam o trabalho manual sob seu total domínio. Na condição de trabalhadoras (os) assalariadas (os), ainda que sob o comando capitalista, participam de todo o processo exigido para elaboração de uma mercadoria, porém, com o decorrer do tempo, a atividade passou a ser fragmentada e cada integrante da classe trabalhadora automaticamente ocupou-se de apenas uma etapa específica do processo produtivo. Isto implica dizer que “do produto individual de um artesão independente, que faz várias coisas, a mercadoria converte-se no produto social de uma união de artesãos, em que cada um executa continuamente apenas uma, e sempre a mesma operação parcial” (MARX, 2013, p. 285).

Marx (2013), ao refletir sobre o surgimento da manufatura a partir do artesanato, afirma que:

Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto em que passam a constituir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos (MARX, 2013, p. 285).

No âmbito desta organização coletiva e combinada do processo produtivo, Marx (2013) chama a atenção para sua eficiência, responsável por propiciar o aumento da capacidade produtiva, tendo em vista que “[...] o método do trabalho parcial se aperfeiçoa depois de estar autonomizado como função exclusiva de uma pessoa” (MARX, 2013, p. 286).

Com o passar do tempo, a manufatura foi suplantada pelo desenvolvimento da maquinaria, tendo como consequência a transferência da força de trabalho humana para a máquina, revelando, com isso, seu grande potencial de acumulação, pois com a sua incorporação ao processo produtivo, ocorreu um significativo aumento na produção de mercadorias (MARX, 2013).

Para Marx (2013), a maquinaria utilizada no modo de produção capitalista se consolida como meio eficaz para produção de mais-valia. O autor chama atenção que se na manufatura a revolução ocorreu sobre a força de trabalho, na maquinaria ela se deu sobre o meio de trabalho. Acrescenta que “se na manufatura o isolamento dos processos particulares é um princípio dado pela própria divisão de trabalho, na fábrica desenvolvida predomina, ao contrário, a continuidade dos processos particulares” (MARX, 2013, p. 308).

Observa-se que, paralelamente ao desenvolvimento da maquinaria, ocorre a intensificação do trabalho. A grande indústria, ao lado da ciência, impulsiona o domínio do capital sobre o trabalho ao colaborar com a exacerbação e exploração da força de trabalho, a qual passa a incorporar novos sujeitos, como mulheres e crianças, a fim de reduzir os custos com a produção (MARX, 2013).

Nesse momento, Marx observa (2013) o surgimento de demandas por trabalhadores assalariados com formação específica não para atuação direta na operação de máquinas, mas para atuação no âmbito do controle. É nesse cenário que, segundo o autor, “no lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de punições do supervisor fabril” (MARX, 2013, p. 333).

De acordo com Marx (2013), com a introdução da maquinaria no modo de produção capitalista, ocorreram várias implicações, dentre elas a produção de um volume excedente de trabalhadores, pois na produção capitalista “[...] não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva [...]” (MARX, 2013, p. 464), isto é, um conjunto de trabalhadores disponível para venda da força de

trabalho, mas sem comprador, tendo em vista que ao capitalista interessa extrair mais trabalho de uma quantidade cada vez menor de trabalhadores. De acordo com este autor,

[...] o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Vimos, além disso, que ele, com capital do mesmo valor, compra mais forças de trabalho ao substituir progressivamente trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis (MARX, 2013, p. 465).

Este movimento, por sua vez, obriga o excedente de trabalhadores a compor “[...] a parcela da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência – a venda da força de trabalho – e que vegeta graças a esmolas públicas” (MARX, 2013, p. 476).

Este contingente de trabalhadores excedente é utilizado, conforme Netto e Braz (2006), para pressionar os trabalhadores empregados a aceitarem piores condições de trabalho, o que inclui redução de salários, sobrecarga de trabalho, etc. De acordo com estes autores, o exército industrial de reserva não consiste numa consequência da vontade deliberada da classe capitalista, embora seja por ela usado de forma estratégica, mas trata-se de um “[...] componente necessário e constitutivo da dinâmica histórico-concreta do capitalismo” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 132).

Na análise realizada por Marx (2013), podemos perceber a essencialidade do trabalho para o processo de humanização. Assim, o autor analisa historicamente a relação da espécie humana com a natureza em seu cerne, e coloca em evidência os elementos constitutivos do trabalho para explicar sua relação com a preservação da espécie e a sua importância enquanto base para qualquer sociedade. Discorre também sobre a constituição do trabalho na sociedade capitalista e o surgimento de trabalhadoras (es) livres para venda da sua força de trabalho em troca de salário, pressuposto básico à exploração da classe trabalhadora.

Ao longo do tempo, o modo de produção capitalista experimentou intensas transformações no decorrer dos séculos XVIII e XIX, tendo em vista a sua necessidade de criar tanto as alternativas para consolidação quanto as estratégias de enfrentamento às crises inerentes ao seu desenvolvimento. Essa instabilidade era composta por intervalos de acréscimos na produtividade e rebaixamento, situação em que a classe trabalhadora era atingida com mais desemprego, empobrecimento e miséria (NETTO; BRAZ, 2006). E estas crises ganharam, cada vez mais, amplitude mundial, revelando-se uma consequência do modo de produção, não se tratando, portanto, de algo apartado e independente do metabolismo do

capital, de um funcionamento anormal, ou ainda de “uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a crise é *constitutiva* do capitalismo: *não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 157) (grifos dos autores).

As crises que fazem parte do desenvolvimento capitalista decorrem de múltiplas determinações e podem ser caracterizadas basicamente a partir de três elementos que interferem no seu ciclo de prosperidade. O primeiro deles corresponde à anarquia da produção, situação em que a produção atua de forma desorganizada e inunda o mercado de mercadorias; queda da taxa de lucros, resultado da busca individual pela maximização dos lucros via barateamento da produção que, copiada algum tempo depois pelos demais capitalistas, contribuem para redução geral dos lucros; e o subconsumo das massas trabalhadoras, impossibilitada à realização do consumo devido ao baixo poder aquisitivo para compras de mercadorias disponíveis no mercado (NETTO; BRAZ, 2006).

Transcorrido um extenso período de acumulação, o capital, a partir dos anos 70, passou a evidenciar sinais de instabilidade, cujas características marcantes podem ser traduzidas pela redução da taxa de lucratividade devido ao aumento do preço da força de trabalho; redução do consumo, motivada pelas elevadas taxas de desemprego; declínio do modelo de acumulação taylorista/fordista de produção; crescimento do setor financeiro em detrimento do setor produtivo; maior concentração de capitais, crise do Estado de Bem-Estar Social e aumento generalizado das privatizações (ANTUNES, 2009).

Como alternativa às dificuldades impostas ao acúmulo de capital, o modelo de produção demandou uma reestruturação ideológica e política do sistema, dando lugar ao surgimento da fase de capitalismo flexível, mediante a ascensão tecnológica, globalização e mundialização do capital, apoiados, por sua vez, “[...] em um projeto político e econômico de cunho neoliberal, pela financeirização da economia e da produção, pela intensificação da reestruturação produtiva e do trabalho e pela ideologia gerencial” (TESSARINI JÚNIOR; SALTORATO, 2020, p. 03).

A partir da discussão realizada por Mota e Amaral (2006), a reestruturação produtiva pode ser avaliada a partir de três pilares. Na visão das autoras, o primeiro corresponde à reconfiguração na esfera da produção por meio da qual se obtém maior lucratividade devido à implantação de novos recursos tecnológicos e novas formas de consumo da força de trabalho. O segundo se localiza na esfera da circulação, da qual decorrem as mudanças relativas ao mercado consumidor, “determinando também novas formas de concorrência entre firmas com

base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 06). E o terceiro se refere à esfera sociopolítica e institucional, quando novas formas de domínio do capital incidem sobre o trabalho, impondo reformas institucionais e ações voltadas aos trabalhadores como necessárias com o intuito de favorecer o consenso.

Na avaliação das autoras acima mencionadas, o processo de reestruturação produtiva e as políticas adotadas pelo neoliberalismo intensificam a exploração sobre o trabalho e altera de maneira significativa a organização da produção, gestão e consumo da força de trabalho, influenciando no processo objetivo e subjetivo de reprodução da força de trabalho.

Para Antunes (2009), este conjunto de mudanças implicou na privatização do Estado, na desregulamentação dos direitos relativos ao trabalho e no desmantelamento do setor produtivo estatal. Nas palavras do autor, “esse período caracterizou-se também – e isso é decisivo – por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo” (ANTUNES, 2009, p. 34).

Como é possível observar, mudanças são implementadas em benefício da flexibilização, sustentada na compreensão de que a organização do trabalho em vigência já era insuficiente para assegurar os ganhos necessários à acumulação do capital. Tais mudanças implicaram em “desemprego, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 06), haja vista que estão marcadas pelas novas formas de dominação do capital sobre o trabalho, executando, desta forma, “[...] uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 07).

Na avaliação de Mota e Amaral (2006), esse processo comporta duas distintas visões. Sob a ótica da burguesia, as transformações nos processos e nas condições de trabalho se sustentam no “[...] neoliberalismo, no pragmatismo econômico e no progresso técnico como motor da reestruturação produtiva” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 07). Sendo, portanto, tão imprescindíveis quanto irreversíveis. Na perspectiva da classe trabalhadora, este é um momento de crise, pois vivencia o desemprego em larga escala, precarização do trabalho e dos salários e ainda dificuldades em ter suas demandas atendidas por meio da rede de proteção social.

Na compreensão de Druck (2011), embora as mudanças ocorram em conjunturas históricas diferenciadas, caracterizam-se, na atualidade, pela “dinâmica da precarização social do trabalho” (DRUCK, 2011, p. 42). Neste modelo de produção, sustentado na acumulação flexível do capital, novas formas de vida e trabalho se impõem, pautam-se nesse momento pela “[...] flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado” (DRUCK, 2011, p. 42).

Desde então, o setor financeiro passou a dominar toda a dinâmica do capital, influenciando o movimento do setor produtivo, bem como a forma de gerência sobre o trabalho, tendo no Estado o seu principal apoiador, uma vez que este “[...] passa a desempenhar um papel cada vez mais de ‘gestor dos negócios da burguesia’, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho” (DRUCK, 2011, p. 42).

De acordo com Druck (2011), a hegemonia do setor financeiro não se limita apenas ao campo econômico do mercado, sua atuação estende-se por todas as dimensões da vida social, determinando novas configurações aos modos de vida e trabalho. Esses novos tempos caracterizam-se, na compreensão desta autora, por impelir

[...] uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p. 42).

As transformações relativas ao mundo do trabalho passaram a exigir uma forma de trabalho cada vez mais flexível – é o momento de um novo tipo de trabalhador (a), ou seja, aquelas (es) empregadas (os) pelo mínimo de tempo possível através de precárias formas de contratos (DRUCK, 2011).

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

Compreende-se, tendo por base as formulações inscritas nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, elaborada em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

em Serviço Social (ABEPSS)⁶, que o conhecimento acerca do trabalho realizado por assistentes sociais necessita de uma imersão sócio-histórica capaz de identificar suas características e determinações. O percurso desenhado pela ABEPSS tem por finalidade subsidiar a compreensão acerca das requisições impostas a esse trabalho especializado e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, bem como identificar as respostas engendradas pelo Serviço Social e apresentadas à sociedade diante das recorrentes transformações que a caracteriza (ABEPSS, 1996). Imbuída deste propósito, a associação propôs uma redefinição do projeto profissional, tendo por base o Currículo Mínimo, aprovada com alterações em seus aspectos essenciais, mediante a aprovação no mesmo ano da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷ (ABEPSS, 1996), mas consolidada efetivamente apenas em 2001, dedicando-se a apreender o caráter processual desta profissão que “[...] se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve [...]” (ABEPSS, 1996, p. 05), desse modo, não podendo prescindir de uma contextualização capaz de desvelar “[...] as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir” (ABEPSS, 1996, p. 05). Tais ideias encontram-se respaldadas nas análises elaboradas por Iamamoto e Carvalho (2007), que, subsidiadas pela teoria social crítica, situam a profissionalização do Serviço Social no âmbito da reprodução das relações sociais no interior da sociedade capitalista, no momento em que este arranjo social passou a exigir do Estado intervenções que possam mitigar os efeitos da exploração do trabalho devido ao desenvolvimento das forças produtivas, que dificulta o acesso da classe trabalhadora às condições impostas para manutenção da subsistência.

A partir da discussão realizada por Iamamoto e Carvalho (2007), adota-se como pressuposto que a institucionalização do Serviço Social como profissão integra um processo de trabalho inerente ao desenvolvimento da sociedade capitalista, que num dado momento da história se organizou internamente para enfrentar os problemas indissolúveis, decorrentes da exploração do trabalho.

Com relação à demanda de profissionalização de assistentes sociais no contexto do capitalismo, Netto (2011) atribui o seu surgimento ao momento em que o modo capitalista de

⁶ ABEPSS – entidade civil de caráter acadêmico científica, que possui como finalidade propor e coordenar a política de formação na área de Serviço Social nos níveis de graduação e pós-graduação no país. Vale ressaltar que, embora represente importante atuação no âmbito político, a entidade reúne atualmente 75 unidades de formação profissional e não dispõe de força legal.

⁷ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

gerir a força de trabalho passou a experimentar “[...] profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicos, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia” (NETTO, 2011, p. 19). Contexto esse que evidencia, em escala ampliada, as contradições inerentes ao funcionamento do sistema capitalista, passando a requisitar uma variedade de funções estatais no âmbito da política e da economia para preservação das bases que sustentam o modo capitalista de produção (NETTO, 2011).

Desta maneira, o Estado, na presença da lógica monopolista, lança mão de estratégias inéditas para superação das dificuldades impostas à valorização do capital. Isto é, a partir desse momento, a estrutura estatal passa a gerenciar as contradições e tensões geradas pela busca desenfreada de acumulação capitalista. É, portanto, nesta fase que “[...] a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem [...]” (NETTO, 2011, p. 26) (grifos do autor).

O autor chama a atenção para a forma como a sociedade, num momento específico da sua evolução histórica, lida com as consequências da exploração do trabalho, e como passa a se organizar internamente para a produção e reprodução das relações sociais em vigência. A este respeito, Netto (2011) observa que

[...] É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social [...] (NETTO, 2011, p. 74).

É importante salientar que na Inglaterra, por volta do século XVIII, o desenvolvimento das forças produtivas foi responsável por gerar as possibilidades inéditas para acumulação do capital. Em lado oposto, a classe trabalhadora vivenciava situações de extrema pobreza e naquele momento, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2011, p. 153).

Com o passar do tempo, o que a classe trabalhadora constatou foi o ágil desenvolvimento da sociedade capitalista e a elevação gradativa da capacidade de produção de bens e serviços. Todavia, no seu cotidiano, enfrentava dificuldades cada vez maiores para manutenção da subsistência, tendo em vista que a ordem instituída já inviabilizava o acesso de trabalhadores livres aos meios alternativos para assegurar a própria vida (NETTO, 2011). A evidência de tais disparidades, por sua vez, culminou no descontentamento da classe trabalhadora e a possibilidade de sua organização coletiva constituía-se numa ameaça à ordem

vigente. Portanto, “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo se designa como ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 154).

Para Iamamoto e Carvalho (2007), a “questão social” constitui-se como elemento central e base de justificação da profissionalização de Serviço Social, evidenciando que

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislações social e trabalhistas específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77) (grifos dos autores).

As reflexões desenvolvidas por Iamamoto e Carvalho (2007), e Netto (2011), apontam que o Estado, revestido do poder moderador – mas mantendo-se vinculado aos interesses burgueses –, passou a gerenciar as tensões provenientes da relação conflituosa entre a classe trabalhadora e os representantes da burguesia. Sobre o papel do Estado no âmbito da sociedade burguesa, afirma Netto (2011, p. 25): “Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática”. O autor observa que a partir desse momento as funções políticas e econômicas exercidas pelo Estado passaram a funcionar de forma orgânica.

De acordo com Netto (2011), foi neste contexto que a requisição do trabalho profissional se distanciou de práticas assistenciais e caritativas, promovidas pela Igreja Católica, e passou a integrar o escopo de profissões que executariam o projeto de dominação vigente. Nesse sentido, afirma o autor:

*Entretanto, a relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma *relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão. *Substantivamente a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade.* O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que o deslocamento altera*

visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a *condição do agente e o significado social de sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa *relação de assalariamento* e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho) (NETTO, 2005, p. 71-72) (grifos do autor).

Cabe ressaltar, conforme lembra Iamamoto (2015), que a venda da força de trabalho produzida por assistentes sociais apenas torna-se uma realidade em decorrência da sua potencialidade em transformar-se em trabalho abstrato, sendo esta, inclusive, a característica que possibilita o seu ingresso no âmbito das trocas como uma mercadoria detentora de utilidade.

Seguindo o caminho apontado por Iamamoto e Carvalho (2007), afirmar que Serviço Social é trabalho evidencia dois importantes pressupostos: o primeiro diz respeito à sua condição de classe trabalhadora, que ao vender sua força de trabalho, transfere ao contratante o domínio sobre ela, sobre a jornada, o salário, a demanda, etc., e, neste caso, encontra-se completamente suscetível aos efeitos dos aspectos que perpassam o trabalho na sociedade capitalista, como exploração, alienação, etc., que se abatem sobre qualquer componente da classe trabalhadora. O segundo está relacionado à utilização da autonomia profissional que, submetida à condição de assalariamento, característica da sociedade capitalista, tem o seu livre exercício comprometido, pois, mesmo regulamentado como uma profissão liberal, o Serviço Social tradicionalmente tem realizado atividade profissional no âmbito das instituições públicas e privadas, não dispondo as (os) assistentes sociais de todos os recursos necessários à execução do trabalho profissional.

Autonomia profissional entendida como uma dimensão intrínseca ao trabalho profissional, que encontra limites para a sua execução justamente por não dispor “[...] das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 80), pois são as instituições contratantes que definem “[...] as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade” (RAICHELIS, 2009, p. 428). A estas instituições compete também delimitar a expressão da “questão social”, que será objeto da intervenção profissional. Portanto, pode-se constatar que o trabalho profissional se encontra submetido às contradições da sociedade capitalista, bem como às determinações decorrentes do trabalho assalariado (RAICHELIS, 2009).

Contudo, vale ressaltar que, em virtude do caráter de profissão liberal, algumas características marcantes dessa condição encontram-se presentes no Serviço Social, a saber:

[...] a reivindicação de uma deontologia (Código de Ética), o caráter não-rotineiro da intervenção, viabilizando aos agentes especializados uma certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais. Outra característica a ser ressaltada é a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – “os clientes” – o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao Assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 80).

Os elementos acima indicados contribuem para que o Serviço Social possa ampliar suas possibilidades de respostas, respaldado nos estatutos legais e éticos que regulamentam a profissão e participar de processos de trabalho que ultrapassem a realização de atividades rotineiras e imediatas, não apenas para legitimação da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, mas para apresentação de respostas que traduzam os princípios inscritos no Código de Ética Profissional, comprometidos com uma nova ordem societária.

Vale salientar que o trabalho de assistentes sociais, que se incorpora ao processo produtivo, não participa de forma predominante da valorização direta do capital, podendo ser caracterizado, assim, como trabalho improdutivo, porém ao ser realizado sobre as condições de existência das (os) trabalhadores, “[...] encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 86). Portanto, adentra o processo ao participar da efetivação de “[...] políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou têm acesso ao aparato estatal” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 111).

Esta categoria profissional, ao executar o trabalho no âmbito das instituições, passa a colaborar para a reprodução das condições de vida da classe trabalhadora por meio “[...] da mediação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho ‘educativo’, exercido por esses agentes profissionais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 94).

Com isso, a categoria profissional recebe “[...] um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.

83), tendo como finalidade mitigar as condições subumanas nas quais vivem a classe trabalhadora. Observa-se, portanto, que a exigência não provém “[...] daqueles que são o alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 83).

Nesta perspectiva, os serviços sociais se expressam como direitos sociais do cidadão aos quais fazem jus, majoritariamente, as pessoas que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Estes serviços são o resultado da riqueza social produzida coletivamente e devolvida à sociedade de diferentes maneiras, via, por exemplo, “[...] o salário da classe trabalhadora, a renda daqueles que detêm a propriedade da terra, o lucro em suas distintas modalidades (industrial, comercial) e os juros daqueles que detêm o capital” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 91). Uma parte desta riqueza é transferida ao Estado através dos pagamentos pela população de taxas e impostos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Nesse sentido, os autores acima referenciados afirmam que “[...] tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92).

Por outro lado, os serviços sociais refletem conquistas da classe trabalhadora em sua luta incessante por melhoria das condições de vida e trabalho. A sua generalização na sociedade está relacionada às “[...] vitórias da classe operária na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92), distanciando-se, portanto, de uma interpretação que os vincula à “[...] manifestação de um possível espírito solidário e humanitário de um caricato Estado de Bem-Estar Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92).

Outra questão sinalizada por estes diz respeito aos serviços sociais, que, ao serem admitidos pelo Estado e o patronato, enfraquecem a luta da classe trabalhadora diante das investidas do capital, bem como traz implicações à sua identificação como classe na sociedade, pois a partir desse momento as suas exigências “[...] passam a ser devolvidas aos trabalhadores sob a forma de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições assistenciais e, agora, outorgados mediante uma estrutura burocratizada, sob o controle do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 92). Desta maneira, as contradições inerentes à sociedade de classe são controladas pela via institucional, tendo em vista a suposta inexistência de conflitos.

Este movimento revela o caráter contraditório do trabalho profissional, dadas as determinações sócio-históricas por meio das quais a (o) profissional de Serviço Social, no exercício do seu trabalho, reforça interesses contraditórios, haja vista a dupla dimensão da ação que realiza, pois pela mesma atividade corrobora com o processo de exploração e manutenção da subsistência da classe trabalhadora. Desse modo, é possível observar “[...] que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YAZBEK, 2009, p. 128). É nesse sentido que aparece a especificidade da participação desta profissão no desenvolvimento das relações sociais sob a égide do capital. Assim, Iamamoto e Carvalho (2007) afirmam:

Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75) (grifos dos autores).

Na perspectiva defendida pelos autores acima mencionados, por esta dimensão contraditória do trabalho profissional, é posta a possibilidade para o desenvolvimento deste em duas direções divergentes. Nesta abordagem, o trabalho profissional depara-se com alternativas e assim poderá, no âmbito da sua relativa autonomia, “[...] estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75). Contudo, não será possível ignorá-la do trabalho profissional, “[...] visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75).

Através do exposto, entende-se que a (o) assistente social, ao inserir-se no mercado de trabalho como um (a) executor (a) de políticas públicas engendradas pelo Estado, pode também fortalecer, por meio do seu ofício, as bases para construção de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora por entender que

É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já

contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social – e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético – políticas do agir profissional (CFESS, 1993, p. 16).

Assim, pode-se perceber que esta característica do trabalho profissional explicita não somente os contrastes relativos à emergência desta profissão no seio da sociedade capitalista, ao ser demandada pelo Estado em nome dos capitalistas para supostamente atender demandas de trabalhadores, mas, expõe, por outro lado, as contradições que perpassam o trabalho destes profissionais mediante a ocupação de um lugar específico na organização da sociedade. Ou seja, quando pela mesma via, coopera tanto com as estratégias de “[...] *dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais [...]*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75), reproduzindo as contradições inerentes ao modo capitalista de produção.

Tal cenário inclui desafios ao trabalho de profissionais de Serviço Social, que têm neste campo o espaço privilegiado para atuação, bem como para reflexões sobre as possibilidades de ação. Ao longo do seu amadurecimento, o Serviço Social tem se vinculado a um projeto alternativo, diferente daquele que foi originalmente convocado a executar, mesmo dentro dos limites impostos à autonomia profissional, mas amparado por uma interpretação da profissão livre das amarras do conservadorismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Na avaliação de Constantino (2015), nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro tem se colocado a favor da classe trabalhadora e desenvolvido um trabalho profissional que transcende as requisições institucionais. Esse, por sua vez, encontra-se respaldado no Projeto Ético-Político, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, que o habilitam ao desenvolvimento de um trabalho caracterizado pela competência para “[...] propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais” (RAICHELIS, 2011, p. 427-428).

É, portanto, a partir das características históricas ressaltadas, que a profissão do Serviço Social passa a integrar o processo de trabalho vigente, e assim colaborar com a

reprodução das relações sociais na sociedade, ou seja, à medida que passa a contribuir ao longo de sua existência, e independente de suas intenções com o monitoramento da classe trabalhadora, quando por meio do seu trabalho viabiliza o acesso da população usuária aos serviços sociais disponíveis, evitando, assim, conflitos e insurgências, ameaçadoras da ordem instituída (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Desta maneira, ficam evidenciadas as determinações que incidem de forma direta sobre a demanda de profissionalização especializada com capacidade técnica para atuar frente às tensões geradas pelo modo capitalista de produção no enfrentamento às expressões da “questão social”. Logo, pode-se identificá-la como uma alternativa para colaborar, junto a outros trabalhadores, com os processos em curso para preservação da ordem vigente, haja vista a sua origem na “[...] crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas” (RAICHELIS, 2009, p. 378). Desse modo, trata-se de situação comum a outras profissões reconhecidas e admitidas no interior do modo capitalista, mesmo quando não atuam na geração direta de valor (RAICHELIS, 2009), porém por meio destas “[...] tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 86).

No Brasil, o Serviço Social surge por volta da década de 1930 e emerge como profissão atrelada às iniciativas da Igreja Católica, “[...] especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 83). Com o passar do tempo, foi integrado ao setor público, embora se vincule também às organizações patronais privadas, de caráter empresarial. Dentre eles, o Estado se apresenta como o principal empregador de assistentes sociais, tendo em vista a sua atuação incisiva na reprodução das relações sociais ao legislar predominantemente a favor do capital e dispor do poder de controlar habilmente as forças repressivas para garantia da ordem (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Esta profissão compõe o conjunto de profissões liberais, embora apresente experiências pontuais nesse campo, além de dispor de um Código de Ética Profissional (1993)⁸ e uma Lei de Regulamentação (Lei nº 8.662/1993)⁹, os quais se constituem em instrumentos norteadores e reveladores do amadurecimento teórico, técnico e político desta

⁸ Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

⁹ Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

categoria profissional que se propõe a conhecer em profundidade e de forma permanente as bases sobre quais se assentam a realidade, e, assim, contrapor-se à ordem instituída, vinculando-se a um projeto de sociedade livre da exploração. Esta categoria profissional é composta por trabalhadoras (es) com formação universitária e estão subordinadas (os) à relação de assalariamento, e dependentes, assim como as (os) demais trabalhadoras (es), da comercialização da sua força de trabalho especializada para garantia de subsistência. Esta força de trabalho entendida como potência converte-se em trabalho apenas quando confrontada com os meios necessários à sua realização (IAMAMOTO, 2015). Quanto aos meios, vale destacar que estes se encontram, em sua maioria, sob o monopólio das (os) empregadores (as) e correspondem, por sua vez, aos “[...] recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais” (IAMAMOTO, 2015, p. 421). Ao refletir sobre este processo, em que o Estado opera de forma organizada os efeitos da exploração do trabalho sobre a classe trabalhadora, Iamamoto (2010) adverte que são múltiplas e variadas as expressões da “questão social” enfrentadas por esta instituição através das políticas sociais. Contudo, cabe salientar que, na avaliação de Behring e Boschetti (2008), as políticas sociais que compõem a proteção social têm se constituído em respostas, que seguem uma lógica de fragmentação e focalização para as complexas expressões da “questão social”.

Situação que se agrava tendo em vista os contornos atuais da crise no capitalismo, vivenciada a partir da década de 1990, decorrentes das transformações “nos processos e nas condições de trabalho” (MOTA; AMARAL, 2006, p. 06), que fazem aflorar na atualidade as “novas configurações e manifestações” da “questão social” como consequência da flexibilização do trabalho e implantação das políticas sociais de tendência neoliberal, contexto que evidencia com maior nitidez “[...] os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais” (RAICHELIS, 2009, p. 421).

Por esta razão, considera-se imprescindível ao trabalho profissional a identificação das transformações relativas ao mundo do trabalho, que incidem sobre o conjunto de trabalhadores de um modo geral, e em particular, às (aos) assistentes sociais, para reconhecer os limites e as possibilidades que caracterizam o exercício profissional na contemporaneidade.

No entanto, as condições para realização de um trabalho alinhado aos dispositivos legais e éticos que o sustentam, deparam-se nos espaços sócio-ocupacionais em que as (os) assistentes sociais trabalham, com os desdobramentos da flexibilização e precarização,

repercutindo sobre a categoria profissional através da incerteza do emprego, vínculo precário, rebaixamento de remuneração, “[...] pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros” (RAICHELIS, 2009, p. 422).

2.3 O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

O trabalho das (os) assistentes sociais no âmbito da educação é uma realidade desde a década de 1930, e ocorre simultaneamente aos processos sócio-históricos que determinam a constituição do Serviço Social como profissão socialmente legitimada no Brasil (CFESS, 2011).

De acordo com Piana (2009), há fatos históricos ocorridos naquele período que demonstram tentativas de trabalho de assistentes sociais na política social de educação na esfera pública e privada, mas, na avaliação desta autora, trata-se de experiências pontuais e pouco exitosas realizadas. A autora atribui aos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul o pioneirismo das ações desenvolvidas pelo Serviço Social nesta área. Em sua concepção, o trabalho desenvolvido nesta ocasião estava focado nos problemas sociais que incidiam sobre o desempenho das (os) estudantes, bem como na execução de atividades voltadas à adaptação destes ao ambiente escolar.

Na mesma linha argumentativa, Ferriz e Barbosa (2019) apontam que durante as primeiras duas décadas de trabalho profissional realizado nesse campo, o Serviço Social desenvolveu ações ligadas “à assistência escolar, à educação para higiene escolar, à adaptação e à adequação dos alunos às regras da escola” (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019, p. 37). O trabalho era permeado por uma lógica conservadora e dedicava-se à promoção de adequações individuais, haja vista as respostas engendradas por esta categoria profissional encontrarem-se subsidiadas “[...] por um arsenal teórico-metodológico baseado ora pela teoria funcional-positivista, ora pela fenomenologia” (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019, p. 37).

Na opinião das autoras acima referenciadas, este cenário sofreu um processo de transformação a partir da década de 1970 devido à vinculação do Serviço Social brasileiro à teoria social crítica, propiciando, assim, um amadurecimento e crescimento na sua dimensão

teórica, com repercussão direta na intervenção desta categoria profissional (FÉRRIZ; BARBOSA, 2019).

Ao analisar o processo que culminou na ampliação da inserção de assistentes sociais no âmbito da educação, Piana (2009) observa um movimento convergente entre o processo de redemocratização no Brasil e a experiência interna desta categoria profissional que vivenciou um momento profícuo de transformações, iniciado pelo Movimento de Reconceituação, em 1960, e que se desdobrou na incorporação do materialismo histórico dialético como referencial teórico-metodológico do Serviço Social. Segundo esta autora,

Até meados da década de 1970, o Serviço Social teve uma vinculação ideológica por subordinação ou opção ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente. Mas com o Movimento de Reconceituação fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e no rompimento com um Serviço Social conservador e tradicional, é que a intervenção no contexto educacional ganhou novas perspectivas e destaque, especialmente na década de 1980 (PIANA, 2009, p. 125).

Almeida (2003) e Piana (2009) convergem sobre a relação de proximidade entre o campo da educação e o Serviço Social como uma consequência do amadurecimento teórico e político desta categoria profissional. Concepção expressa nas elaborações teóricas deste autor ao considerar que a atual aproximação entre o Serviço Social e o campo da educação resulta de “[...] avanços e acúmulos teóricos da profissão nas discussões em torno das políticas sociais como *locus* privilegiado da ação profissional [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 02), bem como de sua organização política, alinhada estrategicamente aos movimentos sociais, “[...] que atuam na construção de um novo projeto societário, onde a luta pela conquista da cidadania se tornou um componente fundamental para sua unidade” (ALMEIDA, 2003, p. 02). É possível observar, entre os autores acima mencionados, concordância sobre a inserção de profissionais de Serviço Social no âmbito da educação a partir da sua intrínseca e histórica relação com a luta pela ampliação dos direitos sociais.

Nos escritos de Almeida (2010) encontram-se importantes ferramentas teóricas, que potencializam reflexões para contextualizar o alargamento das possibilidades do trabalho profissional no âmbito da política educacional. Para o autor, reconhecê-la como um campo de regulação do Estado a partir de uma estratégia forjada pela sociedade capitalista, é uma condição preliminar capaz de subsidiar uma apreensão reveladora dos aspectos que caracterizam sua oferta nesta sociedade.

Nesse sentido, é fundamental pensar sobre a sua função política e que sob o domínio do capital foi “[...] alçada à qualidade de política pública e, por essa mesma razão, à qualidade

de direito social” (ALMEIDA, 2000, p. 03). Assim, torna-se imprescindível compreendê-la como uma dimensão importante da vida social que, tensionada por constantes disputas, impõe aos assistentes sociais o desafio de acompanhar as transformações ocorridas na sociedade, adotando como premissa que as “[...] novas perspectivas sócio-ocupacionais que se abrem hoje para o Serviço Social na área de educação não devem ser analisadas sem destacar a centralidade da educação na dinâmica da vida social” (ALMEIDA, 2000, p. 03), ao considerar que

[...] a educação tem ocupado um lugar de destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista, sobretudo, se tomarmos as rápidas transformações tecnológicas e científicas ocorridas durante o século passado. Contudo, de forma alguma, podemos reduzir sua importância ao particular peso que teve no desenvolvimento das forças produtivas. Salientamos, em especial, sua dimensão estratégica no âmbito das disputas ideológicas e da esfera política. Destarte, a dinâmica histórica da educação como instância da vida social ocupa um lugar de destaque no largo espectro do pensamento e da ação política, demarcando uma arena de disputas intensamente polarizadas (ALMEIDA, 2000, p. 01).

Subsidiada pela perspectiva adotada por este autor, compreende-se ser necessário apreender a racionalidade mercadológica que fundamenta a sociedade capitalista e, por conseguinte, a educação, como uma dimensão da vida em sociedade, mas sem ignorar o caráter histórico desse movimento, que permite o desenvolvimento concomitante de estratégias comprometidas com a superação desta sociedade. Desta maneira, reconhecê-la como um campo permeado por disputas é uma condição preliminar e necessária, pois assim será possível formular uma concepção de educação almejada, porém vinculada àquela possível num dado período da história, pois cientes do seu caráter histórico e processual; também evitar “[...] subverter o pensamento sobre a realidade aos limites impostos por uma de suas possibilidades históricas” (ALMEIDA, 2000, p. 02).

Vale ressaltar que a referida ampliação de vagas no campo educacional ocorreu no Brasil no mesmo período em que se registrou expressiva redução dos postos de trabalho e a reafirmação do desemprego como uma característica constitutiva do modo capitalista de produção, período também em que se verificou “[...] uma enorme expansão do ensino superior privado no país, seja em termos de abertura de vagas ou de instituições, seja na comparação do total de alunos inscritos nas instituições privadas e nas instituições públicas” (ALMEIDA, 2000, p. 03).

Ao analisar o sistema educacional brasileiro na década de 1990, Paura (2012) chama a atenção para a desigualdade de acesso nos níveis educacionais que o compõe. Disparidade

que pode ser representada, segundo esta autora, pela figura de uma pirâmide, composta em sua base por “[...] um percentual maior de pessoas que têm acesso ao ensino primário e a progressiva diminuição do percentual em outros níveis, principalmente na educação superior [...]” (PAURA, 2012, p. 115), ainda que o acesso e a permanência no sistema educacional público estejam legalmente previstos.

Cabe ressaltar que, no Brasil, a previsão legal do direito à educação encontra-se inscrita atualmente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, como extensivo a toda e qualquer pessoa. Contudo, ainda que os textos legais determinem a obrigatoriedade do Estado com a educação, a referida política não alcançou o patamar de universalidade (PIANA, 2009).

Desta maneira, de acordo com Almeida (2009), faz-se necessário refletir sobre a forma de acesso a direitos em tempos de implementação da política neoliberal nesse campo a partir da adoção de um modelo expansionista que tenta incluir novos segmentos sociais nas instituições educacionais, pois este movimento,

[...] se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2014, p. 37).

As demandas para o trabalho das (os) assistentes sociais se inserem nesse contexto. Para o CFESS (2011), as determinações que caracterizam o aumento da participação do Serviço Social no âmbito dessa política, relacionam-se diretamente às tendências atuais que demarcam “[...] a relação entre o público e o privado na educação, revelando a dinâmica contraditória deste processo de expansão, assim como das possibilidades de alargamento das interfaces desta área com as demais políticas públicas [...]” (CFESS, 2011, p. 26). Além disso, expõem o reconhecimento e a visibilidade que a profissão passa a ocupar neste campo, merecendo atenção especial, pois tenta esconder “[...] sob os atrativos consensos produzidos em torno da ‘inclusão social’ [...], as desigualdades sociais que marcam as condições de acesso à educação no Brasil e que a descaracterizam como uma política efetivamente pública” (CFESS, 2011, p. 26).

De acordo com o CFESS (2011), o trabalho realizado por assistentes sociais na política de educação tem se conformado no Brasil a partir de quatro diferentes eixos: a) garantia do acesso da população à educação formal; b) garantia da permanência da população nas instituições de educação formal; c) garantia da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; e, d) garantia da gestão democrática e participativa na política de educação.

No âmbito da educação superior, o Estado convoca esta categoria profissional para que participe dos processos de inclusão dos excluídos no acesso ao ensino superior público brasileiro “[...] a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil [...]” (CFESS, 2014, p. 37), mas também sem perder de vista sua subordinação aos preceitos neoliberais.

Foi, portanto, neste cenário, configurado pelo “[...] rápido crescimento e ampliação da inserção do assistente social em novos campos de trabalho legitimados pelo mercado de trabalho, expondo quase sempre, o profissional às suas determinações” (PIANA, 2009, p. 163), que, a partir de 1990, ocorreu no país um aumento significativo de assistentes sociais no âmbito da política pública de educação.

A este respeito, o CFESS (2014) assegura que a inserção de profissionais de Serviço Social neste campo corresponde “[...] sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação [...]” (CFESS, 2014, p. 37), evidenciando, assim, o caráter contraditório desta profissão que, tensionada simultaneamente por interesses opostos, “Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75).

No tocante à educação superior, esta ampliação obtém maior expressividade a partir dos anos 2000, como uma das consequências do processo de expansão desse nível educacional tendo em vista as ações previstas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), suportes legais basilares à compreensão dos elementos que estruturam o processo de expansão da educação superior no Brasil. No caso do REUNI, a maioria das (os) assistentes sociais vincula-se ao desenvolvimento do trabalho técnico e, no PROUNI, dizem respeito à docência. Cabe mencionar a Lei nº 12.711, de 2012, outro importante indutor para inserção de assistentes sociais, pois o referido dispositivo legal passou a garantir a

expansão do acesso para segmentos populacionais até então excluídos desse nível de ensino educacional, que passaram a reivindicar por melhores condições de permanência no espaço universitário.

De acordo com Souza (2018), dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) apontam que em 2010 havia 2.930 assistentes sociais distribuídas (os) entre as 63 universidades federais no país no exercício da função técnica. Em 2015, o total de profissionais inseridas (os) nesse espaço sócio-ocupacional foi superior a 3.199. Cabe mencionar que as experiências profissionais nesse espaço sócio-ocupacional correspondem ao exercício da docência, bem como ao desempenho do trabalho técnico, realizado nas áreas da saúde, gestão de pessoas e assistência estudantil.

Um reflexo desse momento pode ser traduzido pela elevação da produção teórica relacionada à temática do Serviço Social na educação. De acordo com o CFESS (2011), diante do interesse gradativo da categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 2001, na cidade do Rio de Janeiro, passou a dispor pela primeira vez de uma sessão temática específica, pois até aquele momento os trabalhos desta área eram distribuídos nas sessões existentes.

Além desse registro, Gazotto (2019) catalogou, até o ano de 2017, o total de 255 produções, dissertações e teses, acerca do trabalho de assistentes sociais na educação, vinculadas (os) aos Programas Públicos de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Desse total, 16 trabalhos versam sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil.

Em recente esforço de sistematização de dados sobre o quantitativo de assistentes sociais inseridas (os) no âmbito da assistência estudantil, vinculadas (os) às universidades públicas da região Nordeste do país, contexto em que se insere a presente pesquisa, Férriz e Barbosa (2019) identificaram o total de 196 profissionais, distribuídas (os) entre as 33 universidades, sendo 19 federais e 14 estaduais. O estado da Bahia dispõe de quatro universidades federais entre as quais trabalham 29 profissionais, sendo 11 na UFBA, oito na Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), cinco na Universidade do Sul da Bahia (UFSB) e cinco na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). O estado possui ainda um campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), com seis profissionais vinculadas (os) à instituição, e outro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com seis profissionais no seu quadro efetivo.

A Bahia dispõe ainda de dois institutos federais com oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de educação profissional e tecnológica (EPT). As ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil também se amparam no PNAES e dispõem em seus quadros efetivos, de 42 assistentes sociais, sendo 26 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e 16 no Instituto Federal Baiano (IFBAIANO).

Com relação à discussão sobre o trabalho de assistentes sociais na UFBA, há registro de uma coletânea intitulada: “O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia”, publicada em 2018 e organizada pelas pesquisadoras Adriana Freire Pereira Férriz e Heide de Jesus Damasceno. A publicação dispõe de um eixo dedicado à educação superior, no qual constam três artigos sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil na referida instituição.

No que diz respeito às instituições públicas federais de educação superior, esta categoria profissional tem sido requisitada, majoritariamente, para execução das ações previstas no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), evidenciando que as demandas apresentadas aos “[...] profissionais de Serviço Social neste campo acabam se configurando em extensões das atividades decorrentes dos programas e projetos voltados para a garantia do acesso à educação escolarizada [...]” (CFESS, 2014, p. 41). Portanto, desenvolvem ações “[...] nem sempre integradas ou articuladas, mas que objetivamente ampliam o leque de procedimentos técnico-instrumentais e o tempo de acompanhamento do processo de concessão de bolsas ou algum tipo de benefício [...]” (CFESS, 2014, p. 41).

O referido Programa possui como finalidade a ampliação das condições de permanência de jovens nas instituições públicas federais de ensino superior com o objetivo de democratizar as condições de permanência e reduzir as desigualdades sociais, expressando “[...] o ingresso de segmentos da classe trabalhadora que sem a mediação da assistência estudantil [...] não acessariam a educação pública ou não permaneceriam nela por tempo mais prolongado” (ALMEIDA; FÉRRIZ, 2019, p. 24).

A partir desse momento buscar-se-á apresentar no que consiste efetivamente o trabalho de assistentes sociais no âmbito da educação pública superior com base nas experiências conhecidas, bem como na experiência da própria autora como assistente social vinculada a um órgão responsável pela execução das ações relativas à assistência estudantil numa universidade pública federal.

De início, o que se observa, assim como nos demais espaços sócio-ocupacionais, a exemplo da política de saúde e assistência social, é a (o) profissional de Serviço Social na

educação superior, desenvolvendo atividades profissionais no âmbito da assistência estudantil, e que tem como característica principal o atendimento direto à população usuária (ALMEIDA; FÉRRIZ, 2019).

Tem sido prevalecte nesse campo à maioria de assistentes sociais a participação em processos seletivos, cujo objetivo é a inclusão das (os) estudantes nos programas de assistência estudantil. A seletividade para o acesso de usuárias (os) às políticas públicas também é uma realidade prevalecte em outros níveis educacionais, a exemplo da educação básica, conforme demonstra Martins (2009, p. 192):

A seletividade para o acesso da população às políticas públicas ainda é uma atividade predominante na profissão. Nesse sentido, a inserção do Serviço Social na educação municipal tem a intenção velada de amenizar, controlar os conflitos e tensões afloradas na contradição entre o direito à educação infantil, especialmente o atendimento de crianças de zero a três anos de idade em creches e a real situação desse âmbito de ensino que não dispõe de recursos suficientes de atendimento à demanda existente.

Quanto à demanda institucional para participação de assistentes sociais em processos seletivos para inclusão de estudantes nos programas de assistência estudantil, referindo-se à experiência de assistentes sociais em instituições públicas federais de educação profissional e tecnológica, Damasceno (2013) aponta que “esta é a maior demanda de trabalho das assistentes sociais” (DAMASCENO, 2013, p. 100).

Além da identificação de atividades voltadas ao atendimento de demandas impostas via estrutura institucional, também se evidenciam neste espaço sócio-ocupacional, propostas de trabalho vinculadas às reais demandas das (os) usuários, contribuindo para a potencialização do trabalho do Serviço Social nesse campo (MARTINS, 2009).

Para atendimento desta demanda institucional, as (os) profissionais têm sido requisitadas (os) para realizar estudos socioeconômicos por meio dos quais se obtêm o conhecimento acerca da situação de renda, composição familiar, condições de moradia, saúde, direitos humanos e educação, entre outros, das (os) estudantes e seu grupo familiar. Vale ressaltar que esta competência foi construída ao longo da trajetória desta profissão e consolidada na Lei de Regulamentação Profissional, corresponde ao “[...] processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social” (MIOTO, 2009, p. 488) e se constitui numa importante ferramenta para caracterização da população atendida, bem como para delineamento de estratégias mais condizentes com este público.

Cabe ressaltar que o estudo socioeconômico integra o rol das ações técnico-operativas desta categoria profissional, sendo utilizado amplamente desde os primórdios da profissão,

mas transformado nos seus fundamentos teórico-metodológicos a partir da sua vinculação à teoria social crítica. É nesse sentido, portanto, que rompe com a lógica sobre a qual prevalecia a individualização dos problemas sociais, sendo interpretada a partir de então “como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista” (MIOTO, 2009, p. 482). De acordo com Miotto (2009), esta reorientação de concepção

[...] impõe uma nova lógica aos estudos socioeconômicos, e eles passam a ser entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social. Assim, exige-se a ampliação da ação profissional para além dos sujeitos singulares que serve de subsídio para as respostas coletivas às demandas que são “singulares” (MIOTO, 2009, p. 485).

Considera-se que a aproximação com o grupo familiar das (os) estudantes e o conhecimento sobre as suas condições de vida e trabalho, viabiliza a identificação de eventuais situações que impeçam ou dificultem o acesso ao direito ou violação destes, passível de solução via acionamento de outras políticas setoriais, a exemplo da saúde, assistência social, entre outras, através de orientações e/ou encaminhamentos. A utilização desse recurso potencializa a ação profissional ao intervir não apenas na realidade da (o) estudante, mas do seu núcleo familiar. Nessas situações, as (os) profissionais executam competências profissionais previstas no artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão, o qual prevê o encaminhamento de providências, e prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população “[...] no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1997, s/p).

Os estudos socioeconômicos significam a oportunidade de reconhecer as manifestações da “questão social” no público-alvo da política, assim como as alternativas encontradas pelos seres sociais envolvidos para enfrentamento dos obstáculos que se colocam diante da reprodução da vida no cotidiano, e assim colaborar, mediante o acionamento do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com os processos em curso. Estes estudos podem incluir a realização de entrevistas, visitas domiciliares, elaboração de relatórios e pareceres técnicos (MIOTO, 2009).

Nos períodos que antecedem os processos seletivos, o Serviço Social participa ativamente da elaboração de editais, formulários e materiais com orientações sobre o público-alvo, período de inscrição, requisitos, benefícios, etapas do processo seletivo, entre outros. De acordo com Martins (2009), reflexões e proposições relativas à documentação e

procedimentos adotados pelo Serviço Social, na tentativa de qualificar o fluxo e a rotina de trabalho da equipe profissional, constituem-se em atividades recorrentes e marcantes do cotidiano de trabalho.

As equipes, após publicação dos materiais produzidos, se dedicam aos atendimentos individuais e/ou de grupos para mais uma etapa de informações e orientações quanto à participação das (os) candidatas (os) nos processos seletivos. A atividade acima descrita evidencia a dimensão pedagógica do trabalho profissional e se faz necessária pela renovação constante do público-alvo, bem como pela dinâmica própria da vida da classe trabalhadora, caracterizada pela incerteza quanto à provisão da subsistência.

O Serviço Social também é procurado para apresentar aos estudantes as alternativas de suporte institucional disponíveis para acesso ainda durante o curso do processo seletivo, tendo em vista que em algumas situações as dificuldades se apresentam já nos primeiros dias do percurso acadêmico.

Uma demanda relacionada aos processos seletivos tem sido crescente nesse campo. Uma delas é o julgamento de recursos impetrados pelas (os) candidatas (os) não atendidas (os) dentro do número de vagas ofertadas em virtude da insuficiência destas.

As (Os) assistentes sociais têm sido acionadas (os) para atuação na apuração de denúncias, tanto aquelas apresentadas no âmbito interno das instituições, quanto aquelas realizadas junto aos órgãos de controle externo. O acionamento do Serviço Social para a execução da referida atividade tem exigido das (os) profissionais acessar conhecimento da área do Direito e/ou consultorias como uma alternativa para atendimento às demandas institucionais.

Compõem ainda o rol de atividades realizadas pelo Serviço Social no campo da educação superior: atendimentos à comunidade acadêmica (discentes, técnicos e docentes), orientação e/ou encaminhamentos a direitos, serviços e recursos sociais internos e externos à instituição, acompanhamento social realizado com as (os) estudantes vinculadas (os) aos programas de assistência estudantil, mediação de casos envolvendo situações diversas da comunidade acadêmica e mapeamento da rede de serviços socioassistenciais.

Neste espaço sócio-ocupacional tem se ampliado demandas para coordenação de serviços, unidade e órgãos; planejamento e monitoramento. Situação evidenciada por Damasceno (2013) como resultado do protagonismo desta categoria profissional no âmbito da execução do PNAES.

Demandas de consultoria, assessoria e avaliação pertinentes à assistência estudantil, bem como emissão de pareceres técnicos para Defensoria/Ministério Público sobre a operacionalização de mecanismos de seleção para acesso a benefícios, também têm se constituído em uma realidade no cotidiano profissional das (os) assistentes sociais. Vale mencionar que as referidas atividades se encontram respaldadas na Lei de Regulamentação da Profissão, tanto como competência quanto como atribuição, e resultam do esforço coletivo desta profissão em conhecer com profundidade as políticas sociais, bem como as (os) usuárias (os) destas. Matos (2009), ao refletir sobre o aumento dessa demanda a partir da década de 1990, atribui ao contexto de reestruturação produtiva por implicar na reorganização das instituições, no qual o conhecimento desta profissão foi acionado tanto do sentido da garantia dos direitos, como também da redução destes. Um exemplo positivo da realização dessa atividade pelas (os) assistentes sociais foi o papel fundamental desenvolvido na “[...] implementação das políticas sociais pós-Constituição Federal de 1988” (MATOS, 2009, p. 516) (*sic*).

Vale ressaltar que a ampliação desse espaço sócio-ocupacional tem favorecido a abertura de novos campos de estágio e contribuído para o processo de formação de futuros profissionais a partir da supervisão direta de estagiárias (os) de Serviço Social. Esta atividade compõe o rol de atribuições privativas das (os) assistentes sociais e expressa um momento singular do processo de ensino-aprendizagem ao propiciar a vivência da necessária articulação teórico-prática, sendo por meio deste que as (os) estagiárias (os) conhecem a realidade da instituição, a sua questão teórico-metodológica, “[...] a elaboração e implementação do plano de intervenção do (a) estagiário (a), articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação (CFESS, 2013, p. 11). A importância dessa atividade se eleva ao contribuir para a qualidade do processo formativo das (os) estudantes, tendo em vista a reestruturação do capital que afeta tanto a formação quanto o trabalho profissional num contexto de “[...] uma contrarreforma expressa na expansão acelerada do ensino superior precarizado [...]” (CFESS, 2013, p. 04).

A atuação em equipes multidisciplinares tem se configurado numa atividade bastante recorrente, tendo em vista os atendimentos de situações que envolvem o processo de adoecimento das (os) discentes com impactos na vida acadêmica.

As (Os) assistentes sociais têm realizado atividades profissionais em unidades/setores especializados para atendimento e acompanhamento das (os) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o que exige o

desenvolvimento de saberes específicos voltados para um determinado segmento populacional exposto a níveis diferenciados de exclusão.

O trabalho de assistentes sociais nas universidades contempla também experiências profissionais desenvolvidas no âmbito das creches, equipamento social indispensável na configuração da assistência estudantil, tendo em vista a maior participação de estudantes com filhos (as) nas universidades.

Esse espaço sócio-ocupacional tem evidenciado no seu cotidiano as mais variadas manifestações da “questão social”, traduzidas nas dificuldades financeiras, desemprego, subemprego, problemas de saúde física e mental, fome, assédio moral e sexual, discriminação por pertencimento étnico-racial, gênero, geracional, dificuldades de aprendizado, violências física e psicológica, dificuldade de acesso a materiais didáticos, internet e equipamentos, dependência química, insegurança pública, tráfico de drogas, habitações inadequadas, moradia instável, prostituição.

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo pretendeu discutir a divisão social do trabalho e a inserção do Serviço Social no processo de trabalho vigente na sociedade capitalista, além do trabalho desenvolvido por esta categoria profissional no campo da assistência estudantil das universidades públicas federais brasileiras.

3 POLÍTICA SOCIAL, EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre a política social no Brasil, dando visibilidade às contradições e complexidade dessa estratégia forjada no seio da sociedade capitalista e as características que passaram a delineá-la a partir da implementação dos pressupostos neoliberais neste país, que se insere no cenário econômico mundial de forma dependente e subordinada.

Esta discussão pretende subsidiar a análise sobre os impactos das medidas adotadas no âmbito da Educação Superior e os recursos acionados pelo Estado para ampliação das condições de permanência, via assistência estudantil, destinada aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculadas (os) nas instituições públicas federais de ensino superior.

3.1 A POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

As análises elaboradas neste tópico adotam como pressuposto teórico a perspectiva crítico-dialética em razão de identificar nesta abordagem os elementos necessários à compreensão das políticas sociais como processuais, históricas e multideterminadas. Tendo por base essa concepção, considera-se possível identificar as características que as particularizam em cada contexto, assim como refletir sobre os processos que as fazem vivenciar momentos de expansão ou retração em conformidade com os elementos conjunturais que caracterizam o movimento capitalista.

As políticas sociais surgiram nos países capitalistas e as suas primeiras iniciativas ocorreram na Europa, no século XIX, e generalizaram-se no contexto de consolidação de capitalismo monopolista, após a Segunda Guerra Mundial (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Antes do seu estabelecimento, a situação de pobreza vivenciada pela classe composta por trabalhadores era conduzida a partir de uma perspectiva punitiva e repressiva, abordagem que previa a responsabilização individual pela manutenção da subsistência através do exercício do trabalho, e apenas àqueles, considerados incapazes, caberia um tratamento diferenciado, desenvolvido por meio de práticas assistencialistas, mas caracterizadas pela restrição e seletividade. Nesta ocasião, as legislações existentes estabeleciam uma diferenciação entre pobres “merecedores” e “não merecedores”, o primeiro grupo, formado por aqueles de

comprovada incapacidade e também por “alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 49); o segundo, constituído por aqueles considerados aptos ao desenvolvimento de algum tipo de trabalho, ainda que possuíssem uma capacidade mínima para exercê-lo. Para estas autoras, aos merecedores estava “[...] assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretense dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 49).

Com o desenvolvimento capitalista e a fragilidade das práticas que asseguravam uma mínima proteção aos pobres, emergiu na sociedade o pauperismo¹⁰, “fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51), que, segundo Santos (2012), originou-se do processo de acumulação do capital, compreendendo inovações tecnológicas permanentes para elevação da produtividade através da diminuição do tempo de trabalho necessário para fabricação de mercadorias. Para Yamamoto (2010, p. 268),

A questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua *gênese* no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (grifos da autora).

As políticas sociais surgiram tendo como finalidade a mitigação dos efeitos da “questão social”, expressa nas incertas e inseguras condições de subsistência da classe trabalhadora, constituindo-se em “[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51).

¹⁰ “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2011, p. 153-154) (grifos do autor).

De acordo com Netto (2012), as políticas sociais tornaram-se objeto da ação estatal somente a partir do entendimento de que as sequelas da “questão social”, se não enfrentadas e controladas pelo aparato estatal burguês, constituir-se-iam num obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, mediante a legitimidade econômica e política, consensualmente estabelecida para gerir as exteriorizações da “questão social” com o intuito de “[...] atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (NETTO, 2008, p. 30).

Com isso, é possível observar que as políticas sociais são atravessadas por múltiplas determinações e emergem da sociedade capitalista como uma tentativa de enfrentamento às manifestações da “questão social”. Para Faleiros, (2009), por intermédio desta, viabiliza-se “[...] uma gestão, ainda que conflitiva, da força de trabalho para que ela se reproduza nas melhores condições possíveis para o capital” (FALEIROS, 2009, p. 54). Mas, representam ainda uma possibilidade de concretização de direitos sociais e de cidadania via acesso às medidas adotadas no campo da saúde, assistência social, previdência social, educação, habitação, prestação de serviços, proteção jurídica, construção de equipamentos sociais e subsídios (FALEIROS, 2009; NETTO, 2011; SPOSATI, 2010).

Esta abordagem permite compreender que as políticas sociais consistem num conjunto singular de respostas às tensões inerentes à sociedade capitalista, como uma das consequências das relações estabelecidas entre a classe trabalhadora e aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção a partir da intervenção do Estado.

Vale ressaltar que, no período transcorrido entre o final do século XIX e início do século XX, as políticas sociais avançaram no sentido do seu reconhecimento como direitos sociais, mas sem permitir quaisquer questionamentos sobre as bases que estruturam o capitalismo. Ainda assim, a classe trabalhadora, mobilizada e de forma organizada, desempenhou um papel decisivo na correlação de forças existentes, ao envidar esforços na luta pela emancipação humana, na distribuição mais igualitária da riqueza socialmente produzida e no estabelecimento de uma ordem societária livre da exploração, o que contribuiu sobremaneira para a ampliação dos direitos sociais via tensionamento sobre o Estado na sociedade capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Dessa maneira, refletem a coexistência de projetos societários distintos, convivendo em constante disputa na sociedade.

Face ao exposto, Behring e Boschetti (2008) argumentam que as políticas sociais possuem caráter histórico e processual, além de serem multideterminadas, pois é resultado de

relações “complexas e contraditórias” entre o Estado e a sociedade civil, como consequência das tensões geradas pelo embate das classes fundamentais do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Estas, conforme as autoras acima mencionadas, podem ser compreendidas como concessões capitalistas, com o objetivo de conservar a ordem estabelecida, mas também podem ser compreendidas como benfeitoria do Estado com a intenção de atender as necessidades da classe trabalhadora e assim mantê-la sob o seu domínio e controle, ou ainda como uma consequência da luta empreendida por trabalhadores frente ao ímpeto capitalista para aumento da acumulação (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Nesta mesma linha argumentativa, Faleiros (2009) aponta que estas correspondem ao “[...] resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (FALEIROS, 2009, p. 46).

Esta abordagem permite problematizá-las a partir dos processos sociais que a conformam, na tentativa de compreender as contradições que as particularizam, situando-as em cada contexto histórico.

Cabe ressaltar que embora o Estado se apresente na sociedade como uma instância independente, com legitimidade para administrar de forma organizada os efeitos da exploração do trabalho sobre a classe trabalhadora, esta instituição foi forjada pela burguesia, portanto “[...] possui uma direção de classe, uma hegemonia, da qual decorrem suas mudanças de papel e transformações” (BEHRING, 2009, p. 315). Logo, as políticas sociais, sob a égide do Estado, se constituem na sociedade capitalista, em respostas, muitas vezes focalizadas, fragmentadas e descentralizadas para as complexas configurações da “questão social” (BEHRING, 2009).

Apoiada nas elaborações desenvolvidas pelo CFESS (2014), considera-se que as políticas sociais estão representadas no cotidiano por meio dos serviços sociais. Estes, por sua vez, são financiados pela própria classe trabalhadora, ao produzirem a riqueza proveniente do trabalho, e correspondem à redistribuição de parte da riqueza produzida coletivamente, mas apropriada indevidamente pela classe dominante e transferida parcialmente ao Estado para que gerencie a pobreza decorrente do modo de produção sustentado sobre a exploração de trabalhadores, e, desta maneira, possa atender apenas em caráter residual e superficial, as necessidades de subsistência da classe trabalhadora, de forma a assegurar a sua reprodução.

Contudo, cabe salientar que, em última instância, as condições para continuidade da oferta de políticas sociais são determinadas pelo movimento das forças produtivas, ou seja, da

capacidade global e local de produção de riqueza. Nessa perspectiva, Behring e Boschetti (2008) asseveram que as políticas sociais são

[...] concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe. Portanto, *os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e osso, balizam as possibilidades e limites da política social* (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 315-316) (grifos das autoras).

Como se pode observar, portanto, é mediante esta qualidade específica que as políticas sociais ora vivenciam um processo de expansão e conseguem assegurar condições mais adequadas de vida e trabalho a um contingente maior de componentes da classe trabalhadora, fazendo com que mais trabalhadores possam garantir a sua sobrevivência e de seus familiares, ora experimentam períodos de retração quando ameaçam a sobrevivência de trabalhadores ao reposicioná-los à margem do sistema, dependente da caridade pública ou privada, como consequência das fragilidades que se impõem sobre as condições de manutenção da própria existência (FALEIROS, 2009).

A argumentação desenvolvida até esse momento evidencia as contradições que estruturam as políticas sociais na sociedade capitalista. Estas, embora apresentem obstáculos à superação da ordem capitalista, podem se constituir também na possibilidade concreta de manutenção da sobrevivência da classe trabalhadora numa sociedade estruturada sob a lógica da exploração que, por sua vez, desencadeia o processo de produção e reprodução da desigualdade social. Apesar disso, também representam limites à lucratividade do capital, ao impeli-lo a assumir, ainda que parcialmente, os custos com a produção e reprodução da classe trabalhadora. Logo, consistem na possibilidade concreta de reprodução do próprio sistema, pois sem a adoção de mecanismos para garantia do seu funcionamento, torna-se mais vulnerável e sujeito a abalos estruturais porque sem a possibilidade de instituir as condições mínimas para subsistência daqueles que compõem a classe trabalhadora, a revolta se impõe como uma alternativa viável e necessária.

Em concordância com Behring e Boschetti (2008), observa-se que as políticas sociais se consolidam como uma estratégia fundamental da classe trabalhadora, tendo em vista a centralidade destas para a reprodução da vida, traduzidas no cotidiano pelo acesso aos bens construídos socialmente, a exemplo do direito ao trabalho, emprego, alimentação, saúde, habitação, educação, previdência e assistência social, entre outros, que dizem respeito, em

última instância, à reprodução da própria condição como classe trabalhadora. Face ao exposto, observa-se que os obstáculos à superação da sociedade capitalista através das políticas sociais são imensuráveis, mesmo se compreendidas a partir da perspectiva que as reforçam como uma conquista fundamental da classe trabalhadora tendo em vista os enfrentamentos realizados ao longo de sua trajetória frente ao ímpeto do capital para preservação da sua hegemonia (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Desse modo, faz-se necessário compreender as particularidades assumidas pelas políticas sociais quando o capitalismo vivencia um período de recrudescimento e a exploração sobre a força de trabalho intensifica-se para manter intacta sua reprodução. Cabe ressaltar, tendo por base a discussão apresentada até aqui, que as características que perpassam as políticas sociais desde a sua constituição, passando pelas crises cíclicas e inerentes ao modo capitalista de produção, permanecem intocáveis.

Dessa forma, observa-se, partindo das primeiras iniciativas de política social, conduzidas sob a égide do Estado Liberal, que estas incorporam como princípio a noção de liberdade, segundo a qual todas as pessoas estariam em condições de igualdade para buscar livremente a satisfação de suas necessidades no mercado. No entanto, como é possível constatar, “Esta utopia liberal, jamais foi realizada. Em realidade o mercado é um mecanismo que mantém a desigualdade de condições” (FALEIROS, 2009, p. 47).

Behring e Boschetti (2008), ao analisarem as políticas sociais em circunstâncias liberais, expõem de forma sintética alguns dos elementos essenciais para subsidiar a compreensão sobre o funcionamento do Estado nesse contexto. De acordo com as autoras, a concepção liberal privilegia o individualismo; sob esta lógica, o direito individual sobrepõe-se ao coletivo de modo que todas as pessoas igualmente livres possam se movimentar na sociedade e comercializar propriedades. Esta liberdade, por sua vez, implicaria na responsabilização individual pela busca do bem-estar, resultando, invariavelmente, no bem comum. A partir desta racionalidade, todas as pessoas possuiriam capacidade individual para acessar livremente os benefícios disponíveis na sociedade pela via do mercado. A este respeito, Faleiros pontua (2009, p. 47): “Segundo a visão liberal, a ação espontânea do mercado deveria ocasionar um equilíbrio entre todos os indivíduos, de tal sorte que todos pudessem nele tirar vantagens, pelas vias da livre concorrência e da livre escolha”.

Outro elemento, segundo as autoras, que perpassa a noção liberal de política social, é a prevalência da liberdade e competitividade, defendidas como necessárias, pois estas possibilitariam a cada pessoa fazer as melhores escolhas, bem como o jeito mais adequado

para realizá-las. Porém, o que a concepção tenta esconder é “[...] que a liberdade e a competitividade não asseguram igualdade de condições nem oportunidades para todos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 62).

Elemento também presente nesta concepção é o entendimento de que a pobreza estaria relacionada com a inatividade e/ou imperfeição humana. Para os liberais, a pobreza nada tem a ver com o caráter desigual da distribuição da riqueza, produzida socialmente e apropriada através da extração da mais-valia pelos detentores dos meios de produção. Desta maneira, a visão liberal defende que as necessidades básicas não atendidas serviriam como controle populacional e um empecilho ao crescimento da miséria. Nesse sentido, advogam que o Estado desempenhe sua atuação apenas no âmbito da legislação e participe exclusivamente e de forma suplementar daquilo que é competência do mercado. Para alcance dessa finalidade, portanto, sua atuação “[...] deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 62).

Face ao exposto, pode-se observar que sob a racionalidade liberal, as políticas sociais ofertadas pelo Estado funcionariam como uma ameaça à sociedade, pois a continuidade da sua presença se constitui num incentivo à produção da miséria, tendo em vista que as pessoas alcançadas pelos serviços sociais se acomodariam na condição de miséria e dependência do Estado e protelariam ao máximo de tempo possível o rompimento com esta situação por terem suas necessidades básicas já atendidas pelo Estado. Por esta razão, defendem que as ações do Estado devem limitar-se aos mais vulneráveis, àqueles que por questões geracionais, doença ou deficiência, indispunham dos atributos necessários para ingressar no mercado e assumir a própria subsistência. Nas palavras de Behring e Boschetti (2008, p. 62):

A política social deve ser um paliativo. Como, na perspectiva liberal, a miséria é insolúvel e alguns indivíduos (crianças, idosos e deficientes) não têm condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo. A pobreza, para os liberais, deve ser minorada pela caridade privada (grifos das autoras).

Com o passar do tempo, as alterações ocorridas na concepção e condução da política social expressam a sua total conformidade à visão liberal e os avanços em prol da classe trabalhadora encontram-se fortemente ameaçados, tendo em vista a implementação da racionalidade neoliberal no âmbito do Estado.

Vale ressaltar, tendo por base a literatura estudada, que o neoliberalismo teve início logo após a segunda Guerra Mundial, mais precisamente nos países da Europa e América do

Norte, haja vista as experiências exitosas que vivenciaram, ainda que pontuais, durante o desenvolvimento capitalista. De acordo com Anderson (1995), as ideias preconizadas pelo programa neoliberal constam no texto “O caminho da servidão”, de Frederik Hayek, escrito em 1944. Os defensores das ideias contidas na referida publicação julgavam que as conquistas da classe trabalhadora, alcançadas com o apoio do Estado, eram as responsáveis pelos aumentos dos gastos públicos e se instituíam como uma ameaça à acumulação capitalista. Desse modo, como uma das alternativas à superação da crise, propuseram um Estado forte, capaz de conter os avanços alcançados pelo conjunto da classe trabalhadora, porém permissivo com relação à intervenção do mercado no âmbito da sociedade. Esta perspectiva contemplava, portanto,

Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos (ANDERSON, 1995, p. 310).

Na experiência brasileira, caracterizada pela inserção no cenário mundial de forma subserviente e dependente, o processo que culmina na adaptação do país ao ideário neoliberal ocorre de maneira bem específica, pois se dá a partir da incorporação das tendências do capitalismo central sem alteração nas bases que o constrói, combinando, desta maneira, elementos do passado com o presente, pois, conforme aponta Behring e Boschetti (2008, p. 77), “a transição – claramente não clássica – para o capitalismo no Brasil, então, é marcada por uma *visão estreita do dinamismo do mercado interno* e destina-se a impedir qualquer crescimento a partir de dentro” (grifos das autoras). Na perspectiva destas autoras, o que prevaleceu nas mudanças ocorridas no Brasil foram os interesses do ramo agroexportador e o ânimo modernizador não se mostrou forte o suficiente “[...] para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 77), o que explica, por sua vez, os desdobramentos do capitalismo na cena contemporânea.

Behring e Boschetti (2008), subsidiadas nas formulações desenvolvidas por Caio Prado Júnior, Otávio Ianni e Florestan Fernandes sobre a formação da sociedade brasileira, nos oferecem contribuições auxiliares para pensar o desenvolvimento do capitalismo e a oferta de políticas sociais em solo brasileiro. Para estas autoras, a inserção do país no cenário mundial esteve determinada pela sua formação sócio-histórica marcada pela experiência da

colonização e escravidão, o que caracterizou a sua relação com os demais países de forma dependente e submissa, construída a partir da transferência de matéria-prima, que serviu de lastro à consolidação do capitalismo em países europeus.

Com isso, evidenciam-se as características basilares que particularizam a incorporação do ideário neoliberal no contexto brasileiro, podendo, assim, colaborar na compreensão de como as políticas sociais passaram a ocupar a agenda nacional e a sofrer retrações importantes, contrariando, inclusive, as conquistas previstas na Constituição Federal (CF) de 1988, que apontavam para a ampliação e a universalização de direitos sociais fundamentais, a exemplo da saúde, educação, previdência e assistência social.

É importante evidenciar que o Estado brasileiro no contexto do neoliberalismo assumiu a responsabilidade de criar o marco legal com a finalidade de assegurar a obtenção em escalas cada vez mais superiores de valorização do capital. Esse Estado, embora se apresente como um agente moderador de conflitos em decorrência do modelo produtivo, revela-se cooptado pela classe dominante na dinâmica social.

Desta maneira, sob o comando de Bresser Pereira, o Ministério da Economia iniciou o processo que culminou na Reforma do Estado, ocorrida na década de 1990, tendo como principal argumento que a estrutura administrativa do Estado era a responsável pelo contido desenvolvimento do país devido aos elevados custos da sua administração. Por isso, a Reforma se propunha a promover a redução do Estado, sendo esta alcançada através da reorganização dos gastos públicos, considerados altos para os padrões neoliberais, e, desta maneira, estaria removendo o entrave que impedia o desenvolvimento social e econômico do país. Entretanto, após a implementação desta Reforma, o que se observa por um lado é a gradativa diminuição da atuação do Estado no campo das políticas sociais, que passou a apresentar respostas cada vez mais insuficientes, fragmentadas, focalizadas e seletivas, frente às expressões da “questão social”. Por outro lado, encontra-se o aumento da intervenção do mercado, atuando sob a lógica que lhe é peculiar, ou seja, mediando o acesso aos direitos sociais pela via da mercantilização.

O que se observa do alinhamento entre Estado e ideário neoliberal é um processo de desmonte das políticas sociais em curso, levado adiante pelos governos brasileiros, tanto aqueles vinculados ao campo conservador, como nos governos de Collor/Itamar Franco (1989-1993), Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Jair Bolsonaro (governo atual iniciado em 2018), quanto àqueles mais identificados com as ideias progressistas,

representados pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2012-2016).

Foi, portanto, neste contexto, que as políticas sociais avançaram no sentido de sua destruição, pois, sob a racionalidade neoliberal, o Estado se contrai, reduzindo de forma significativa o investimento nesse campo, passando a privilegiar o pagamento da dívida pública, para satisfação da elite financeira. Para os neoliberais, “[...] os serviços públicos, organizados a base dos princípios de universalidade e gratuidade superdimensionam o gasto estatal [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 149) e, associados aos salários de servidores públicos, contribuem para a elevação do gasto social – este último o principal responsável pelo desequilíbrio das contas do Estado – e, por esta razão propõem “[...] reduzir despesa, diminuir atendimento, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos” (IAMAMOTO, 2010, p. 149).

Com isso, os serviços públicos, como saúde, educação, previdência, dentre outros, são privatizados, constituindo-se como lugar de lucratividade para o capital. Assim, a vida humana passa a vigorar sob a lógica da financeirização, contribuindo, portanto, para a precarização da oferta de serviços sociais, papel constitucional e fundamental do Estado, restringindo sobremaneira o seu alcance. Vale salientar que as necessidades sociais são mediadas pela via da subordinação a dotações orçamentárias.

O processo de desmonte do Estado e dos direitos sociais se ampliou a partir de 2008 após uma crise¹¹ atingir vários países pelo mundo. Situação que impulsiona as investidas dos partidos mais alinhados ao campo conservador, impondo derrotas aos governos mais alinhados às causas populares. No Brasil, esta retomada ocorreu por meio de um golpe parlamentar, consumado em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Este processo ficou caracterizado pela coalizão de vários setores da sociedade, incluindo organismos internacionais e locais, a exemplo de partidos políticos, setor judiciário, forças armadas, a grande imprensa, dentre outros. Como consequência do golpe, uma série de medidas foi adotada em prejuízo da classe trabalhadora. Em 2016, durante o governo de

¹¹ “A globalização do sistema bancário promovida pelo neoliberalismo – expressa em altos volumes de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) e de créditos bancários estrangeiros às economias nacionais (dívidas públicas e privadas), a um só tempo, favoreceu um processo de aceleração do crescimento econômico, especialmente nos primeiros sete dos anos 2000, e gestou os pontos de estrangulamento que colapsaram em 2008, tendo como epicentro a economia dos EUA. Neste país, a financeirização estrangeira, especialmente no setor imobiliário, acirrou o endividamento das famílias, o *déficit* no comércio exterior e a dívida interna, principais elementos que detonaram o *crash* e converteram a onda de crescimento dos sete anos anteriores em um quadro de recessão, repercutindo nas demais economias nacionais” (SILVA, 2021, p. 431).

Michel Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que ficou conhecida como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da morte, por prever o congelamento dos investimentos públicos no campo das políticas públicas (educação, saúde, segurança, dentre outras), bem como dos setores estratégicos para o desenvolvimento do país. O período ficou marcado também pela reforma trabalhista, que permitiu a desregulamentação nas relações trabalhistas, intensificando ainda mais o processo de precarização da vida dos trabalhadores.

Em 2018, após eleição do presidente Jair Bolsonaro, foi aprovada a Reforma Previdenciária e encontra-se em curso a Reforma Administrativa, o que legitima as estratégias do sistema por meio do aparato estatal, para não apenas manter, mas ampliar a concentração dos ganhos do capital.

Os desdobramentos das ações em curso no âmbito da educação superior serão desenvolvidos no tópico seguinte.

3.2 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste tópico buscar-se-á desenvolver reflexões acerca do processo sobre o qual se estrutura a Educação Superior no Brasil, tendo como uma das principais características a exclusão de parte significativa da população brasileira, que vivenciou recentemente a ampliação do acesso a esse nível educacional, mas que diante de mais uma crise do capital com aprofundamento dos pressupostos neoliberais, sofre as consequências ameaçadoras da continuidade das políticas públicas em geral, e, em particular, das universidades públicas brasileiras.

A educação superior surgiu no Brasil sob a influência portuguesa, mantendo os traços de exclusão e seletividade, característicos do sistema de ensino do Império. Registros históricos atribuem à Europa, no período da Idade Média, o pioneirismo na concepção e instalação de universidades (ARANHA, 2006).

No Brasil, sob o domínio de Portugal, não há registro de qualquer demonstração de preocupação com o desenvolvimento educacional, tendo em vista “[...] que o governo de Portugal não permitia a criação de universidades na colônia bem como impunha outras medidas cerceadoras de nossa emancipação intelectual” (ARANHA, 2006, p. 320), pois este lugar representava para o colonizador apenas a possibilidade de geração de lucros por meio da extração da riqueza local (PIANA, 2009).

Com a chegada da família real no ano de 1808, este cenário sofreu alterações quando a colônia ocupou uma posição diferente na configuração do mercado mundial, que teve como uma das consequências a criação de escolas e academias com o propósito de suprir a necessidade decorrente da abertura dos portos (PIANA, 2009).

Porém, a instalação da primeira universidade no país tornou-se uma realidade na década de 1930. Fato ocorrido durante o governo de Getúlio Vargas com a criação do Ministério de Educação e Saúde, tendo como titular da pasta o jurista e professor Francisco Campos, ocasião em que foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que vigorou até o ano de 1961 (OLIVEN, 2002). Na concepção de Aranha (2006), o estatuto representou um avanço, tendo em vista que embora existissem algumas universidades, a exemplo da Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade Federal de Minas Gerais (1927), estas funcionavam a partir da junção de faculdades em que cada uma delas atuava de forma isolada e autônoma nas questões relacionadas ao ensino e os “[...] decretos de Francisco Campos imprimiram nova orientação, tendo em vista maior autonomia didática e administrativa, ênfase na pesquisa, na difusão da cultura, e ainda o benefício da comunidade” (ARANHA, 2006, p. 537).

De acordo com Silveira (2012), sob a nova proposta de organização do ensino superior, foi criada em 1934 a Universidade de São Paulo (USP). Na sequência, foi instalada a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro e as iniciativas foram acontecendo sucessivamente. No período transcorrido entre 1950 e 1970, foram criadas inúmeras instituições públicas federais de ensino superior pelo país, nas esferas municipais, estaduais e privadas.

Em movimento simultâneo à ampliação da quantidade de universidades, houve um aumento considerável do número de matrículas. Oliven (2002) observa que o aumento de demanda pela formação de nível superior está relacionado ao processo de industrialização e urbanização do país, iniciado na década de 1930, que provocou a criação de novos postos de trabalho em setores das iniciativas pública e privada.

No início da década de 1960, a universidade brasileira vivenciou um momento de profícuas mudanças. Segundo Oliven (2002), foi o momento em que a comunidade acadêmica se mobilizou para intervir na sociedade, na tentativa de romper com a cultura elitista e desenvolver um ensino superior mais alinhado às necessidades nacionais. No entanto, este movimento encontra obstáculos devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, ao representar, segundo a referida autora, avanços e retrocessos.

No ano de 1968, durante a ditadura militar (1964-1985)¹², período marcado por intensas intervenções do governo federal nas universidades no sentido de inibir qualquer tentativa de subversão da comunidade acadêmica à ordem preconizada, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), que instituiu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a valorização da capacitação técnica de professores, bem como alterações na LDB de 1961 (SILVEIRA, 2012). Face ao exposto, é possível observar que o desenvolvimento do sistema de ensino brasileiro ocorreu de forma lenta, mediante iniciativas pontuais, até a consolidação de uma proposta de educação que fosse capaz de incorporar um contingente maior de pessoas, ainda que se mantivesse circunscrito aos limites de uma pequena elite. Esse processo limitou-se à manutenção das instituições criadas até então, sem demonstrar qualquer preocupação com a ampliação da oferta e incorporação de segmentos populares que constituíam a sociedade brasileira (PIANA, 2009).

De acordo com Vasconcelos (2012), a expansão do ensino superior no Brasil obteve maior expressividade a partir da década de 1970 ao sair de um total de 300.000 (trezentos mil) matrículas para 1,5 (um milhão e meio) em 1980. Na compreensão de Paura (2012), uma maior abrangência se revelou na década de 1990, mas chama a atenção para a sub-representação deste nível educacional, se comparado aos níveis de ensino que antecedem esta etapa da formação. Para esta autora, o Consenso de Washington¹³ constituiu-se como um marco referencial determinante para compreender as mudanças ocorridas na educação superior no Brasil, tendo em vista que a partir desse momento passou a operar de forma subordinada à orientação dos organismos internacionais, com a produção científica submetida à lógica mercadológica e a educação entendida como propenso campo à obtenção de lucros e espaço de propagação das ideais dominantes. Nota-se, apoiada na discussão desenvolvida por Mari (2009), que o Banco Mundial passou a atuar de forma mais efetiva no Estado brasileiro a partir da década de 1990, quando propôs reformas no âmbito da educação superior, política setorial objeto de severas críticas pela instituição financeira. Para o Banco Mundial, “[...] a

¹² “Na ditadura militar pós-64 o país viveu mais um processo de *modernização conservadora*, talvez o último suspiro nessa modalidade marcante do desenvolvimento nacional: industrialização e urbanização aceleradas, e modernização do Estado brasileiro, inclusive com expansão de políticas sociais centralizadas nacionalmente. Esse processo, que representou uma espécie de salto adiante, foi conduzido pela lógica de ‘deixar o bolo crescer para depois dividir’, segundo a conhecida frase de Delfim Netto, então responsável pela política econômica” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 15).

¹³ O Consenso de Washington, como ficou conhecido o encontro realizado na capital dos Estados Unidos, que reuniu importantes instituições financeiras em 1990. Este encontro resultou num conjunto de recomendações econômicas, de viés neoliberal, voltadas à recuperação dos países subdesenvolvidos situados na América Latina.

universidade é julgada ineficiente e excessivamente dispendiosa em função dos seus poucos resultados na economia” (MARI, 2009, p. 170).

Na perspectiva adotada pelo Banco Mundial, havia uma enorme distância entre o conhecimento produzido pelas universidades e a realidade, por esta razão argumentava-se que as instituições de ensino deveriam engendrar esforços para solucionar os problemas sociais e econômicos, a exemplo da diminuição da pobreza. Desse modo, a proposta defendida incluía a formação de trabalhadores dentro da lógica empresarial, com capacidade para criar uma quantidade cada vez maior de empregos produtivos. Assim, “[...] a Educação Superior é deslocada do campo de produção de valores para o campo da produção de conhecimento rentável” (MARI, 2009, p. 173).

Na sequência dos fatos, o que se observa é a ampliação da oferta da educação superior privada, considerada de maior eficiência em relação às públicas, pois atendiam com maior celeridade as demandas relativas ao mundo do trabalho e podiam alcançar o conjunto de estudantes mais pobres a partir da oferta de cursos rápidos e com maior chance de empregabilidade.

Conforme Lima (2012), o Estado brasileiro, a partir desse momento, mais precisamente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), exerceu papel preponderante na execução da política de expansão da educação superior no país. Sob estes governos foram criados os marcos regulatórios no âmbito público e privado, tendo alterado de forma significativa as bases da formação superior brasileira com incidência direta na sua função precípua de unir a pesquisa, o ensino e a extensão. Para esta autora, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o processo de expansão concentrou-se na ampliação da rede composta pelas instituições privadas por serem beneficiadas por vultosos incentivos financeiros. Nesta ocasião, os financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) viabilizaram as condições facilitadas para pagamento, o que favoreceu a reestruturação de unidades existentes e a criação de novas instituições com elevação direta do número de matrículas.

Nesta mesma linha argumentativa, Saviani (2010) avalia que o processo em curso, iniciado na década de 1990, caracteriza-se pela variedade de modelos relacionados à organização das instituições de ensino superior, alterando “[...] o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana” (SAVIANI, 2010, p. 13), que, por sua vez, busca alinhar a produção universitária com as demandas do mercado

(FRONAPACE, 2018). Essa mudança representou limites ao processo de expansão das instituições na esfera pública, principalmente as federais, funcionando como um incentivo à expansão das instituições ligadas à iniciativa privada e atingindo com menor impacto as instituições estaduais (SAVIANI, 2010). Para este autor, “essa foi a política adotada nos oito anos do governo de FHC, o que se evidenciou na proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997” (SAVIANI, 2010, p. 13).

Observa-se que as medidas implantadas se contrapõem ao estabelecido na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 205, 206 e 207, embora seja necessário reconhecer que tais indicações se limitem à mera formalidade, pois o acesso à educação no Brasil trata-se ainda de um direito não efetivamente consolidado. Portanto, tais medidas, de cunho neoliberal, distanciam-se cada vez mais dos princípios constitucionais, pois avançam justamente no sentido da diminuição das obrigações e responsabilidades do Estado.

Vale salientar que as medidas adotadas pelo governo FHC para ampliação da oferta de vagas nas instituições da rede privada não surtiram o efeito desejado, tendo se mostrado insuficientes, pois a classe média demonstrou não dispor de recursos financeiros suficientes para incluir os gastos com educação no orçamento, ou seja, a distribuição desigual de renda do país revelou-se como um entrave para a expansão do setor apenas pela via da iniciativa privada. As instituições públicas de educação superior, objeto intencional de sucateamento ao longo dos anos de 1990, por meio do qual foi viável uma redução progressiva de investimento público no setor, intensificado durante os governos de FHC, passou a exigir do Estado maior valorização desta política via investimento no setor público (LIMA, 2012).

Como se pode perceber, a desigualdade social e a ausência de vagas no ensino superior foram determinantes para as ações adotadas no governo seguinte. Desta maneira, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) impôs ações complementares, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e da Lei nº 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos, voltado à rede de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, prevendo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos estudantes com renda familiar mensal per capita não superior a um salário-mínimo e meio (LIMA, 2012). Trata-se, portanto, de medidas benéficas aos estudantes, porém com contribuições em escala bem superior às instituições financeiras, que nesta ocasião dominavam o setor de prestação de serviços educacionais, interessadas na transferência direta de recursos públicos.

Em análise sobre o tratamento dado à educação superior durante o governo Lula, Saviani (2010) observa que o setor voltou a receber investimento, via ações promovidas no

âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹⁴, criado em 2007 com o objetivo de fundar novas universidades federais, novos campi, além de qualificar a utilização do espaço físico e o quadro de trabalhadores disponíveis para, assim, favorecer a ampliação do acesso e permanência de estudantes nos cursos de graduação. O referido programa prevê em suas diretrizes a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Situação que aponta para mudanças significativas no espaço universitário no que diz respeito à representação do perfil discente, tendo em vista o vasto lapso temporal em que a desigualdade social foi determinante para manter afastada parcela significativa da sociedade do ensino superior. Contudo, na compreensão de Saviani (2010), o governo Lula no tocante ao ensino superior privado, continuou promovendo o estímulo dado na gestão anterior haja vista a “[...] continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa ‘Universidade para Todos’, o PROUNI [...]” (SAVIANI, 2010, p. 14), programa que prevê a aquisição de vagas nas instituições de ensino superior privadas, contribuindo, assim, para a ocupação de vagas ociosas, problema enfrentado pelas instituições há alguns anos.

As medidas adotadas para expansão da oferta de vagas no ensino superior foram acompanhadas de legislações que aos poucos mitigavam as dificuldades para acesso de estudantes, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho de estudantes cuja educação básica tenha sido realizada na rede pública, mas que em 2009 passou a compor o conjunto de dispositivos para acesso à educação superior, via Sistema de Seleção Unificada (SISU), tendo consolidado, assim, esse processo de expansão.

Outro instrumento legal que contribuiu para a reconfiguração do perfil de estudantes no ensino superior foi a aprovação da Lei nº 12.711, de 2012, ainda que diante de intensos debates questionadores da sua constitucionalidade nos âmbitos político e jurídico. A Lei de Cotas¹⁵, como ficou popularmente conhecida, ampliou o acesso da população autodeclarada preta, parda, indígenas e por pessoas com deficiência, de acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Partimos do pressuposto que esta medida, além de abrir oportunidades de vagas, contribuiu sobremaneira para o aumento do

¹⁴ Decreto nº 6.096, de 24 de abril 2007, cujo objetivo é norteado pela promoção do acesso e da permanência de estudantes de graduação no ensino superior.

¹⁵ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que assegura a reserva de vagas nas instituições federais para estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio), egressos da escola pública, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

protagonismo negro na produção de conhecimento, superando a Lei nº 10.639, de 2003, que torna obrigatória a inclusão curricular da temática História e Cultura Afro-Brasileira na rede oficial de ensino, ainda carente de articulações na educação superior. O contexto de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, consequência do aumento do quantitativo de instituições, cursos, vagas, processo de interiorização dos campi, crescimento da mobilidade territorial por meio ENEM, SISU e da reserva de vagas para discentes oriundas (os) de escolas da rede pública de ensino, via cotas (renda, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência), alterou de forma expressiva o perfil recente de estudantes de graduação nas IFES (FONAPRACE, 2018), uma vez que no período transcorrido entre 2003 e 2017 houve um aumento de 260% no número de vagas.

Em 2017 foram ofertadas mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial, conforme demonstra o Gráfico 1. Este aumento tem relação direta com a criação de novas instituições no âmbito federal, tendo em vista que entre 2005 e 2017 foram abertas 18 novas IFES, abrangendo as cinco regiões do país, registrando, assim, um aumento de 40%, com valores mais significativos nas regiões Sul e Nordeste (FONAPRACE, 2018). Quanto à abertura de novos campi, registra-se “[...] crescimento de 176% em 15 anos. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão” (FONAPRACE, 2018, p. 05), ou seja, saiu de um total de 148, em 2002, para 408 em 2017.

Conforme exposto na Tabela 1, a região Sul concentrou o maior percentual de expansão, representado por 83,3% de aumento relativo à universidade e 162,1% em relação ao quantitativo de campi. No tocante à região Nordeste, houve um aumento de 50,0% no número de universidades e 253,3% quanto aos campi. As demais regiões do país, Norte, Sudeste e Centro-Oeste, apresentaram crescimento quanto ao número de universidades de, respectivamente, 25%, 26,6% e 25%. Em relação ao aumento de campi: 187,5%, 139,1% e 147,4% (FONAPRACE, 2018).

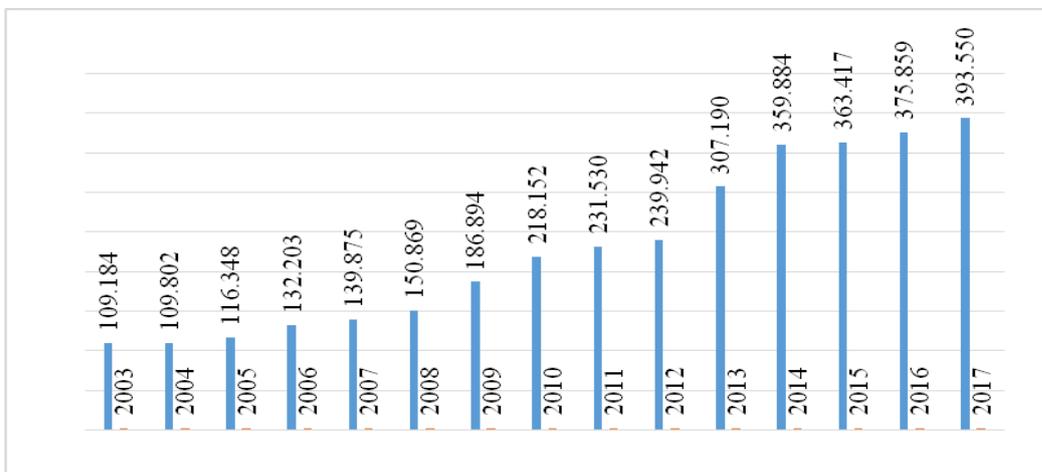
Tabela 1 – O crescimento das instituições federais brasileiras de ensino superior por região (2002 e 2017)

Região	Universidades			Campi		
	2002	2017	%	2002	2017	%
Nordeste	12	18	50,0	30	106	253,3
Norte	8	10	25,0	24	69	187,5
Sudeste	15	19	26,6	46	110	139,1
Sul	6	11	83,3	29	76	162,1
Centro-Oeste	4	5	25,0	19	47	147,4
TOTAL	45	63	40,0	148	408	175,7

Fonte: FONAPRACE (2018).

No que se refere às vagas ofertadas, saiu de 109.184 em 2003 para 231.530 em 2011, conforme apresenta o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Vagas ofertadas nas universidades federais em cursos de graduação presencial (2003 a 2017)



Fonte: FONAPRACE (2018).

As IFES estão presentes em todos os estados do país. O estado com o maior quantitativo é Minas Gerais, com 12 IFES, sendo 11 universidades e o Centro de Educação Tecnológica (CEFFET-MG). O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de instituições, com sete universidades federais. O estado do Rio de Janeiro dispõe de quatro universidades federais e o CEFET-RJ. A Bahia e o Pará têm quatro universidades cada.

A região Nordeste do País dispõe atualmente de 33 universidades públicas, sendo que 19 correspondem ao total de instituições federais e 14 estaduais. O estado da Bahia possui quatro universidades federais, sendo a Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia. Além destas, o estado dispõe ainda de dois campi, sendo um da Universidade Federal do Vale do São Francisco e outro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

As medidas adotadas no âmbito da democratização do acesso à educação superior vêm apresentando alterações significativas quanto ao perfil de estudantes de graduação nas IFES. Essa tendência está confirmada na última pesquisa¹⁶ realizada em 2018 pelo FONAPRACE, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, entidade que presta assessoria permanente à ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). A instituição tem como objetivo “[...] garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação” (FONAPRACE, 2018, p. 18). O referido estudo se constitui numa importante ferramenta para balizar a gestão das políticas de assistência estudantil através das identificações, análises, monitoramentos e avaliações das ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil, bem como do seu público-alvo, sendo inclusive possível, através deste instrumento, identificar maior presença de estudantes autodeclaradas (os) negras (os) e com renda familiar *per capita* inferior a um salário-mínimo (SM) e meio nas IFES brasileiras (FONAPRACE, 2018). No que diz respeito ao quesito cor/raça, em 2003, as categorias parda (o) e preta (o), quando somadas, correspondiam, especificamente neste ano, a 160.537 discentes. Em 2018, o somatório é representado pelo total de 613.826. Isto demonstra não apenas o sucesso das ações implementadas para acesso de outro público no espaço universitário, mas também as efetividades das intervenções realizadas no campo das ações afirmativas, que buscam corrigir injustiças históricas, as quais dificultaram o acesso de pessoas não brancas às IFES.

¹⁶ “O estudo realizado pelo FONAPRACE se refere ao conjunto das 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018 bem como pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES” (FONAPRACE, 2018, p. 09). “Ao final do processo de cadastramento de estudantes, chegou-se ao volume de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018” (FONAPRACE, 2018, p. 10).

Observa-se, mesmo diante de transformações benéficas relativas à expansão do ensino superior público, que a partir do ano de 2016 inicia-se um processo de desmonte quando o país “[...] entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas” (LIMA, 2019, p. 517). Diante de mais uma crise do capital, o sistema, via Banco Mundial, durante o segundo mandato da presidenta Dilma, elaborou um documento intitulado: “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”. O referido documento, tornado público em 2017, trata de um estudo enviesado, apoiado numa avaliação superficial sobre as universidades públicas ao conceber seus gastos como onerosos, tendo em vista os resultados ineficientes que alcança. De acordo com as ideias ali expressas, o desequilíbrio nas contas públicas em decorrência dos altos custos envolvidos na sua manutenção é de responsabilidade das universidades (BANCO MUNDIAL, 2017).

A solicitação do referido estudo é reveladora de uma tendência confirmada já em 2016, durante o governo de Michel Temer, quando foi aprovada em dezembro do mesmo ano a Emenda Constitucional (EC) nº 95, entre outras medidas para promoção do equilíbrio das contas públicas através do congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. Este regime fiscal estabiliza os investimentos públicos nas políticas públicas ao desvincular as despesas com saúde e educação dos percentuais da receita líquida da união. Tal medida desconsidera o aumento paulatino da demanda, em decorrência do crescimento da população, com repercussão no acesso tanto na saúde quanto na educação (LIMA, 2019).

A referida EC, além dos prejuízos à população que depende diretamente dos serviços públicos para manutenção da subsistência no que diz respeito à saúde, educação, previdência social, assistência social, entre outras, inclui o congelamento de reajustes na remuneração de servidores públicos e impede a abertura de novas vagas na administração pública, via concursos. Em análise realizada por Druck (2017), a autora aborda as implicações das medidas adotadas durante o governo de Michel Temer, com destaque para as universidades públicas brasileiras, ao propor como orientações e medidas a redução de recursos, ensino pago, financiamento para estudantes sem condição de pagar mensalidade das universidades federais e bolsas de estudos aos mais pobres através do PROUNI.

Em 2018, mantendo as estratégias do sistema para contenção da tendência de queda nos investimentos do capital, no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), diante de um cenário de crise mundial, caracterizada, no caso brasileiro, por um país de economia periférica e dependente, foram aprovadas por ampla maioria no Congresso Nacional, as Reformas

Previdenciária e Administrativa, adotando como discurso oficial a promoção do equilíbrio nas contas públicas.

No campo da educação superior pública, dada a lógica de sucateamento no setor em decorrência de contingenciamentos e congelamento do investimento no âmbito dos serviços públicos, o governo federal impôs às universidades um bloqueio de 30% no seu orçamento de custeio e capital, comprometendo o cumprimento de obrigações básicas como o pagamento de despesas com água e luz e os serviços terceirizados de limpeza e vigilância, entre outros (DOSSIÊ..., 2019).

Dando prosseguimento e em total alinhamento aos ditames neoliberais, foi apresentado à sociedade como alternativa para enfrentamento à crise, o Projeto de Lei Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – Future-se, o qual possui como finalidade assegurar maior autonomia administrativa e financeira às IFES através do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Vale salientar que este é um programa controverso, que excluiu de sua elaboração as IFES, principais interessadas, considerando que a execução do Programa se daria no interior destas instituições, e ratifica a tendência de desresponsabilização do Estado com a manutenção das universidades brasileiras.

Diante do exposto, coube à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (ANDIFES), após análise preliminar da proposta apresentada pelo governo, elaborar um documento de “Carta de Vitória”, que expõe as considerações sobre o Future-se e conclama a comunidade universitária a se debruçar sobre o documento, de modo a subsidiar as discussões acerca do que se pretendia implantar no sistema de ensino superior brasileiro, caso fosse aprovado.

Como se pode observar, as IFES têm enfrentado cortes orçamentários ao longo do atual governo, constituindo-se como uma ameaça à continuidade dos serviços prestados por estas instituições, a exemplo de pesquisas e intervenções comunitárias, inclusive leitos hospitalares (ANDIFES, 2021). Não obstante, tais ações são essenciais, haja vista as contribuições que têm prestado à sociedade diante da pandemia de alcance mundial motivada pela disseminação da Covid-19, com particularidades no Brasil (onde vitimou mais de meio milhão de pessoas), em decorrência da política de enfrentamento adotada pelo governo federal.

Vale ressaltar que sob a presidência de Jair Bolsonaro, as IFES têm sido vilipendiadas quanto ao exercício de sua autonomia na escola de dirigentes, tendo em vista que mais de 21 instituições, até a presente data, não obtiveram do governo federal a nomeação de seus (suas)

reitores (as), conforme lista tríplice elaborada após consulta à comunidade universitária, colocando em prática uma conduta arbitrária, autoritária e irresponsável com a ciência, suas instituições e atores (ANDIFES, 2021).

O valor aprovado na Lei Orçamentária Anual para o ano de 2021 corresponde a R\$ 4,5 bilhões, ou seja, valor 18.16% menor que o ano anterior, sendo que, do total disponibilizado, 14% encontram-se bloqueados. De acordo com a ANDIFES (2021), se considerada somente a correção inflacionária, o orçamento de 2021 deveria ser de R\$ 10,4 bilhões, sendo, portanto, rebaixado em relação a valores recebidos em 2014, período em que as universidades receberam R\$ 7,4 bilhões. As restrições impostas alcançam obras em andamento, laboratórios e adequações necessárias para realização de atividades presenciais (quando as circunstâncias forem favoráveis).

A política de redução orçamentária adotada pelo atual governo tem se defrontado com manifestações, atos e eventos diversos no âmbito da comunidade universitária, oferecendo resistência ao processo de desmonte em curso, colocando-se em defesa de uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, principalmente por ter vivenciado ao longo dos anos 2000 um contexto de ampliação de vagas e instituições federais de ensino superior (FONAPRACE, 2018).

3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: CONCEPÇÃO E TRAJETÓRIA

Este item tem como propósito apresentar de forma sucinta a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil, desde a sua gênese até os dias atuais, dando ênfase às suas características no contexto de expansão da educação superior, bem como apresentar o perfil do público-alvo atendido.

Desta maneira, tendo por base as formulações elaboradas por Magalhães (2013), Nascimento (2012) e Vasconcelos (2010), compreende-se que a assistência estudantil corresponde a um conjunto de ações desenvolvidas no campo dos direitos humanos (moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, ferramentas pedagógicas) voltadas para o atendimento de estudantes, em especial àqueles de origem empobrecida, com o intuito de viabilizar as condições para que este público possa ultrapassar as dificuldades do processo de formação acadêmica e evitar a retenção e/ou evasão escolar.

Todavia, cumpre destacar que a primeira experiência brasileira de assistência estudantil ocorreu no ano de 1928, durante o governo do presidente Washington Luís (1926-

1930), quando o Estado se responsabilizou pela construção e manutenção da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris (França), onde residiram estudantes de origem familiar abastada que enviavam seus descendentes à Europa para formação de nível superior. Assim, fica evidenciado que neste período a assistência estudantil estava a serviço da elite brasileira (KOWALSKI, 2012; DUTRA; SANTOS, 2017).

Sua origem está relacionada à inexistência de universidade no país, bem como ao acionamento do Estado para assegurar o direito à educação. Nesta ocasião, a elite concebia como irremediável a incorporação dos valores europeus para manutenção do pacto de dominação e utilizava-se do aparelho estatal para alcance dos seus objetivos (KOWALSKI, 2012).

De acordo com Kowalski (2012), quando o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) se propôs a reorganizar a sociedade brasileira, a temática da educação ocupou lugar de destaque e as modificações empreendidas contribuem sobremaneira para suscitar a primeira tentativa em torno da regulamentação da assistência estudantil. As mudanças ocorridas estão relacionadas à necessidade de formação específica de trabalhadores frente ao processo de modernização. Nas palavras da autora:

Em 1931, buscou-se a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Cabe destacar que, nessa época, ocorreu a primeira manifestação de reformar o ensino superior e, conseqüentemente, a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino (KOWALSKI, 2012, p. 85).

Ao longo do processo de institucionalização das universidades brasileiras foram se estabelecendo também as ações de cunho assistencial aos estudantes. De acordo com Kowalski (2012), uma delas foi a criação da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, para atender demandas de moradia e alimentação de estudantes com dificuldades financeiras. Tratava-se de um casarão, construído sobre três andares, dispondo ainda de um restaurante. A casa recebia volumosas doações do governo federal para manutenção da moradia, bem como das (os) residentes.

Vale ressaltar que o Decreto nº 19.851, de 11 de abril 1931, que dispõe sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, possibilitava a participação de estudantes, via representação, nas decisões que envolviam a vida universitária; desta maneira foi possível aos estudantes evidenciar as dificuldades enfrentadas e apresentar um conjunto de demandas. Na compreensão de Kowalski (2012), a partir desse momento iniciou-se o

processo de regulamentação sobre a oferta de assistência estudantil na universidade. Nesta ocasião, conforme identifica, entre os benefícios previstos, destaca-se:

[...] a concessão de bolsas para determinados alunos, todavia, era necessário haver o entendimento entre professores e estudantes dos conselhos universitários, de que o beneficiado atendessem aos requisitos de modo a cumprir os critérios de justiça e oportunidade. Esses critérios eram embasados nos méritos de cada um sendo que, no caso de pobreza, era preciso comprovar sua situação através da “declaração de pobreza” fornecida por algum instituto assistencial, bem como era observado se o comportamento do sujeito condizia com a pobreza que declarava (KOWALSKI, 2012, p. 85).

Ainda sob a vigência do governo de Getúlio Vargas, a assistência estudantil passou a “[...] integrar a Constituição Federal de 1934, no artigo 157, prevendo-se a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (KOWALSKI, 2012, p. 87). Este fundo seria constituído a partir de dotações orçamentárias, vendas de terrenos públicos, doações, dentre outros (KOWALSKI, 2012).

Em paralelo à ampliação das universidades, ocorreu o crescimento do número de estudantes, situação que favoreceu a organização coletiva desse segmento, e em 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que ao longo de sua trajetória exerceu papel importante em prol das questões relacionadas à assistência aos estudantes no ensino superior, como a “[...] criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilas e livros; assistência médica; assistência habitacional [...]” (KOWALSKI, 2012, p. 85). Mas, no decorrer de sua existência, essa entidade também protagonizou várias outras lutas em defesa do país, participando e posicionando-se frente aos assuntos mais importantes, “[...] fortalecendo o movimento social brasileiro em ações como a defesa do petróleo, que começava a ser mais explorado no país” (UNE, 2021, p. 01), protagonizando, inclusive, a campanha “O Petróleo é Nosso”.

Cabe ressaltar que o reconhecimento do dever do Estado com a assistência estudantil foi inserido na Constituição Federal de 1946 a partir do artigo 172, ao afirmar que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, s/p). Na Constituição Federal de 1967, a concepção que assegura a igualdade de oportunidades se expressou pela primeira vez, conforme explicita o artigo 168: “[...] a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade [...]” (BRASIL, 1967, s/p). Compreensão que também se expressa na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº

4.024, de 1961, em seus artigos 90 e 91, ao prever que as escolas possam, por meio de recursos próprios ou através de parcerias com outros órgãos, prover, orientar e estimular a prestação de serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos estudantes que deles necessitarem (DUTRA; SANTOS, 2017).

Um registro da tentativa de organização da assistência estudantil de abrangência nacional foi a criação na década de 1970 do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável pela implantação de programas de assistência aos estudantes, sendo um deles a Bolsa de Trabalho, através da qual estudantes exerciam atividades profissionais no âmbito das instituições públicas e privadas, e o outro a Bolsa de Estudo, situação em que estudantes recebiam recursos financeiros para manutenção de suas despesas, sem realização de contrapartida. Os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica eram prioridade governamental e estavam respaldados no artigo 62 da LDB de 1971. Em 1972, o programa assistencial “Bolsa Trabalho” foi instituído via Decreto nº 69.927 e destinava-se aos estudantes carentes financeiramente, mediante comprovação sumária. O DAE foi extinto na década de 1980 e as ações de assistência estudantil passaram a ser responsabilidade de cada instituição de ensino (IMPERATORI, 2017). Desde então, “[...] a assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas. Além disso, da mesma forma que a assistência social, a assistência estudantil foi marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação” (IMPERATORI, 2017, p. 288).

Diante do exposto, é possível constatar que ao longo de sua trajetória, a assistência estudantil esteve circunscrita a ações pontuais, realizadas de forma assistemática e fragmentada, sem dotação orçamentária específica e com destinação insuficiente de recursos no âmbito das instituições. Com o passar do tempo e diante da demanda crescente por assistência estudantil, resultado do processo de expansão e inclusão de novos segmentos no espaço universitário, a demanda por sistematização das ações realizadas nesse campo se coloca como uma necessidade premente.

As dificuldades enfrentadas pelas (os) estudantes durante a realização dos cursos universitários nas instituições públicas fizeram com que entidades importantes vinculadas ao ensino superior se tornassem aliadas na defesa de um conjunto de ações que, engendradas nacionalmente, contribuiriam para mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas neste nível educacional, a exemplo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos

Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que passaram, por sua vez, a produzir esforços no sentido de exercer pressão sobre o Estado para assegurar legalmente melhores condições para acesso e permanência de estudantes no ensino superior (VASCONCELOS, 2010).

Com esse intuito, foi realizado um levantamento de dados pelo FONAPRACE entre os anos de 1993 e 1996, contemplando temas específicos como: restaurante universitário, saúde e moradia estudantil, com o objetivo de subsidiar a criação de um programa nacional de assistência estudantil. Ainda no ano de 1996, a referida entidade realizou a primeira pesquisa de âmbito nacional para traçar o perfil socioeconômico e cultural de estudantes com matrícula em cursos de graduação presencial das IFES. Estas pesquisas foram realizadas em parceria com a ANDIFES pela primeira vez em 2003, pela segunda em 2010 e a terceira em 2018. De acordo com o FONAPRACE (2018), os resultados encontrados apontavam que uma parte significativa de estudantes matriculadas (os) nas IFES “[...] era oriunda de famílias das classes C, D e E. Na pesquisa de 1996, os estudantes pertencentes a estas três classes atingiam 44,3% do total da amostra, em 2003, eram 42,8% do total e, em 2010 eram 43,7% do total” (FONAPRACE, 2018, p. 06).

Todo esse esforço em âmbito nacional culminou nas ações articuladas via Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, ao instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que sinaliza para o estabelecimento de nove áreas para execução da assistência estudantil no âmbito das IFES, respeitando as especificidades locais, a saber: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2007).

O Programa passou a ter um novo marco legal a partir da aprovação do Decreto 7.234/2010, cuja finalidade é a ampliação das condições que assegurem a permanência de jovens nas instituições públicas federais. Destina-se, em caráter prioritário, aos discentes “[...] oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, s/p). O acesso de estudantes ao Programa, via de regra, ocorre mediante a realização de processos seletivos com a finalidade de validação da situação socioeconômica do núcleo familiar ao qual pertencem as (os) estudantes matriculadas (os) nos cursos de graduação na modalidade presencial, mas faculta às instituições a possibilidade de estabelecer novos critérios (BRASIL, 2010).

O PNAES prevê como objetivo explícito democratizar ações voltadas para assegurar as condições de permanência de jovens na educação pública federal, mitigar as consequências

advindas das desigualdades sociais e regionais que possam impedir ou retardar a conclusão da graduação, diminuir os números relativos às taxas de retenção e evasão e, por fim, contribuir para viabilizar a inclusão social através da educação (BRASIL, 2010). Este documento ampliou o campo de atuação desenvolvido em seu âmbito, ao inserir ações voltadas para o acesso, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. A partir desse momento, a assistência estudantil passou a dispor de recursos exclusivos, direcionados pelo MEC, mas mantendo a vinculação à quantidade de recursos existentes, o que, por sua vez, impõe limites à realização de ações que atendam as demandas apresentadas pelo corpo discente (BRASIL, 2010).

De acordo com o FONAPRACE (2018), foram repassados anualmente às IFES desde a institucionalização do Programa em 2008, os seguintes valores: no primeiro ano do Programa foi disponibilizado pelo MEC o total de R\$ 125.300.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e trezentos mil reais) para que as universidades atendessem as demandas de assistência apresentadas pelo corpo discente. Os valores enviados eram insuficientes, tendo em vista a alta demanda por ações nesse campo – por esta razão, em 2009 apresentou um aumento de 62% no montante transferido. No entanto, desde o ano seguinte vem apresentando redução gradativa do volume repassado, exceto ao que se refere ao ano de 2014, ocasião em que o recurso foi superior ao ano anterior, ou seja, foi destinado o total de R\$ 742.720.249,00 (setecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e vinte mil reais), com aumento de 23%. Ainda assim, para as universidades, a assistência estudantil constituiu-se num importante instrumento de consolidação do processo de expansão e efetivação do direito à educação (MAGALHÃES, 2013).

O mais recente levantamento realizado pelo FONAPRACE em 2018 revela como o perfil de estudantes das IFES brasileiras vem alterando-se ao longo dos anos. Conforme explicita a referida pesquisa, pode-se constatar uma variação da faixa etária nos três últimos levantamentos realizados. Deste modo, em 2010 a faixa etária menor que 20 anos estava representada por 16,8%. Situação que difere um pouco de 2014, quando este número caiu para 14,9%, e voltou a subir em 2018, quando se fez representar por 18,6%. Com relação à distribuição por sexo, verifica-se que o sexo feminino é maioria na configuração do perfil discente. No período estudado, o sexo feminino mantém prevalência, sendo representado em 2010 por 53,5%, em 2014 por 52,4% e em 2018 por 54,6%. No tocante ao pertencimento étnico-racial, é possível notar o crescimento da representação por raça/cor nas universidades, no caso de estudantes de cor/raça preta que de 27.693, em 2003, foi para 143.599, em 2018. O

número das (os) estudantes pardas (os) saltou de 132.834 em 2003 para 470.227 em 2018. As informações relativas à orientação sexual revelam um público majoritariamente heterossexual, sendo 78,1% do sexo feminino e 78,5% do sexo masculino. Discentes com deficiência (deficiência física e auditiva, habilidades/superdotação, deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento, surdez, cegueira, dentre outras) também apresentaram maior representatividade.

As dificuldades relatadas pelas (os) estudantes, com impacto no seu desempenho acadêmico, têm apresentado uma gradativa redução. De acordo com os dados coletados, as dificuldades enfrentadas dizem respeito à adaptação a novas situações, às questões financeiras, de aprendizado, de carga horária de trabalho excessiva, de acesso a materiais, bem como no tocante à falta de disciplina/hábito de estudo, relações amorosas e conjugais, situação de violência psicológica/assédio moral, relacionamento social/interpessoal e situação de violência física.

Em relação aos motivos que as (os) levaram a pensar em abandonar o curso, as (os) discentes atribuíram a dificuldade financeira, nível de exigência (carga de trabalho), problemas de saúde (físico/mental) pelo campo profissional, dificuldades de relacionamento no curso, incompatibilidade com o curso, insatisfação com a qualidade do curso, problemas familiares, assédio, *bullying* e perseguição.

Em relação aos motivos que levaram as (os) discentes a realizar o trancamento geral da matrícula, destaca-se: risco de ser jubilado, licença-maternidade, dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas, impedimento financeiro, insatisfação com o curso, impedimento de saúde, motivo de trabalho, dentre outros.

Quanto às dificuldades emocionais relatadas pelas (os) estudantes, constata-se uma redução de casos de 2010 para 2014, que voltou a subir em 2018. Neste ano, entre as principais dificuldades listadas, aparecem com maior frequência problemas ou sensações de ansiedade, desânimo/desmotivação, insônia/alterações no sono e desamparo/desespero.

A discussão desenvolvida ao longo deste capítulo pretendeu caracterizar a conformação das políticas sociais brasileiras no contexto de implementação do ideário neoliberal e o impacto das transformações operadas no campo da política social de educação superior pública federal para subsidiar a análise sobre o trabalho de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil.

4 O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Este capítulo se dedica à discussão sobre o trabalho de assistentes sociais realizado no âmbito da assistência estudantil na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), da UFBA. Para o alcance desse objetivo, serão analisados os documentos institucionais que servem de parâmetro para o trabalho profissional na instituição, bem como os dados obtidos através das respostas do questionário, enviado aos profissionais que exercem atividades profissionais nesse espaço sócio-ocupacional. O processo de trabalho no qual se insere as (os) assistentes sociais será descrito a partir do roteiro elaborado pelo professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida (Anexo A).

Adota-se como pressuposto que o entendimento acerca do trabalho de assistentes sociais não pode prescindir da perspectiva de totalidade, tendo em vista que as demandas institucionais, bem como as respostas profissionais, se inserem num contexto mais amplo, caracterizado pela conformação do trabalho no modo capitalista de produção e as tendências conjunturais que atravessam as políticas sociais no atual contexto. Desta maneira, as discussões empreendidas nos capítulos anteriores, situando o padrão de desenvolvimento capitalista e as políticas sociais no Brasil contemporâneo, com ênfase na política pública de educação superior, característica desse período, nortearão a análise sobre o trabalho de assistentes sociais no âmbito da PROAE/UFBA.

4.1 A CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O *locus* da pesquisa é a UFBA, instituição que se estabeleceu no Brasil após a chegada da Família Real Portuguesa no país, em 1808. Constituiu-se a partir da conjunção de unidades preexistentes, tornando-se universidade através do Decreto-Lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, sendo até então a única instituição federal de ensino superior público no estado da Bahia.

De acordo com Piana (2009), a gênese desta instituição, portanto, está relacionada à instalação da família Real na Colônia que, por sua vez, determinou a criação de escolas e academias para atender a demanda de mão de obra decorrente da abertura dos portos

brasileiros. Ao permanecer como única instituição dessa natureza no estado da Bahia até 2005, reforça os argumentos que apontam para o caráter elitista dessa modalidade de ensino no país, além de evidenciar os limites impostos frente ao cenário mundial para o desenvolvimento educacional (ARANHA, 2006).

A UFBA é uma instituição multicampi, com instalação de unidades universitárias em Salvador, Vitória da Conquista e Camaçari. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, a Universidade dispõe de 106 cursos de graduação, com 39.795 estudantes matriculadas (os) e 143 cursos de pós-graduação, com 6.172 estudantes matriculadas (os). É constituída por oito Pró-Reitorias, sendo elas: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGAD), Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG), Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT), Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) e Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE). Conforme expressa o PDI,

A Universidade Federal da Bahia, considerando o seu caráter público e a sua grande diversidade interna, tem a missão de produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social (UFBA, 2017, p. 65).

Iniciou suas atividades atuando de forma isolada e autônoma a partir da oferta dos cursos relacionados à área de saúde, artes, dentre outros, e ao longo dos anos foi se desenvolvendo para acompanhar o aumento de demanda por formação especializada para atuação no processo de industrialização e urbanização do país, conforme aponta Oliven (2002).

A PROAE, espaço sócio-ocupacional onde trabalham as (os) profissionais, objeto desta investigação, é a mais recente entre as Pró-Reitorias, criada em 2006 como Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, através da Resolução nº 05/06, de 20 de dezembro de 2006, tendo “como atribuição a gestão dos programas de inclusão social, apoio estudantil e ações afirmativas, com a responsabilidade de gerir programas e operar os fundos respectivos” (UFBA, 2006, s/p). Em 2009, passou a ser denominada Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, encarregada pelo planejamento, fomento, supervisão, avaliação e controle dos programas e ações nas duas dimensões que lhes estruturam (UFBA, 2013).

Trata-se, portanto, de uma reorganização interna que reflete o processo de sistematização das ações de assistência estudantil para atender à crescente demanda por ações dessa natureza, contando, para isso, com o apoio da ANDIFES e FONAPRACE no sentido de exercer pressões sobre o Estado para viabilizar melhores condições de acesso e permanência as (aos) estudantes do ensino superior público federal (VASCONCELOS, 2010).

Diante das suas obrigações legais, a PROAE tem desenvolvido projetos e ações com a finalidade de assegurar a permanência, através da assistência estudantil, às (aos) estudantes em situação de vulnerabilidade social para enfrentamento das persistentes “desigualdades sociais e a discriminação de grupos historicamente excluídos dos espaços legitimados de poder, a saber: mulheres, negros(as), indígenas, comunidade LGBT, pessoas com necessidades especiais, ciganos(as), dentre outros grupos” (UFBA, s/d, s/p).

As ações de assistência estudantil da Universidade encontram-se regulamentadas pela Resolução nº 04/99, que institui a Política de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil para a UFBA. O referido documento encontra-se desatualizado, não refletindo as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria, que foi incorporando novas ações e/ou ampliação dos programas existentes em consonância com as necessidades apresentadas pelo corpo discente e disponibilidade orçamentária. Cabe mencionar a existência de uma proposta de Política de Assistência Estudantil para graduação da UFBA, que aguarda aprovação no Conselho Universitário da Universidade (CONSUNI). O documento em questão foi submetido ao Conselho Social da Vida Universitária (CSVU) e à consulta pública na instituição. Considera-se de grande relevância a aprovação de um documento no qual estejam expressas a concepção, objetivos e princípios da assistência estudantil, incluindo uma previsão sistemática de reavaliação para identificação dos seus pontos críticos e potencialidades, bem como sua relação com as demais políticas sociais. Além disso, estabelece o conjunto de conhecimentos e profissões, com suas competências e atribuições específicas para atuação no âmbito da assistência estudantil.

A sede da PROAE está localizada na Rua Caetano Moura, nº 140, Federação, sendo composta de dois andares. No andar térreo encontra-se a recepção, triagem, protocolo, salas (atendimento e reunião), arquivo, banheiros, copa, refeitório e patrimônio. O andar superior dispõe de gabinete da pró-reitora, secretaria das coordenações, listagem, contabilidade e salas (coordenações e equipes).

A atual Pró-Reitora, Cássia Virgínia Bastos Maciel, iniciou sua gestão em 2014. Para execução das atividades, dispõe de 141¹⁷ trabalhadoras (es) com formação em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo de Administração, Enfermagem, Pedagogia, Psicologia, Recepcionista, Secretariado Executivo, Serviço Social, Contabilidade, além de outros profissionais como de Serviços Gerais, estagiárias (os), bolsistas, seguranças e porteiro. A conjunção de várias profissões traduz a fragmentação do processo de trabalho, conforme expresso em Marx (2013), ao afirmar que sob o domínio do capital, a força de trabalho, entendida como dispêndio de força humana, passa a ser organizada de forma que cada especialidade se ocupe apenas de uma etapa do processo produtivo para assegurar elevação da capacidade produtiva.

As (Os) trabalhadoras (es) livres, aos quais foi possível a venda da sua força de trabalho mediante a transformação de sua capacidade de trabalho em uma mercadoria, em troca de um salário para manutenção da subsistência, encontram-se na PROAE, contratadas (os) via concurso público para provimento de caráter efetivo, ou via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Para execução das atividades, a PROAE dispõe de profissionais com níveis de qualificação do ensino médio, técnico e superior.

A carga horária semanal das (os) trabalhadoras (es) é de 40 horas semanais e para as (os) servidoras (es) públicas (os,) lotadas (os) na sede, inexistente controle de assiduidade. Vale mencionar que se encontra em tramitação o processo de implementação dos turnos contínuos para as (os) integrantes da carreira técnico-administrativa sob o RJU, subsidiado pela Resolução nº 13/2013 e dispositivos legais previstos no âmbito da administração pública federal.

A remuneração destas (es) trabalhadoras (es) e a carga horária de trabalho apresentam variação, tendo em vista o nível de qualificação, ou tempo necessário para preparação de uma força de trabalho específica, e/ou ainda tipo de contratos. As (Os) servidoras (es) submetidas (os) ao Regime Jurídico Único (RJU) encontram-se amparadas (os) na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005¹⁸, o que inclui o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). De acordo com Marx (2013), salário que representa uma parcela mínima daquilo que foi efetivamente produzido pela classe trabalhadora e corresponde apenas

¹⁷ Os números apresentados sobre a quantidade de trabalhadoras (es) lotadas (os) na PROAE podem apresentar variação, tendo em vista as oscilações decorrentes de aposentadoria, afastamentos de saúde e/ou capacitação, demissões, tendo esta última atingindo parcela significativa de trabalhadoras (es) terceirizadas (os) em decorrência das restrições orçamentárias impostas à universidade.

¹⁸ Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

ao suficiente para subsistir como tal no sistema produtivo vigente. A sede da Pró-Reitoria funciona de segunda a sexta-feira, das 7:00h às 19:00h. As (Os) trabalhadoras (es) estão organizadas (os) em dois turnos de trabalho para atendimento de demandas espontâneas da população usuária. Os atendimentos geralmente ocorrem quando a (o) usuária (o) comparece à instituição, respeitando sempre uma ordem de chegada, porém para alguns serviços ou contato direto com a equipe gestora, por exemplo, há necessidade de consulta à (o) gestora (or) e/ou agendamento prévio, conforme a disponibilidade da agenda. Este acesso é controlado pelo setor de triagem, que identifica e encaminha à demanda ao serviço ou setor responsável.

Vale mencionar que durante a pandemia de Covid-19, a PROAE teve suas atividades presenciais suspensas, em conformidade à Portaria do Gabinete da Reitoria nº 103/2020 e Comunicado PROAE nº 06/2020. Todavia, o suporte assistencial às (aos) estudantes foi adaptado ao trabalho remoto. Esse contexto intensificou sobremaneira o processo de trabalho e evidenciou as precárias condições existentes para a execução do trabalho na instituição, sendo que a maior demanda institucional, o(s) processo(s) seletivo(s) para acesso das (os) discentes à assistência estudantil, ocorre quase em sua totalidade por meio da entrega e análise da documentação física nas instalações da PROAE.

As (os) assistentes sociais vinculadas (os) ao Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) são acionadas (os) com prevalência significativa, tendo em vista a posição que ocupa no processo de trabalho desenvolvido no âmbito da Pró-Reitoria, que tem relação com a caracterização do perfil para acesso da população usuária às ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil na UFBA.

A PROAE é responsável por viabilizar o acesso das (os) discentes às ações da assistência estudantil promovidas na Universidade. Contudo, vale registrar que não se trata de serviços sociais que disponham de uma cobertura universal, característica das políticas sociais na sociedade capitalista, conforme retratado no terceiro capítulo. Nesse sentido, são necessárias ações que permitam a identificação do público prioritário, mediante a análise da situação de vulnerabilidade socioeconômica da (o) demandante e seu núcleo familiar de origem, mas limitado quanto ao quesito renda, ao teto de um salário-mínimo e meio de renda mensal *per capita*, conforme preconiza o PNAES.

A comprovação da referida situação resulta no encaminhamento para algum auxílio e/ou benefício da assistência estudantil ou inclusão da (o) discente no cadastro geral da PROAE, pois atender aos requisitos necessários para comprovação da situação de

vulnerabilidade não determina o acesso direto aos ofertados, haja vista as demarcações orçamentárias impostas à instituição para alcance das crescentes demandas do corpo discente, decorrentes da ampliação do acesso ao ensino superior público federal.

O acesso das (os) estudantes aos auxílios, serviços e benefícios ofertados no âmbito da CPAE (Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante) ocorre via processo seletivo, atividade realizada duas vezes ao ano e que acompanha o calendário acadêmico da UFBA. A ação mobiliza parte significativa dos recursos humanos da Unidade, desde a recepção até o setor financeiro, responsável pelos procedimentos relativos ao pagamento, momento em que se completa o fechamento de um ciclo.

A comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica é realizada mediante a apresentação de documentos relativos à identificação da (o) estudante e seu núcleo familiar, informações e comprovações sobre as condições de vida e trabalho de cada familiar, o domicílio, despesas permanentes e situação de trabalho e renda. Após juntar toda a documentação, a (o) estudante a entrega, em envelope lacrado, de forma presencial ou via Correios, no setor de protocolo da PROAE ou no Posto de Atendimento ao Estudante¹⁹. O cadastro geral é uma atividade de fluxo contínuo, realizada pela equipe do NAE/CPAE, que consiste em requisito básico para acesso das (os) estudantes aos auxílios, serviços e benefícios da assistência estudantil e outros órgãos da Universidade, que promovam ações cuja exigência seja a comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica.

À instituição é apresentada uma significativa variedade de demandas, dadas pelas alterações no perfil da população universitária motivadas pela implantação do REUNI, PNAES, Lei de Cotas, conforme tratado no terceiro capítulo, com impacto direto na quantidade de trabalho, principalmente se analisada a partir dos prazos estabelecidos e disponibilidade insuficiente de recursos humanos.

Para dar prosseguimento ao processo de trabalho coletivo e combinado, desenvolvido no âmbito deste espaço sócio-ocupacional, a PROAE se estrutura internamente para garantia da eficiência e maior produtividade, conforme observa Marx (2013), a partir de três coordenações, nomeadas como: Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED), Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante (CPAE), constituída pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades

¹⁹ O Posto de Atendimento ao Estudante está instalado no campus de Ondina funcionando para solicitação e entrega de documentos, informações, inscrições relativas aos editais abertos pela PROAE, atendimento para o Salvador Card, dentre outros serviços.

Educativas Especiais (NAPE), e Coordenação de Unidades Executivas (CUE), formada pelo Núcleo de Gestão de Residências Universitárias, Núcleo de Gestão de Restaurantes Universitários e o Núcleo de Gestão de Creches da UFBA, conforme disposto no organograma²⁰ (UFBA, 2013). Esta organização do processo de trabalho, conforme Marx (2013), expõe ainda a necessidade de controle sobre a produtividade da classe trabalhadora. A CAAED, coordenada atualmente pela professora Izaura Santiago da Cruz, da Faculdade de Educação (FACED), dispõe em sua equipe de profissionais de Pedagogia, assistentes administrativos e estagiárias (os), sendo de sua competência:

- a. planejar ações para o desenvolvimento de programas de permanência vinculados às atividades de formação acadêmica e destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica; b. cooperar com as Unidades Universitárias na gestão do Programa de Ações Afirmativas; c. cooperar com as Unidades Universitárias no desenvolvimento de projetos educativos voltados para a garantia da permanência de estudantes; d. colaborar com outros órgãos competentes na formulação e execução de atividades voltadas para cultura, esporte, lazer, inclusão social e digital; e realizar cursos de formação de interesse social da comunidade estudantil, em regime de cooperação com as Unidades Universitárias e instituições não acadêmicas (UFBA, 2013, p. 37).

No âmbito desta coordenação, são desenvolvidos programas e ações, como o Programa Projetos Especiais; Programa Sankofa; Programa Bolsa Permanência, do MEC, e ações de esportes e lazer. Ademais, empreende ações direcionadas às (aos) estudantes em situação de vulnerabilidade relacionadas às questões de etnia, raça, gênero e afetivo-sexuais (UFBA, s/d).

A CPAE²¹ é coordenada pela professora Ana Cristina Muniz Décia, da Escola de Administração da UFBA (EAUFBA). Nesta coordenação, através do NAE, estão lotadas (os) profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, auxiliares de enfermagem e assistentes administrativos, sendo de sua competência:

1. coordenar processos de seleção para ingresso nos programas de moradia, restaurante universitário e creche; 2. cadastrar estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica; 3. desenvolver ações de apoio social aos estudantes; 4. assessorar o Pró-Reitor de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e o Conselho Social de Vida Universitária na implementação e condução das políticas de assistência estudantil; 5. planejar ações de avaliação e acompanhamento

²⁰ Este cronograma foi organizado pela autora tendo por base o novo cronograma UFBA e as informações obtidas através da estrutura organizativa da PROAE, disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos da instituição (Apêndice C).

²¹ Vale registrar que no âmbito dessa coordenação funciona o Núcleo de Atenção à Saúde Integral da/o Estudante (NASIE). O NASIE possui como competência prestar acolhimento, encaminhamentos, orientações e acompanhamento de estudantes cadastradas(os) nas situações relativas à saúde. Além disso, a equipe do NASIE é responsável pela recepção das solicitações de auxílio-saúde para aquisição de óculos e medicamentos, sem cobertura no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (UFBA, s/d).

social; 6. realizar pesquisas das condições sócio-econômicas dos estudantes; 7. acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários; 8. colaborar com outros órgãos competentes na elaboração de projetos voltados para a melhoria do desempenho acadêmico de estudantes; 9. propor programas de acompanhamento psicossocial para estudantes; e 10. organizar atividades voltadas à qualificação das relações interpessoais dos estudantes que convivem nas residências estudantis (UFBA, 2013, p. 37-38) (*sic*).

Apesar da formação diversa da equipe, considera-se que as atividades desenvolvidas no âmbito da coordenação são desenvolvidas a partir de uma articulação aquém do desejável. As (Os) profissionais desenvolvem atividades isoladas, relacionadas ao campo específico sobre o qual possuem conhecimento, mas com poucas possibilidades de intervenções subsidiadas em propostas afinadas à interdisciplinaridade.

Esta coordenação é responsável pela gestão dos benefícios ofertados no âmbito da PROAE, como os serviços de residência e creche; auxílios-moradia, transporte, estudante com necessidades especiais, alimentação, creche, saúde, acolhimento, mobilidade acadêmica internacional, material didático e Projeto Promisaes. No contexto pandêmico, a CPAE suspendeu a abertura de editais para acesso das (os) estudantes aos auxílios regulares e passou a ofertar novos auxílios/serviços como o Auxílio Especial para Permanência, Auxílio de Apoio à Inclusão Digital e Apoio para Acesso à Internet.

O NAPE, criado em 2008, através da Portaria nº 74, tem sede instalada no Pavilhão de Aulas Glauber Rocha, em Ondina. As atividades desenvolvidas no âmbito da sede dispõem de uma equipe constituída por profissionais de Serviço Social, assistente em administração, técnica (o) em assuntos educacionais e tradutor (a) intérprete de linguagem de sinais. Ao NAPE, compete:

1. desenvolver e articular ações que possibilitem o desenvolvimento efetivo do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais;
2. estabelecer parcerias com outras instâncias universitárias e com organizações externas, de forma a oportunizar a inclusão dos estudantes em espaços acadêmicos;
3. subsidiar e apoiar o trabalho das Unidades Universitárias e de outros órgãos em suas necessidades de atuação e informação sobre pessoas com necessidades especiais;
4. fomentar e subsidiar a construção de uma cultura de inclusão, por meio de promoção de acessibilidade e de valorização da diversidade;
5. especificar, propor, captar e atualizar recursos de tecnologia assistiva que favoreçam a inclusão e a autonomia de estudantes com necessidades especiais; e
6. apoiar os órgãos competentes na identificação e mapeamento de problemas de acessibilidade nas Unidades Universitárias e nos demais órgãos e colaborar na busca de soluções para sua efetiva superação (UFBA, 2013, p. 38).

A CUE, coordenada por Jomírio Sampaio Magalhães, é formada pelo Núcleo de Gestão de Residências Universitárias, Núcleo de Gestão de Restaurantes Universitários e

Núcleo de Gestão de Creches da UFBA, sendo atribuição do Núcleo de Gestão de Residências Universitárias:

1. zelar pelo adequado funcionamento das residências, e supervisionar as atividades relacionadas com a prestação de serviços; 2. viabilizar o planejamento e a execução dos serviços de manutenção comuns às diversas residências; 3. propor normas, procedimentos e rotinas de funcionamento das residências universitárias; 4. acompanhar e fiscalizar o uso das residências universitárias; e 5. instruir processos relacionados às residências universitárias (UFBA, 2013, p. 39).

A UFBA dispõe de quatro Residências Universitárias em Salvador: Residência Universitária nº 01 – Avenida Sete de Setembro – Corredor da Vitória; Residência Universitária nº 02 – Largo da Vitória – Vitória; Residência Universitária nº 03 – Rua Barão de Loreto – Graça, e Residência Universitária Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima – Avenida Anita Garibaldi. Por meio das residências são assegurados espaços para moradia, áreas comuns e ambientes para experiências comunitárias, atendendo atualmente cerca de 400²² estudantes, oriundas (os), em caráter prioritário, de outros municípios e estados do país (UFBA, s/d).

Ao Núcleo de Gestão de Restaurantes Universitários compete:

1. zelar pelo adequado funcionamento dos restaurantes, e supervisionar as atividades relacionadas com a prestação de serviços; 2. assegurar os serviços comuns de manutenção dos diversos restaurantes; 3. propor normas, procedimentos e rotinas de funcionamento dos restaurantes universitários; 4. acompanhar e fiscalizar o uso dos restaurantes universitários; 5. instruir processos relacionados aos restaurantes universitários; 6. realizar inventário periódico de equipamentos; e 7. fazer balanço mensal/anual do número de refeições servidas (UFBA, 2013, p. 39).

A UFBA possui um Restaurante Universitário (RU) localizado em Ondina e três pontos de distribuição de refeições em funcionamento no campus de São Lázaro e Residência Universitária nº 1, em Salvador e outro em Vitória da Conquista, e opera diariamente em média 4.200 (quatro mil e duzentas) refeições, contemplando desjejum, almoço e janta, e destina-se à comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnicos-administrativos). As refeições ofertadas podem ser parciais ou totalmente subsidiadas pela Universidade (UFBA, s/d).

O Núcleo de Gestão de Creches tem como responsabilidade:

1. zelar pelo adequado funcionamento das creches, e supervisionar as atividades relacionadas com a prestação dos serviços; 2. cuidar do planejamento e execução

²² As informações numéricas apresentadas ao longo desse tópico sobre a quantidade de estudantes atendidas (os), refeições servidas diariamente e vagas fazem referência ao período de funcionamento presencial da universidade, portanto até o dia 16 de março de 2020.

dos serviços de manutenção comuns às diversas creches; 3. propor normas, procedimentos e rotinas de funcionamento das creches da UFBA; 4. acompanhar e fiscalizar as atividades das creches da Universidade; e 5. Instruir processos relacionados às creches da Universidade (UFBA, 2013, p. 39).

A creche da UFBA, localizada em Salvador, foi fundada em 19 de setembro de 1983 e atende filhas (os) de estudantes e servidoras (es) pertencentes ao quadro efetivo da Universidade. Este serviço dispõe de uma estrutura organizacional interna contemplando uma equipe profissional que conta com auxiliar de desenvolvimento estudantil, profissional de Biblioteconomia, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, técnico de enfermagem, nutrição, técnico de nutrição, recepcionista, serviços gerais e porteiro.

Considera-se que a descrição das atividades, previstas em regimento, constitui-se numa referência importante para a organização do processo de trabalho e distribuição das atribuições por núcleos e coordenações. Cabe mencionar que a PROAE, em parceria com a Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD), tem buscado aprimorar os processos de gestão da Universidade através do estabelecimento de Procedimentos Operacionais (PO)²³. Os documentos pretendem orientar o planejamento do processo de trabalho relativo à concessão de benefícios, dando visibilidade às atividades e contribuindo para o desenvolvimento do trabalho na instituição, além de aperfeiçoar e assegurar transparência às ações em curso. Contudo, seguir os procedimentos operacionais não tem sido a regra nesse espaço de trabalho, um exemplo é o PO de organização do edital para concessão de benefícios da assistência estudantil, instituído em 2016, que prevê a elaboração do edital pela coordenação para posterior revisão pela equipe de Serviço Social, mas na realidade tem ocorrido na ordem inversa. O Instituto Multidisciplinar em Saúde – campus Anísio Teixeira (IMS/CAT), localizado em Vitória da Conquista, foi criado pela Resolução nº 2, de 2005, do CONSUNI. As ações de assistência estudantil no campus são de competência da Coordenação de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (COAE), a qual dispõe de equipe formada por um coordenador, duas assistentes sociais e dois técnicos em assuntos educacionais. Em 2018, uma extensão do núcleo foi inaugurada no campus de Vitória da Conquista.

²³ PO/PROAE/CPAE/01 – Organização do edital para concessão de benefícios de assistência estudantil; PO/PROAE/CPAE/02 – Seleção de estudantes para concessão de benefícios; PO/PROAE/CPAE/03 – Seleção de estudantes para concessão do serviço de residência universitária; PO/PROAE/CPAE/04 – Cadastro geral de estudantes na PROAE; PO/PROAE/CPAE/07 – Acolhimento à demanda de saúde de estudantes beneficiados com SRU; PO/PROAE/CPAE/11 – Prorrogação do Serviço de Residência Universitária. Disponível em: <http://www.supad.ufba.br/publicacao-de-procedimentos-da-assistencia-estudantil>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Instituto de Ciências Tecnologia e Inovação (ICTI), Unidade Universitária, criada através da Resolução 03/2018, do Conselho Universitário (CONSUNI), está localizado no município de Camaçari-BA. As ações de assistência estudantil no campus são executadas pelo Núcleo Local de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (NOAE) e dispõe de uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga.

Segundo o documento “UFBA em Números” (2019), as ações de assistência estudantil na Universidade dispuseram de R\$ 36.885.333,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e três) reais), valor orçado em 2019 e totalmente executado durante o ano seguinte, o que permitiu manter a oferta de 818.854 benefícios, incluindo serviços, bolsas e auxílios, disponibilizados no âmbito da Pró-Reitoria, contemplando um total de 9.896 discentes, conforme disposto na tabela a seguir.

Tabela 2 – Número de benefícios/discentes

TIPO	NÚMERO DE DISCENTES	NÚMERO DE BENEFÍCIOS
Serviços		
Residência Universitária	361	-
Creche	154	-
Ações do NAPE	75	1.152
Restaurante Universitário		740.972
Bolsas		
Projeto Permanecer	1.002	7.538
Projetos Especiais	371	3.025
Programa Permanência/MEC	866	10.428
Sankofa	147	1.034
Auxílios		
Moradia	1.666	15.223
Transporte	938	6.412
Estudante com Necessidades Especiais	55	535
Alimentação	3.022	30.256
Esporte	133	196
Creche	41	238
Saúde	477	894
Acolhimento	175	414
Mobilidade Acadêmica Internacional	49	229
Material Didático	105	131
Projeto Promisaes ²⁴	18	177
Outros Auxílios	241	930

Fonte: UFBA em Números (2019).

As atividades realizadas pelo Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional têm relação com a distribuição dos recursos provenientes do PNAES, sendo o acesso da população usuária viabilizado, prioritariamente, através de editais publicados semestralmente pela Pró-Reitoria, com oferta de benefícios como: auxílio a estudantes com necessidades educativas especiais, moradia, creche e transporte; serviço de residência, alimentação e creche.

²⁴ O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar com a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres. Para concorrer ao Promisaes, o estudante, além de estar matriculado em instituição federal de educação superior, deve ter bom desempenho acadêmico, de acordo com as exigências da universidade em que estuda. A universidade, para aderir ao programa, precisa estar vinculada ao PEC-G e receber, regularmente, estudantes estrangeiros por meio desse programa (UFBA, 2021).

Para Trindade (2012), as precárias condições de subsistência das (os) usuárias (os) que acionam o Serviço Social das instituições têm direcionado o trabalho profissional no sentido da concessão de auxílios e benefícios, ainda que os recursos disponíveis sejam insuficientes para atendimento de todas as demandas apresentadas. Para Constantino (2015), a fragilização do discurso de acessibilidade universal fica evidente quando parte significativa das solicitações de acesso às ações de assistência estudantil é indeferida por incapacidade do PNAES para atender as demandas apresentadas pelas (os) discentes, mesmo àquelas (es) que atendem ao critério de renda estabelecido pelo referido Programa.

Os processos seletivos realizados pela CPAE/PROAE apresentam altíssima demanda. Em 2020.1, último semestre letivo regular em que foram ofertados os auxílios regulares, como o Auxílio Moradia, Transporte, dentre outros, foram registradas 862 (oitocentas e sessenta e duas) inscrições, apenas para o campus de Salvador. Nos semestres 2020.1 e 2020.2, foram lançados editais unificados para auxílios criados no contexto da pandemia (Auxílio Especial para Permanência, Auxílio de Apoio à Inclusão Digital) e/ou serviços substitutivos do Cadastro Geral (Habilitação para Acesso aos Programas Permanecer e Sankofa e para o Auxílio material didático específico para discentes do curso de Odontologia), contemplando os três campi da Universidade, com 825 (oitocentas e vinte e cinco) e 628 (seiscentos e vinte e oito) inscrições, respectivamente.

4.2 O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFBA

Este tópico destina-se à discussão sobre a particularidade do trabalho das (os) assistentes sociais no âmbito da PROAE a partir da descrição do processo de trabalho no qual se inserem as (os) assistentes sociais, evidenciando as principais atividades desenvolvidas por esta categoria profissional nesse espaço sócio-ocupacional, bem como as respostas dadas por este segmento profissional para atender às demandas impostas pela instituição. Nas reflexões desenvolvidas ao longo do texto, buscar-se-á estabelecer correlações com a bibliografia estudada e experiências profissionais vivenciadas por outras (os) profissionais em espaços sócio-ocupacionais, cujo objeto de trabalho profissional se configura como expressões da “questão social” manifestadas no âmbito da assistência estudantil.

4.2.1 O processo de trabalho

O Serviço Social, desde a sua profissionalização, tem assumido como uma de suas competências a prestação de serviços sociais às (aos) usuárias (os) das instituições das quais participa, integrando um processo coletivo de trabalho (MARX, 2013; LUKÁCS, 2013; IAMAMOTO, 2007). Desta maneira, parte-se da premissa que estas (es) profissionais, ao comporem o processo de trabalho no âmbito da UFBA, se juntam a profissionais de outras áreas do conhecimento para dar prosseguimento ao processo de trabalho vigente, conforme argumenta Iamamoto (2007).

Participam desse processo coletivo de trabalho na UFBA 57 assistentes sociais, distribuídas (os) conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 3 – Distribuição e quantidade de assistentes sociais por unidade de lotação

Unidade de lotação de assistentes sociais	Quantidade
Carreira Docente	
Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social (IPS)	19
Carreira Técnico-Administrativa	
Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil	10
Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas	6
Serviço Médico Universitário Rubens Brasil	4
Escola de Enfermagem	1
Faculdade de Medicina	1
Faculdade de Odontologia	2
Instituto Multidisciplinar em Saúde/campus Vitória da Conquista	4
Instituto de Ciências Tecnologia e Inovação – campus Camaçari	1
Instituto de Psicologia	1
Ouvidoria	1
Maternidade Climério de Oliveira*	1
Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos	5
Hospital Médico Veterinário Veterinário Professor Renato Medeiros Neto	1
TOTAL	57

Fonte: https://sigrh.ufba.br/sigrh/public/menu_consultas UFBA.jsf2020. Acesso em: 23 set. 2021.

* A assistente social foi cedida pela UFBA para ocupação de cargo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Na PROAE, atualmente 13 assistentes sociais integram o processo de trabalho coletivo realizado no âmbito da assistência estudantil, localizando-se em três diferentes campi da UFBA, compondo a estrutura organizacional interna de núcleos e coordenações, responsáveis pela execução das ações de assistência estudantil distribuídas (os) da seguinte forma: oito no NAE/CPAE, uma na Creche, uma no NAPE, duas na COAE/IMS e uma no NOAE/ICTI.

Sobre o quantitativo de profissionais de Serviço Social para o trabalho no campo da assistência estudantil, cabe registrar, trata-se de uma quantidade insuficiente para suprir o volume de demandas, principalmente se analisada a partir do contexto caracterizado pela elevação do nível de escolarização das (os) jovens brasileiras (os) via programas governamentais – REUNI, PNAES e Lei de Cotas –, conforme os estudos elaborados por Lima (2012) e apresentados no terceiro capítulo.

Cabe mencionar que por meio desse estudo foi possível constatar o aumento gradativo da inserção de assistentes sociais entre 2006²⁵ e 2021 na PROAE, concentrado mais precisamente a partir dos anos 2000 (PAURA, 2012; ALMEIDA, 2000; PIANA 2009), para execução das atividades relacionadas à assistência estudantil, mediante a abertura e reposição de vagas, conforme demonstra a tabela 3, a seguir.

Tabela 4 – Formação da equipe conforme ano de ingresso na PROAE/UFBA

Ano de ingresso	Número de profissionais
2006	1
2008	1
2012	1
2014	2
2015	1
2017	2
2018	2
2020	1
2021	2
TOTAL	13

²⁵ Registra-se que no decorrer desta pesquisa, duas profissionais de Serviço Social foram aposentadas e ambas já se encontravam na PROAE antes do ano 2000.

Fonte: Portal da Transparência (2021).

Uma realidade desse espaço sócio-ocupacional, onde se inserem as (os) assistentes sociais, consiste na disponibilidade insuficiente de profissionais para o desenvolvimento das atividades administrativas, sendo então incorporadas ao cotidiano do trabalho do Serviço Social, exigindo menor nível de elaboração, mas comprometendo, sobremaneira, o desempenho das atividades compatíveis às exigências profissionais do cargo para o qual foi requisitado. Importante ressaltar que se trata de uma realidade vivenciada por outros espaços sócio-ocupacionais, conforme demonstrado por Martinez (2020) em recente estudo sobre o trabalho profissional no CEFET-RJ. Nesse sentido, afirma a autora, “na ausência desse perfil de servidor, está subentendido que os trabalhadores de nível superior assumirão aquele trabalho, o que também sinaliza para a multifuncionalidade” (MARTINEZ, 2020, p. 76), o que confirma as atuais tendências de precarização do trabalho (MOTA; AMARAL, 2006; ANTUNES, 2009; DRUCK, 2011).

Vale registrar que mesmo estando no serviço público federal, espaço de trabalho no qual estão asseguradas as coberturas trabalhistas e previdenciárias, possibilidades de crescimento na carreira e melhores salários, as (os) trabalhadoras (es) não estão livres da precarização do trabalho, conforme aponta Raichelis (2009), tendo em vista a sobrecarga de trabalho, já indicada pela quantidade insuficiente de profissionais para atendimento das demandas colocadas ao Serviço Social na instituição, conforme mencionado no tópico anterior.

Atualmente, todas (os) as (os) assistentes sociais que integram a equipe de trabalho responsável pela execução das atividades relativas à assistência estudantil, fazem parte da carreira técnico-administrativa na UFBA, com ingresso via concurso público. No NAE, onde estão concentradas (os) oito profissionais, a equipe está organizada em dois turnos de trabalho, das 07h00min às 13h00min e das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira. Nos demais núcleos, a organização sobre o cumprimento de carga horária depende da negociação interna envolvendo espaço físico, quantidade de profissionais e horário de funcionamento do campus.

A conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais, conforme estabelece a Lei nº 12.317/2010, não se tornou, do ponto de vista legal, uma realidade vivenciada pelas (os) profissionais, após alegação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) de que o instrumento legal não alcança servidoras (es) sob o

RJU, os quais cumprem atualmente a referida carga horária, mediante acordos internos estabelecidos no âmbito das unidades.

Vale registrar que, nesse momento, a categoria profissional por meio do conjunto CRESS/CFESS, tem empreendido esforços no sentido de pressionar a instância responsável pelo reconhecimento e extensão desse direito, conquistado duramente por este segmento da classe trabalhadora, às (aos) servidoras (es) regidas (os) pelo RJU, que em seu cotidiano de trabalho também precisam lidar diariamente com as expressões da “questão social” e todas as consequências advindas desse processo para sua saúde e bem-estar.

A formação da equipe de Serviço Social da instituição passou por várias modificações, principalmente ao longo dos últimos 10 anos. Nesse período, ocorreram pelo menos nove alterações na configuração da equipe. Estas alterações são decorrentes da abertura de novas vagas, substituição de servidoras (es) por aposentadoria, remoção e redistribuição. A movimentação da equipe tem relação com as mudanças que fazem parte da vida funcional das (os) servidoras (es), como a aposentadoria e remoção, mas o maior impacto nesse espaço sócio-ocupacional tem relação com a redistribuição diante da possibilidade de movimentação entre todos os estados da federação, o que tem permitido para algumas (uns) servidoras (es), conciliar projetos pessoais e profissionais. Por outro lado, a renovação constante da equipe impacta diretamente sua organização e consolidação de propostas profissionais para o trabalho na instituição. De acordo com Martinez (2020), a rotatividade de trabalhadores numa equipe dificulta a elaboração de estratégias mais consolidadas nos espaços sócio-ocupacionais, o que pode favorecer a subordinação das equipes às concepções e interpretações da gestão sobre as suas atribuições.

No âmbito dos núcleos, onde se inserem as (os) profissionais de Serviço Social, não existe uma definição prévia sobre o trabalho de assistentes sociais. Desta maneira, considerando os limites do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, e seu anexo (que dispõe sobre a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação), as (os) assistente sociais que integravam a equipe do NAE, em 2013, na tentativa de propor uma configuração e delimitação desse trabalho, elaborou um documento intitulado “Atribuições do Serviço Social na PROAE” (o referido documento não foi submetido nem aprovado por nenhuma outra instância da Universidade, mas tem servido de guia para o trabalho profissional), referenciando-se na Lei de Regulamentação Profissional, bem como já mencionada na publicação do CFESS: “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, dispondo de uma lista de atividades, abaixo transcritas:

- Prestar atendimento em regime de plantão social ininterrupto em período de 12 horas diárias;
- Analisar a situação socioeconômica da (o) estudante para obtenção de subsídios que informem a necessidade de inclusão no cadastro geral da PROAE, bem como nos seus programas e demais ações da UFBA;
- Mediar casos envolvendo situações diversas da comunidade acadêmica em questões pertinentes às competências profissionais;
- Realizar acompanhamento social aos estudantes cadastradas (os);
- Emitir pareceres, relatórios e demais documentos técnicos em matéria do Serviço Social;
- Realizar visitas domiciliares e institucionais, de acordo com avaliação técnica;
- Realizar entrevistas para subsidiar estudos socioeconômicos e acompanhamento social;
- Avaliar e propor ações, procedimentos de trabalho e intervenções em equipe técnica do Serviço Social e equipe multidisciplinar;
- Mapear rede de serviços socioassistenciais;
- Prestar orientação social à comunidade acadêmica (discentes, técnico-administrativos e docentes) para acesso a direitos, serviços e recursos sociais;
- Planejar, monitorar e avaliar instrumental técnico-metodológico e operacional da Política de Assistência Estudantil na UFBA;
- Assessorar nas atividades de pesquisa e extensão;
- Supervisionar estágio em Serviço Social;
- Prestar consultoria em assuntos relacionados à assistência estudantil.

A população usuária atendida na instituição tem acesso direto ao Serviço Social e os atendimentos podem ser realizados via agendamento prévio ou demanda espontânea, podendo ocorrer por decisão individual da (o) demandante ou por meio de encaminhamentos provenientes dos atendimentos realizados por demais integrantes da CPAE ou ainda decorrentes de outros órgãos da UFBA. Característica apresentada em outros espaços sócio-ocupacionais neste campo de trabalho (ALMEIDA; FÉRRIZ, 2019).

Este espaço sócio-ocupacional, mediante a possibilidade de contato direto com a população usuária, se revela com grande potencial de desenvolvimento do trabalho profissional, porém as limitações decorrentes da quantidade insuficiente de profissionais constituem-se numa barreira.

Durante o desenvolvimento do trabalho, as (os) profissionais deparam-se com as expressões da “questão social”, como doença, fome, dependência química, situação de moradia, conflitos familiares, dentre outras, que dizem respeito à população usuária e núcleos familiares, e demandam outras intervenções técnicas inerentes à profissão, tais como: acompanhamentos, encaminhamentos, atividades de natureza socioeducativa, dentre outras, as quais as (os) profissionais encontram entraves na execução, em decorrência das questões imediatas que se sobrepõem ao trabalho no cotidiano.

No NAE, as (os) assistentes sociais, a partir de 2015, estão organizadas (os) como técnicas (os) de referência por auxílios e serviços do programa de assistência estudantil da UFBA, com o objetivo de aperfeiçoar o fluxo dos processos de trabalho implementando ações que qualifiquem a passagem das (os) assistidas (os) no referido programa. A distribuição atual contempla a atribuição de um a três profissionais por benefício, considerando-se o quantitativo de busca pelo benefício nos processos seletivos e/ou especificidades das demandas apresentadas.

Uma realidade vivenciada por uma parte da equipe de Serviço Social com atuação no campo da assistência estudantil é a supervisão de estágio, embora trate-se ainda de experiências pontuais, ocorridas desde o seu funcionamento. Desta maneira, aponta-se como necessárias, considerando o potencial desse espaço para a formação profissional diante das múltiplas e diversas expressões da “questão social” que se colocam com tanta evidência, bem como para o desenvolvimento do trabalho profissional, e que certamente contribuíram para o aprendizado tanto para estagiárias (os) quanto para profissionais.

Entre 2013 e 2019, o NAE foi campo de estágio para aproximadamente 20 estudantes de Serviço Social. A última turma de estágio do NAE/CPAE encerrou as atividades em 2019, após abertura de processo seletivo realizado no primeiro semestre de 2018 através de publicação de edital voltado para as (os) estudantes de graduação da própria UFBA.

Para atendimento das demandas apresentadas no âmbito da assistência estudantil, objeto do trabalho das (os) assistentes sociais nesse espaço ocupacional, após o recorte institucional da expressão da “questão social” a ser atendida no seu âmbito, conforme aponta Iamamoto (2015), as (os) profissionais têm recorrido ao arsenal técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, construídos ao longo do percurso histórico da profissão pelo conjunto da categoria profissional para responder às demandas que lhes são postas. Competência esta desenvolvida desde os primórdios da profissão e largamente requisitada para o trabalho das (os) profissionais de Serviço Social no campo da educação,

principalmente no contexto de ampliação de vagas nas IFES (PIANA, 2009; ALMEIDA, 2003; FÉRRIZ; BARBOSA, 2019).

Desta maneira, o Serviço Social, na tentativa de responder as demandas postas nas instituições de ensino superior, se propõe a realizar no âmbito de atuação da PROAE, estudos socioeconômicos, encaminhamentos, orientações, acompanhamento, reuniões, planejamento, visitas técnicas: domiciliar e/ou institucional, plantão social, oficinas, atendimentos individuais e em grupo e articulação da rede socioassistencial, dentre outras atividades, conforme evidencia os trechos abaixo transcritos:

Atendimento de plantão social de uma a duas vezes na semana durante um turno para fins de verificação das demandas e eventual concessão de acesso ao serviço de alimentação temporário, auxílio emergencial para situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica com indícios de risco pessoal e social, prestação de orientações sobre as bolsas/auxílios, encaminhamento intrasetorial, intrainstitucional e/ou interinstitucional. Além dessa atividade, que é em caráter permanente com suspensão eventual durante os processos seletivos da assistência estudantil, o Serviço Social promove semestralmente seleção de bolsa e auxílios com visão focalizada a partir da atribuição de requisitos, critérios e classificação socioeconômica. O serviço social também é instado a opinar em matérias com temas pertinentes ao campo de atuação profissional (Assistente Social 3) (grifos nossos).

Prestar orientação social à comunidade acadêmica (discentes, técnicos e docentes) para acesso a direitos, serviços e recursos sociais; – Encaminhar estudantes às redes psicossociais municipais e estadual; – Orientação sobre as seleções para Chamadas e Editais da assistência estudantil na PROAE; – Seleção simplificada das condições socioeconômicas de estudantes para fins de auxílios da assistência estudantil durante o SLS; – Orientação aos colegiados dos Programas de Pós-Graduação que adotaram as recomendações da PROAE para seleção para bolsas; – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de Cadastro Geral e benefícios da assistência estudantil; – Realizar atividade em grupo e entrevista social para subsidiar estudo socioeconômico; – Emitir pareceres, relatórios e demais documentos técnicos em matéria do Serviço Social; – Mediar casos envolvendo situações diversas da comunidade acadêmica em questões pertinentes às competências profissionais; – Organizar atividades voltadas à qualificação das relações interpessoais dos estudantes que convivem nas residências estudantis (Assistente Social 7) (grifos nossos).

As atividades acima descritas estão relacionadas ao eixo da permanência das (os) estudantes nas instituições de ensino brasileiras, que buscam promover uma inclusão parcial daquelas (es) excluídas (os) dos níveis educacionais previstos na política educacional do país, conforme argumento apresentado no segundo capítulo (CFESS, 2011). Nesse sentido, evidencia como esta profissão participa simultaneamente de processos de exclusão e inclusão, na medida em que o seu trabalho se concretiza a partir de atividades que buscam identificar entre as (os) vulneráveis àquelas (es) merecedoras (es) da assistência do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

No âmbito da UFBA, tem crescido a demanda por participação da equipe vinculada ao NAE/CPAE nos processos seletivos vinculados aos programas de pós-graduação da Universidade em três diferentes frentes: isenção de taxas de inscrição, distribuição das vagas disponibilizadas pelo programa e bolsas fornecidas pelas agências de fomento à pesquisa. Avalia-se que o aumento dessa demanda tem relação com o contexto de restrição de bolsas, mas também com mudanças relativas ao perfil das (os) estudantes de pós-graduação na atualidade, evidenciando a necessidade do desenvolvimento de estratégias no âmbito político-legal e recursos (humanos e financeiros), que viabilizem a ampliação das ações de assistência estudantil as (aos) estudantes da pós-graduação.

De acordo com os resultados da pesquisa empírica, o trabalho das (os) assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional ocorre sem vinculação a um projeto específico do Serviço Social, conforme demonstra uma das falas das (os) assistentes sociais: “não existe sistematização de projeto de intervenção específico do Serviço Social no setor em que atuo e também desconheço a sua existência a nível institucional” (Assistente Social 3). O que foi retratado também por outra (o) assistente social ao afirmar que: “caso exista um projeto, ainda não o conheço. Existe um Formulário de Informações com uma breve descrição das atividades desempenhadas pelo Serviço Social” (Assistente Social 11).

A ausência de um projeto profissional na instituição reflete o que é apontado por Couto (2009) sobre o desafio atual das (os) assistentes sociais para formular projetos que darão concretude ao trabalho desenvolvido no âmbito das instituições. Desta maneira, avalia-se que a elaboração de projetos dessa natureza poderá direcionar o trabalho das (os) profissionais de Serviço Social inseridas (os) na PROAE, principalmente se referenciados na Lei de Regulamentação e no Código de Ética Profissional, tendo como premissa sua relativa autonomia para se colocar na defesa dos direitos sociais da população usuária, sem desconsiderar evidentemente a condição de trabalhador (a) assalariado (a) que já impõe determinados limites.

Com relação à existência de procedimentos para avaliação do trabalho, pode-se constatar que em alguns núcleos o procedimento foi incorporado à rotina da instituição, conforme demonstra o registro a seguir: “temos reuniões quinzenais na equipe multiprofissional e quando há formação ou trabalho em equipe todos se reúnem em um salão grande e avaliam a experiência” (Assistente Social 1). Por outro lado, há registro de avaliação sistemática, porém referindo-se à avaliação de desempenho (progressão por mérito), conforme previsto no PCCTAE, o que, no caso da UFBA, inclui as partes: servidor (a), chefia imediata

e integrante da equipe, não contemplando a avaliação de um representante da população usuária, de acordo com o registro abaixo transcrito:

Além do formulário de avaliação aplicado a todos os servidores da Instituição para fins de progressão por mérito profissional, ainda não percebi a existência de outro procedimento de avaliação definido. O que ocorre muitas vezes é a avaliação dos resultados de atividades, como a apresentação e revisão de documentos formulados, nas discussões em reuniões regulares sobre as demandas recebidas pelo Serviço Social (Assistente Social 11).

Contraditoriamente, há profissionais que desconsideram totalmente a existência da avaliação de desempenho, afirmando que “não, ainda não há um processo sistematizado para produzir uma avaliação do trabalho” (Assistente Social 2).

Com relação à autonomia profissional, a maioria das respostas converge para os limites impostos à profissão no âmbito das instituições, conforme evidenciam as falas de algumas (uns) assistentes sociais, abaixo transcritas:

Avalio que tenho uma relativa autonomia, pois *temos autonomia no atendimento ao estudante para orientação e encaminhamento, mas em algumas demandas é emitido o parecer para que a decisão seja tomada pela gestão*. Além disso, todas as nossas atividades devem estar de acordo com as normas instituições e algumas demandas não são possíveis de atender devido ao limite orçamentário (a exemplo da existência de quantidade limitada de vagas nos processos seletivos para concessão de benefícios da assistência estudantil) (Assistente Social 11) (grifos nossos).

Relativa, principalmente, no que tange à definição da distribuição dos recursos do PNAES entre as modalidades de auxílios/benefícios, sendo restrita a decisão do grupo gestor. As decisões de cunho administrativo e fluxo também não têm sido submetidos ao crivo do Serviço Social (Assistente Social 3) (grifos nossos).

Essa constatação tem relação com o exposto por Iamamoto (2015), ao afirmar que “[...] o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 422).

Os relatos acima demonstram ainda a utilização do recurso da autonomia quanto ao desenvolvimento do trabalho técnico, em virtude das poucas possibilidades de interferência, dadas pelas normas que regulamentam o exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2015), para defender sua relativa autonomia nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam as (os) assistentes sociais, estas (es) têm à disposição “[...] qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 422), bem como através da articulação com outras instituições e representação política da classe trabalhadora nesse campo de atuação.

A supracitada autora acrescenta que, para o alargamento das margens de autonomia profissional, é imprescindível o estabelecimento de diálogos frequentes entre a categoria para construção de um respaldo coletivo que fortaleça uma identidade profissional no âmbito das instituições, orientada por competências teórico-metodológicas e operativas, dentre outras, mais alinhadas ao desenvolvimento de práticas democráticas.

4.2.2 As condições de trabalho

Quanto à conformidade da estrutura deste espaço sócio-ocupacional, com a Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional da (o) assistente social, as (os) profissionais identificam avanços decorrentes de mudanças na estrutura física e como consequência dos posicionamentos das (os) profissionais. De acordo com uma das falas: “[...] um retrospecto da minha experiência na instituição permite avaliar que as condições éticas e técnicas foram aperfeiçoadas, inclusive, devido ao posicionamento de alguns assistentes sociais, em momentos diversos, na defesa da questão” (Assistente Social 4).

No tocante à oferta de recursos humanos, as (os) assistentes sociais a consideram insuficiente, inclusive destacam a necessidade de profissionais de outras áreas do conhecimento, compreendendo as suas contribuições para o trabalho na assistência estudantil, conforme expresso no fragmento abaixo:

[...] percebe-se a necessidade de ampliação do quadro de profissionais diante da defasagem do número de profissionais de serviço social, psicologia, pedagogia e técnicos administrativos, impactando nas atividades de acompanhamento psicossocial e pedagógico, atividades socioeducativas, pois nos voltamos unicamente às demandas imediatistas que emergem nos plantões sociais e de seleção. Além desses profissionais citados que atuam mais diretamente com a comunidade estudantil, é preciso incluir profissionais de outras áreas de formação, como: técnico de informática com domínio em linguagens de programação para o desenvolvimento de instrumentais digitais e outros; e estatísticos (ou matemáticos estatísticos) para o desenvolvimento de fórmulas e levantamentos estatísticos, para que possam contribuir tanto no dia a dia do processo de trabalho como nos processos de seleção tornando-os mais céleres, eficientes e eficazes (Assistente Social 3) (grifos nossos).

[...] A limitação que percebo que existe no cotidiano de trabalho é em relação ao baixo número de profissionais para um alto número de estudantes que demandam ao Serviço Social, fazendo com que não consigamos proceder, por exemplo, com a realização de entrevistas com todos os estudantes para que fosse possível conhecer melhor a realidade deles, o que restringe a possibilidade de técnicas a serem utilizadas (Assistente Social 11) (grifos nossos).

Cabe mencionar que a requisição de profissionais de Serviço Social à Universidade, para execução do trabalho profissional especificamente voltado às atividades desenvolvidas nos processos seletivos com fins de acesso das (os) discentes aos benefícios da PROAE, foi uma realidade constante nesse espaço sócio-ocupacional até o ano de 2019. Após os efeitos dos cortes orçamentários impostos à Universidade pelo governo federal, a PROAE ficou impossibilitada de ampliar a equipe, via contratação de profissionais, para este trabalho e, assim, assegurar o cumprimento dos prazos previstos em edital. Vale mencionar que o trabalho realizado pelas (os) assistentes sociais vinculadas (os) ao referido contrato estava submetido às condições ainda mais precárias, pois eram expostas a cargas horárias excessivas, ambientes sem adequações éticas, técnicas e materiais, competição e elevados índices de produtividade, ratificando as reflexões desenvolvidas por Raichelis (2009).

Quanto à disponibilidade de estrutura física, as (os) profissionais identificam avanços principalmente ao se referirem às salas de atendimentos utilizadas pelas (os) profissionais do NAE, instaladas na sede da Pró-Reitoria. No entanto, na perspectiva de algumas (uns) profissionais, ainda há necessidade de improvisos que comprometem a qualidade do trabalho, pois “[...] as salas de atendimento não possuem isolamento acústico, possibilitando a escuta pelas (os) profissionais e estudantes, que porventura estejam em atendimento nas salas próximas” (Assistente Social 3) ou “[...] as salas ficam muito próximas, para garantir o sigilo é necessário falar mais baixo e pedir que a (o) estudante faça o mesmo” (Assistente Social 8).

De acordo com as (os) assistentes sociais, a estrutura física para arquivo de documentos do Serviço Social atende de forma razoável, haja vista as lacunas apontadas quanto à inexistência de limites para acesso de outras (os) profissionais aos documentos de uso exclusivo do Serviço Social.

Ainda sobre o tema, o relato seguinte alerta sobre a necessidade de adoção de procedimentos que resguardem os documentos elaborados pela (o) profissional do Serviço Social.

Considero que as condições éticas e técnicas são razoáveis para realização do meu trabalho. Do ponto de vista material e estrutural, disponho de condições adequadas para atendimento e preservação do sigilo das informações. Ainda sobre esse aspecto, avalio que as condições estruturais de arquivamento de relatórios e pareceres são suficientes. Contudo, a adoção de um procedimento para que documentos de acesso restrito elaborados pelo Serviço Social não sejam acessados, em alguns momentos, por outros profissionais da instituição ainda é necessário [...] (Assistente Social 4).

Os registros das informações provenientes dos atendimentos realizados pelas (os) assistentes sociais na instituição não ocorrem de forma padronizada. A documentação técnica,

classificada por Trindade (2012) como: ficha de acompanhamento social, formulários de entrevista, relatórios, livro de registro de atendimentos e/ou atividades utilizadas pelo Serviço Social na instituição, não dispõem de uma padronização interna. A supracitada autora chama a atenção para o caráter sigiloso dessa documentação e responsabilidade profissional com a guarda do acervo, cabendo à instituição dispor de adequações físicas para arquivamento do material. Contudo, de acordo com os relatos abaixo, a instituição investigada apresenta necessidades de ajustes quanto à gestão do local destinado à guarda do material, pois segundo o relato de uma (um) das (os) assistentes sociais: “das condições éticas evidencia-se o desrespeito ao sigilo profissional, pois o material não fica sob a guarda exclusiva do Serviço Social, o qual é gerenciado pelo setor pedagógico” (Assistente Social 3).

Vale mencionar que as (os) assistentes sociais têm empreendido esforços no sentido de aprimorar a elaboração da documentação técnica e padronização de sua utilização no âmbito da instituição, inclusive evidenciando a necessidade de implantação de recursos tecnológicos que favoreçam o desenvolvimento do processo de trabalho.

Com relação ao planejamento do trabalho, as (os) assistentes sociais não o consideram como uma atividade consolidada, privilegiando quando ocorre apenas os aspectos relacionados ao processo seletivo para acesso de estudantes ao programa.

No último ano, em particular, o planejamento sistematizado tem sido integrado à rotina institucional da equipe do Serviço Social. Por ora, tal planejamento tem sido pautado basicamente em torno das questões relacionadas ao processo seletivo semestral para benefícios da assistência estudantil, mas também por pautas consultivas da gestão. O teor da discussão tem sido debatido exclusivamente pelos (as) assistentes sociais e, eventualmente, em questões deliberativas alinhado com a chefia imediata. A regularidade das reuniões de planejamento em tempos de pandemia tem sido semanal, mas no período anterior à suspensão das atividades acadêmicas, aconteciam em média uma ou duas reuniões no mês (Assistente Social 2).

Atualmente existe reunião semanal com dia e horário fixo para discussão sobre as demandas de trabalho que recebemos e organização com distribuição de tarefas e apresentação posterior dos resultados para avaliação e encaminhamento. Não percebo uma participação direta da chefia imediata (apenas quando são reuniões com membros da gestão por convocação da Pró-Reitora), pois na maioria das vezes a demanda é encaminhada para o Serviço Social para que esta equipe avalie e encaminhe parecer (Assistente Social 11).

O planejamento das atividades profissionais relacionadas à execução do processo seletivo aparece como parte do trabalho da equipe de assistentes sociais, sem a participação direta da gestão. Isso difere da realidade vivenciada pelas (os) assistentes sociais do IFBA, conforme demonstra o estudo realizado por Damasceno (2013) quando coloca que “[...] aos

profissionais de Serviço Social têm sido atribuídas à co-gestão, planejamento e execução da política de Assistência Estudantil da Instituição” (DAMASCENO, 2013, p. 103) (*sic*).

4.2.3 As requisições/demandas e respostas profissionais

Dentre as atividades listadas pelas (os) assistentes sociais que participaram da pesquisa, a de maior prevalência consiste na realização de estudos socioeconômicos, importantes viabilizadores do acesso a direitos, revelador das tendências de focalização e seletividade das políticas sociais e do trabalho profissional no âmbito da instituição, bem como das expressões da “questão social” não atendidas dentro da ordem capitalista (MIOTO, 2009).

Os estudos socioeconômicos, conforme Miotto (2009), consistem num conjunto de procedimentos e atividades executados pelas (os) profissionais de maneira responsável, que se traduzem no espaço investigado, na realização de análise documental, entrevistas, encaminhamentos, relatórios, visitas domiciliares e pareceres sociais. Contudo, no referido espaço tem-se priorizado a análise documental, em detrimento das demais etapas, devido à urgência dos prazos para entrega dos resultados, exceto no caso de estudos voltados para o Serviço de Residência, situação em que a entrevista e a participação em uma atividade de grupo são exigências estabelecidas em edital.

O Serviço Social promove e participa de reuniões envolvendo questões relativas ao desenvolvimento do trabalho na instituição como retrata um (a) assistente social: “planejamento, problemas no fluxo e distribuição das atividades, demandas diversas encaminhadas pela gestão (pareceres técnicos, apresentação de propostas de ação para outros órgãos da universidade, etc.)” (Assistente Social 4). Contudo, revela-se não se tratar de uma atividade totalmente integrada à rotina institucional, conforme relato de um (a) das (os) assistentes sociais: “a equipe do Serviço Social se reúne em alguns momentos, mas não há uma periodicidade definida” (Assistente Social 9).

Durante a suspensão das atividades presenciais na UFBA, a equipe conseguiu estabelecer um cronograma de reuniões virtuais, com encontros semanais para propor e desenvolver ações e soluções para continuidade dos serviços oferecidos no âmbito da instituição durante o momento pandêmico, conforme demonstra o trecho abaixo, mas realçando o caráter pontual desta atividade: “[...] no contexto da pandemia os assistentes sociais têm programadas reuniões semanais, ocorrendo em periodicidade menor a partir da

necessidade. Antes desse contexto não existia uma periodicidade definida” (Assistente Social 4).

Vale salientar que durante o período de trabalho remoto, as (os) assistentes sociais, para assegurar o direito das (os) estudantes aos serviços prestados nesse espaço sócio-ocupacional no decorrer do isolamento social, em consonância às determinações das autoridades de saúde nacional e internacional, desenvolveram o trabalho profissional em ambiente externo à instituição, na maioria das vezes utilizando-se do espaço doméstico. Nesta ocasião, as (os) profissionais fizeram uso de equipamentos de uso pessoal, necessitando, em alguns casos, promover adaptações e ajustes na dinâmica familiar para favorecer a execução do trabalho, responsabilizando-se individualmente pelos custos advindos dessa nova realidade, a qual foi submetida parcela da classe trabalhadora que, ainda com todas as dificuldades, conseguiu manter o vínculo empregatício e, por consequência, assegurar as condições de subsistência, sem perder de vista os impactos da pandemia na vida de cada trabalhadora (or) e seus familiares durante a pandemia.

O Plantão Social, atividade realizada pelas (os) profissionais do NAE, está organizado para atender demandas diversas da população usuária. Na execução do Plantão, a equipe se divide num revezamento semanal nos turnos matutino e vespertino. Nestas ocasiões, as (os) profissionais prestam orientações sobre o funcionamento da instituição, condições e requisitos para acesso às ações do programa de assistência ao estudante, encaminhamentos internos e externos, ou ainda aciona recursos eventuais e/ou emergenciais, previstos pela CPAE/PROAE.

Ainda sobre o Plantão Social, tal atividade apresenta bastante procura no NAE durante todo o ano letivo, com implicações diretas no planejamento do profissional e organização das demais atividades da CPAE, pois a depender da demanda posta pela (o) usuária (o), dada a natureza da atividade, outras intervenções serão necessárias até à resolução da demanda apresentada. Considera-se que o Plantão Social se constitui numa possibilidade efetiva de acesso da população atendida no âmbito da instituição aos serviços sociais (TRINDADE, 2012). Contudo, uma sistematização que qualifique sua operacionalização na CPAE poderia favorecer o alcance de melhores resultados para o trabalho do Serviço Social, inclusive atinentes aos registros dos atendimentos realizados e subsídios para tomada de decisão e definição de estratégias concernentes à gestão.

Na avaliação das (os) assistentes sociais, as questões, propostas e sugestões colocadas pela equipe são parcialmente incorporadas à rotina de trabalho, conforme se pode concluir dos

extratos seguintes: “[...] são sim, mas às vezes se perdem pelo caminho” (Assistente Social 1); “[...] pontualmente as sugestões apresentadas são acatadas pela gestão” (Assistente Social 3); “às vezes e por parte da equipe, pois depende do nível de entendimento e consenso da questão na equipe” (Assistente Social 4).

De uma forma geral, as (os) profissionais fazem uma avaliação positiva sobre o trabalho profissional na instituição, apesar das condições existentes dificultarem a execução das ações pertinentes às suas competências e atribuições. De acordo com as (os) técnicas (os), existe um ambiente propício ao diálogo e apontam a qualidade dos serviços prestados à competência da equipe. Nesse sentido, uma (um) das (os) assistentes sociais afirma que “[...] gostaria de ter melhores resultados, mas as condições de trabalho não permitem” (Assistente Social 1). Uma segunda opinião revela que:

O resultado é bom, sendo possível melhorar, principalmente, no que se refere ao acompanhamento dos estudantes após serem selecionados para a assistência estudantil. Entendo também o meu trabalho como parte de um trabalho que é realizado em equipe, onde existem profissionais muito comprometidos em fazer o melhor, porém algumas limitações referentes a estrutura, a recursos humanos e a outras impedem que alcancemos melhores resultados (Assistente Social 9).

As orientações e socialização de informações quanto às normas e procedimentos internos para acesso aos serviços e benefícios ofertados pela instituição, realizadas a partir de abordagens individuais e grupais, originadas da CPAE/PROAE ou unidades de ensino para recepção de novas (os) estudantes, constituem-se em ações profissionais de cunho socioeducativo passível de realização em diversos espaços sócio-ocupacionais e reproduzida na instituição investigada, tendo em vista a singularidade da relação estabelecida entre a população usuária e a (o) profissional (IAMAMOTO, 2007). Isso abre espaço para uma intervenção que favoreça o desenvolvimento de reflexões críticas, tomadas de decisões que contribuam para o despertar emancipatório e a participação política nas questões que envolvem a coletividade (MIOTO, 2009).

O Serviço Social tem sido demandado a participar de comissões no âmbito da CPAE, cujo objeto é a apuração de denúncias relativas à utilização indevida dos benefícios da assistência estudantil. Conforme relato de um (a) profissional: “[...] análise de denúncias por suposto acesso indevido à alguma ação direcionada aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica [...]” (Assistente Social 4). Na ausência de uma padronização interna sobre tais procedimentos, as (os) profissionais têm se organizado em grupos de trabalho para

cumprimento da atividade, ao mesmo tempo em que estabelece diálogos incipientes sobre o papel desta categoria no desempenho de tal ação.

Outra requisição posta às (aos) assistentes sociais é a participação na Comissão Permanente de Heteroidentificação, criada pela Portaria nº 169, de 05 de dezembro de 2019, com a finalidade de desenvolver ação complementar à autodeclaração de candidatas (os) ingressantes via modalidade de cotas reservadas para pessoas pretas e pardas, em conformidade com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Decreto nº 7.824, de 2012, e Portaria Normativa nº 18, de 2012, que tratam da implementação das reservas de vagas em instituições públicas federais de ensino superior, que vem sendo requisitada pela PROAE.

Quando solicitadas (os) a responderem sobre a possibilidade de desenvolverem outras intervenções profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, as (os) profissionais responderam afirmativamente indicando algumas possibilidades, a saber: “acompanhamento dos assistidos e cadastrados, atividades socioeducativas, sistematização e publicização dos resultados” (Assistente Social 3), “participação no planejamento orçamentário, mobilização para o controle social sobre as ações desenvolvidas na Instituição, além de ações que poderiam ser realizadas junto aos discentes do ensino médio” (Assistente Social 4) e “desenvolver trabalho interdisciplinar com a finalidade de acolher os estudantes nas suas dificuldades sociais, pedagógicas, psicológicas” (Assistente Social 9).

Quanto ao conhecimento do Serviço Social sobre o montante do orçamento destinado para execução do PNAES pelo MEC, a maioria das (os) participantes informa desconhecer o respectivo valor. O que ficou evidente na pesquisa é que esta atividade não faz parte da rotina institucional das (os) profissionais do Serviço Social.

Sobre a participação das (os) assistentes sociais na gestão institucional com recebimento de gratificação, existem experiências nesse sentido, conforme exposto nesse fragmento: “sim, função gratificada como assessoria” (Assistente Social 2), bem como na gestão de núcleos, conforme demonstra o seguinte trecho: “sim, Coordenação do Núcleo Local de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas [...]” (Assistente Social 9). Situação constatada também pela pesquisadora Damasceno (2013), ao registrar ampliação de demandas relativas à cogestão e/ou gestão de espaços, cujo objeto de trabalho são as expressões da “questão social” enfrentadas no campo educacional através da assistência estudantil.

Em caráter de síntese, essa pesquisa revelou que em relação às condições de trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, esse espaço sócio-ocupacional

é impactado pelos efeitos da reestruturação produtiva e incorporação dos pressupostos neoliberais na agenda governamental.

Constatou-se que o trabalho profissional está alinhado às prerrogativas teóricas e legais que subsidiam a profissão, o que lhe confere legitimidade para colocar em prática um projeto desenvolvido em parceria com outras categorias profissionais e população usuária da política, e enfrentar os desafios postos no cotidiano, mesmo num contexto de restrição à autonomia profissional.

O trabalho profissional nesse espaço sócio-ocupacional é realizado a partir de uma quantidade insuficiente de trabalhadoras (es), sem atender de forma satisfatória as condições éticas e técnicas necessárias ao exercício da (do) profissional.

Foi possível identificar as respostas profissionais apresentadas pelo Serviço Social à instituição que, por sua vez, impõe como principal demanda a participação das (os) assistentes sociais nos processos seletivos para acesso aos auxílios, serviços e bolsas oferecidos no âmbito da Pró-Reitoria.

Para atender esta demanda, foi constatado que as (os) assistentes sociais têm desenvolvido atividades voltadas para divulgação e orientações sobre o programa de assistência estudantil, reuniões, plantões sociais, estudos socioeconômicos, visitas domiciliares, entrevistas, acompanhamento social, encaminhamentos, abordagem grupal e planejamento das ações relacionadas aos processos seletivos, dentre outras. Vale mencionar os estudos para validação do perfil de vulnerabilidade socioeconômica e identificação do grupo prioritário a ser atendido com os serviços prestados pela instituição, que se constitui como a principal atividade realizada nesse espaço sócio-ocupacional.

A realização das atividades acima descritas permitiu confirmar a posição estratégica que o Serviço Social ocupa para identificar as principais demandas da população usuária da assistência estudantil, o que amplia as possibilidades de contribuição na concepção, execução e avaliação das ações realizadas no âmbito do programa de assistência estudantil. Contudo, revela também os limites da instituição para atender as múltiplas e diversas expressões da “questão social”, inerente à sociedade capitalista, e não resolvidas no âmbito das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA. Para alcançar essa finalidade, buscou-se situar o objeto de pesquisa a partir das formulações elaboradas pela teoria social crítica, que discute as características assumidas pelo trabalho no modo capitalista de produção, de modo a subsidiar a apreensão sobre a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho. Tais elucidações foram necessárias para a compreensão das mudanças relativas à reorganização do mundo do trabalho a partir da implementação dos pressupostos neoliberais, que impõem novas exigências à classe trabalhadora.

Desta maneira, também foi necessário empreender esforços no sentido de desvelar as contradições e complexidades da política social, com destaque para a Política de Educação Superior no âmbito da rede pública federal, a qual passou por um processo de ampliação, atendendo direitos e reivindicações históricas da classe trabalhadora, mas legitimada sob a lógica neoliberal, de seletividade e focalização reproduzidas na condução de serviços e auxílios de assistência estudantil destinados às (aos) estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Ampliar o conhecimento sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil exigiu uma maior compreensão sobre o processo de constituição da oferta desse nível educacional no Brasil, bem como sobre as transformações ocorridas no seu interior sob o domínio do capital, caracterizadas pela tendência de aumento da escolarização da classe trabalhadora e as determinações para requisição de assistentes sociais para trabalhar no âmbito da assistência estudantil, com o objetivo de atender às expressões da “questão social” oriundas do sistema econômico vigente.

Buscou-se caracterizar o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA a partir da exposição e análise dos dados relativos ao trabalho destas (es) profissionais na PROAE, entendendo que as IFES se constituem como espaços sócio-ocupacionais com variadas possibilidades para o trabalho profissional, como docência, gestão de pessoas, saúde, dentre outras, e têm como principal demanda o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil.

Se faz necessário reconhecer que a ampliação da inserção de assistentes sociais no campo da educação superior pública federal, mais precisamente no âmbito da assistência estudantil, acompanha o movimento contraditório da oferta de política social, concebida pelo

Estado. Um outro aspecto a ser considerado é o aumento da inserção de assistentes sociais num contexto de reorganização interna do capital que lhe assegure o processo de acumulação, sustentado pela lógica neoliberal.

A pesquisa demonstrou as determinações que subsidiaram a ampliação do número de assistentes sociais no âmbito da educação entre os anos de 1990 e 2000 e sua vinculação à política de expansão da educação superior adotada no país que, no tocante ao sistema federal, esteve respaldada em programas governamentais comprometidos com a redução das taxas de evasão, aproveitamento total das vagas disponíveis, estímulo à ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil, dentre outras.

Em paralelo ao referido processo de expansão, nota-se o papel fundamental desenvolvido pelas entidades representativas do Serviço Social no sentido de refletir sobre a abertura de novos espaços sócio-ocupacionais que se revelam justamente no contexto de recrudescimento da política neoliberal, e que resultou na elaboração do documento: “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”. Tal documento apresenta a concepção de educação que deve orientar o trabalho de assistentes sociais nessa política a partir das competências e atribuições que lhes permitam ocupar esses espaços e colaborar junto a outras categorias profissionais com o desenvolvimento de um projeto societário mais justo e igualitário. Tais possibilidades se fortalecem mediante a obrigatoriedade de contratação de profissionais da área de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, conforme estabelece a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, mas que ainda é dependente de mobilizações que assegurem a sua implementação e regulamentação.

Certamente, esse espaço sócio-ocupacional atravessado pelo processo de contrarreforma, tem impactado o trabalho das (os) assistentes sociais que compõem a força de trabalho das universidades federais, os quais lidam diretamente com os efeitos dos cortes nos orçamentos das universidades públicas federais, objeto de severas críticas do atual governo, que impõe limites aos tímidos avanços conquistados em governos anteriores. Contudo, vale salientar que esses espaços representam ainda uma parcela do mercado de trabalho com garantias trabalhistas e previdenciárias previstas pelo RJU, embora sob forte ameaça, proveniente do sistema econômico vigente.

A pesquisa permitiu conhecer o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA, evidenciando o caráter contraditório do Serviço Social na política social de educação, igualmente contraditória, considerando as determinações que favoreceram o seu

surgimento na sociedade capitalista, repercutindo nas requisições postas à profissionalização dessa categoria profissional nesse campo.

No tocante aos objetivos propostos, que versam sobre a caracterização da assistência estudantil promovida pela UFBA, através do instrumento para coleta de dados da pesquisa documental (Anexo A), foi possível identificar o órgão responsável pela execução das ações relativas à assistência estudantil nos três campi que compõem a estrutura organizacional da Universidade, bem como a força de trabalho disponível, suas condições, população atendida, serviços ofertados, dentre outros, para execução das suas prerrogativas legais.

Foi possível verificar a conformidade das ações com os eixos que constam no PNAES, mas também constatar sua insuficiência para atender ao volume de demandas apresentadas à instituição pela população usuária, o que determina o acionamento do Serviço Social para o trabalho de selecionar as (os) estudantes com maior nível de vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando a fragilidade do discurso de universalização, ao colocar em prática uma inclusão parcial, seletiva e focalizada, sustentada em medidas paliativas adotadas pelo governo.

Com relação ao objetivo de descrição do perfil profissional das (os) assistentes sociais que trabalham no campo da assistência estudantil, este foi alcançado mediante a utilização de questionários, os quais evidenciaram um espaço representado majoritariamente por mulheres negras, heterossexuais, solteiras, sem filhos e na faixa etária compreendida entre 30 e 49 anos. Em sua totalidade, realizaram o curso de graduação na rede privada de ensino, na modalidade presencial, e mais da metade das (os) profissionais possui a titulação em nível de mestrado, com salário variando entre cinco e sete salários-mínimos. Apresentam uma variação significativa quanto ao tempo de trabalho na instituição, variando entre quatro (04) meses e 42 anos, sendo 21 anos o maior período registrado de atuação na assistência estudantil.

Os dados empíricos permitiram a caracterização do perfil profissional das (os) trabalhadores, se aproximando dos sujeitos reais que desenvolvem o trabalho na instituição e sua trajetória pessoal e profissional, considerando esta uma contribuição valiosa à apreensão das concepções e interpretações destas (es) profissionais sobre a experiência do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional.

Vale ressaltar que não foi possível a realização de um levantamento mais aprofundado sobre a participação das (os) assistentes sociais no processo de trabalho coletivo realizado no âmbito da assistência estudantil na UFBA, em decorrência dos limites de acesso a documentos e pessoas, impostos pela suspensão das atividades presenciais na Universidade,

que pudessem direcionar a busca, bem como pela insuficiência de registros dessa natureza na instituição.

Quanto à análise das condições de trabalho, requisições, demandas e respostas profissionais acionadas nesse espaço sócio-ocupacional para execução das ações da assistência estudantil, a pesquisa possibilitou evidenciar como a experiência vivenciada por estas (es) trabalhadoras (es) ocorre mesmo diante da insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros para atendimento das demandas apresentadas pela população usuária que aciona a instituição. Essa principal demanda institucional está relacionada aos processos seletivos para acesso a auxílios, serviços e bolsas, que buscam atender parcialmente às demandas apresentadas pelo corpo discente, o que evidencia, mesmo num processo de expansão recente, um contexto de poucas oportunidades educacionais no ensino superior público federal.

Contudo, foi possível identificar como as (os) assistentes sociais têm apresentado respostas profissionais às demandas colocadas pela instituição nesse contexto: através do desenvolvimento de atividades voltadas para divulgação e orientações das ações do programa de assistência estudantil, reuniões, plantões sociais, visitas domiciliares, acompanhamento social, encaminhamentos, planejamento das ações relacionadas aos processos seletivos.

Desta maneira, foi possível confirmar o lugar estratégico que o Serviço Social ocupa para identificar as principais demandas da população usuária da assistência estudantil e as possibilidades de contribuição desta categoria profissional na concepção, elaboração e avaliação desta política, superando os limites da participação direta apenas no nível da execução das políticas sociais concebidas pelo Estado.

Constatou-se as dificuldades das (os) profissionais inseridas (os) nesse espaço sócio-ocupacional para ampliar o atendimento de demandas apresentadas pelas (os) estudantes e colocar em prática um projeto desenvolvido em parceria com outras categorias profissionais e mais alinhado às demandas da população usuária da política, o que inclui o desenvolvimento de atividades que contribuam para qualificar a participação efetiva da população usuária na gestão da política de assistência estudantil.

Cabe destacar como futuro desafio para próximas pesquisas, a investigação sobre a trajetória de participação e contribuições do Serviço Social na execução do programa de assistência estudantil da Universidade, bem como sobre a ampliação das possibilidades de intervenções profissionais que favoreçam um percurso acadêmico mais qualificado da

população usuária em suas dimensões pessoais e acadêmica, com repercussão na futura atuação profissional.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, 1996.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional:** um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2003.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2007. **Textos e Artigos...** Disponível em: http://www.cressmg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc. Acesso em 21 jun. 2021.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In:* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pósneoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (p. 01-13).
- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Universidades Federais patrimônio da sociedade brasileira.** Brasília: ANDIFES, 2017.
- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Quem quer parar as universidades federais?** Brasília: ANDIFES, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia:** Geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, Lucas Pinheiro. Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos? 2018. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo:** Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 23 nov. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete **Política social:** fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. *In:* CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. (p. 301-321).

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes sociais no Brasil**. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD; UnB, 2009.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2014.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. 3. ed. Brasília: CFESS, 1997.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Cartilha – Estágio Supervisionado**. Brasília: CFESS, 2013.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2011.

CONSTATINO, José Albuquerque. Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DAMASCENO, Heide de Jesus. Serviço Social na Educação: a intersectorialidade no exercício profissional do assistente social no IFBA. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

DOSSIÊ SOBRE O PROGRAMA FUTURE-SE DO GOVERNO/MEC E AS IMPLICAÇÕES PARA A UNIVERSIDADE. Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências; Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades/CRH – UFBA. Salvador, 2019.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz; MOREIRA, Uallace. Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras: a nova investida do banco mundial. **CEAS**, Salvador, v. 32, n. 242, p. 602-634, 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo, Cortez, 2009.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz (Orgs.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz. O trabalho do/a assistente social na educação no Nordeste. *In*: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz (Orgs.). **Panorama Da Inserção do/ Assistente Social na Política de Educação**. Salvador: EDUFBA, 2019. (p. 33-51).

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; DAMASCENO, Heide de Jesus (Orgs.). **O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação no Estado da Bahia**. Aracaju: Criação, 2018.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação: das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GAZOTTO, M, R. O trabalho do (a) Assistente Social na Assistência Estudantil: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região Sudeste do Brasil. 2019. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. *In*: SALES, M. A; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.) **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 261-295).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. **Tese** (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEPIKSON, Maria de Fátima Pessoa; ALMEIDA, Tâmara Leite Galvino de. A trajetória do curso de serviço social na Bahia: reflexões sobre a formação e o trabalho profissional. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, Brasília, 2019. **Anais...**
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/444>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos [et al]. **Serviço Social e Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (p. 01-26).

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. **Kátalysis**, Florianópolis, v. 22, n. 03, p. 513-524, 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2** [recurso eletrônico] Lukács; tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, R. P. de. Assistência Estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

MARI, Cezar Luiz de. Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 01, p. 167-190, 2009.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2014. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MARTINEZ, Nieves Bizarelo. O trabalho do assistente social em equipes pedagógicas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) sob a perspectiva de um trabalho multifuncional. 2020. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. A presença do Serviço Social na educação básica dos municípios paulistas. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 01, p. 179-216, 2009.

MARX, Karl. **O capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. *In*: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. (p. 513-529).

MOTA, E.; AMARAL, S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. *In*: ELISABETE, Ana (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a**

reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconômicos. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. (p. 481-496).

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos Conceituais para pensar a Política de Assistência Estudantil na atualidade. *In*: FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.). **Fonaprace: Revista Comemorativa 25 anos, histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU; PROEX, 2012. (p. 147-157).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social da Educação Superior. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos [et al]. **Serviço Social e Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (p. 113-131).

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. (p. 377-391).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Suzana Arroza (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre, 2002. (p. 24-38).

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 02, p. 427-437, 2021.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

SOUZA, Fabrícia Dantas de: O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, Brasília, 2019. **Anais...**

<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/444>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2010.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. (p. 69-102).

TESSARINI JÚNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patricia. A Flexibilização como Regra: o trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Encontro da Anpad – Enanpad, São Paulo, 44, 2020. **Anais...** Disponível em: http://anpad.org.br/eventos.php?cod_evento_edicao=106. Acesso em: 20 fev. 2021.

UNE – União Nacional dos Estudantes. **História da UNE**. 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 02, p. 599-616, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009. (p. 125-141).

Documentos e Legislação

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. **Constituição Federal de 1967**. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília-DF.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília-DF.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília-DF.

BRASIL. **Lei nº 11.191, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.

BRASIL. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005.** Brasília, DF.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília-DF.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993.** Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, DF.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006.** Dispõe sobre as condições éticas e físicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, DF.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Atribuições do Serviço Social na PROAE.** 2013. *(no prelo)*.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Comunicado PROAE nº 06/2020.** Medidas preventivas Covid-19. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Estatuto e Regimento Geral, de 02 de julho de 2010**. Disponível em: https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante completa um ano com grande demanda**. 2015. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/n%C3%BAcleo-de-aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-sa%C3%BAde-do-estudante-completa-um-ano-com-grande-demanda. Acesso em: 30 set. 2021.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 - 2022**. 2017. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/pdi>. Acesso em: 18 out. 2019.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Portaria do Gabinete da Reitoria nº 103/2020**. Dispõe sobre a suspensão das atividades na UFBA, devido à disseminação do novo coronavírus COVID-19. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Publicação de procedimentos da Assistência Estudantil**. 2016. Disponível em: <http://www.supad.ufba.br/publicacao-de-procedimentos-da-assistencia-estudantil>. Acesso em: 30 set. 2021.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Regimento Interno da Reitoria, de 13 de setembro de 2013**. Salvador-BA, 2013.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Resolução nº 01/04**. Prevê a reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do vestibular. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Resolução nº 04/99**. Regulamenta a Política de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil para a UFBA. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Resolução nº 05/06**. Cria a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Resolução nº 13/2013**. Regulamenta o processo de implementação e avaliação da flexibilização para ajuste de jornada de trabalho dos Servidores Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal da Bahia, cria a Comissão de Ajuste de Jornada (CAJ) e dá outras providências. Salvador, BA.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Edital PROAE nº 08/2021: Seleção Para Bolsa Promisões para Estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**. 2021. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_proae_no_08de2021_promisoes_pecg.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **UFBA em Números 2019 – ano base 2018**. 2019. Disponível em:

https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/ufba_em_numeros_30_09.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **A PROAE**. [s/d]. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/proae>. Acesso em: 01 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento para coleta de dados da pesquisa documental**Eixo: Unidade e população**

A unidade de serviço (instituição) é responsável por prestar que tipo de serviço.

Função social e legal no âmbito da política social.

Política social a qual está vinculada e como se insere na mesma.

Políticas sociais setoriais com as quais se articula formal e institucionalmente.

População-alvo da unidade.

População efetivamente atendida e critérios de elegibilidade.

População atendida pelo Serviço Social.

Eixo: Força de Trabalho

Profissionais que atuam na unidade.

Composição da equipe por: categoria, formação acadêmica, carga horária, dias de trabalho, modalidade de contratação, remuneração e função exercida.

Eixo: Condições de Trabalho

Descrever as instalações físicas e ocupação do espaço pelas(os) profissionais (dias, horários, rotinas, sistema de trabalho – plantão ou outro –, rodízios, atividades desenvolvidas).

Eixo: Divisão social e técnica do trabalho e cooperação

Descrever o fluxo de atendimento da população e indicar por quais profissionais ela passa e quais são as atividades das quais ela participa.

Descrever como está organizado o processo de trabalho coletivo indicando os momentos dos quais as (os) assistentes sociais participam. Elas (es) atuam sozinhas (os)? Atuam com outras (os) profissionais?

Indicar qual a lógica que organiza este processo de trabalho e como é justificado o relacionamento entre as (os) diferentes profissionais no fluxo de atendimento à população do ponto de vista técnico. O trabalho está organizado por área profissional, projetos, programas, setores, divisões, atividades, etc.? Pode ocorrer de o trabalho combinar mais de uma das possibilidades indicadas.

Eixo: Gestão técnica e administrativa da força de trabalho

Quem coordena o processo de trabalho coletivo do ponto de vista técnico e do ponto de vista administrativo? Existem setores, coordenações, projetos, programas, etc.?

APÊNDICE B – Questionário on-line**I PERFIL PROFISSIONAL****Identidade de Gênero:**

- Homem
 Mulher

Orientação Sexual:

- assexuada (o)
 bissexual
 heterossexual
 homossexual: Gay () () Lésbica
 pansexual.
 outro _____

Raça/Cor/Etnia:

- Amarela
 Branca
 Parda
 Preta
 Indígena

Estado Civil:

- Solteira(o)
 Casada (o)
 Separada (o)
 Divorciada (o)
 Viúva (o)

Idade:

- 20 - 24
 25 - 29
 30 - 34
 35 - 39
 40 - 44
 45 - 49
 50 anos ou mais

Renda pessoal mensal:

- Até 4 salários-mínimos
 De 5 a 7 salários-mínimos
 De 8 a 10 salários-mínimos
 Acima de 10 salários-mínimos

Possui filhos:

- Não
 Sim. Quantos _____

Ano de conclusão do curso: _____

Universidade: Pública Privada
 Ensino: Presencial À distância

Pós-Graduação: Não Sim

Maior titulação acadêmica:

- Graduação Especialização Mestrado
 Doutorado Pós-Doutorado Outro _____

A Pós-Graduação tem relação direta com a temática da assistência estudantil? (Se possuir)

Não

Sim

Tempo de trabalho na instituição: _____

Na assistência estudantil: _____

II CONDIÇÕES DE TRABALHO

Quais são as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social para atender as demandas?

Existe um projeto de intervenção específico do Serviço Social?

Quais são os instrumentos utilizados pelo Serviço Social?

Há planejamento do trabalho na equipe do Serviço Social?

Não

Sim

Em caso afirmativo, apresente em linhas gerais como se dá o planejamento fazendo referência a periodicidade, instrumentos utilizados, participação da chefia imediata, etc.)

Há procedimentos de avaliação sobre o trabalho da equipe?

Não

Sim

Em caso afirmativo, quais?

A infraestrutura da instituição, incluindo recursos humanos, materiais e estrutura física é suficiente para desenvolver as ações previstas na assistência estudantil no que diz respeito ao Serviço Social?

Qual a percepção sobre as suas condições éticas e técnicas para realização do trabalho na instituição, permite a realização de um trabalho qualificado, são adequadas? Descrever suas condições éticas e técnicas para realização do trabalho na instituição.

III REQUISIÇÕES, DEMANDAS E RESPOSTAS PROFISSIONAIS

Quais as principais demandas apresentadas pelas (os) estudantes ao Serviço Social?

Há acompanhamento as (aos) estudantes assistidas (os)? Em caso afirmativo, como ele é realizado? (Periodicidade, instrumentos e técnicas utilizados e no caso de participação de outras categorias, o que é específico ao assistente social)

Há reuniões periódicas com toda a equipe de profissionais?

() Não () Sim. Qual a frequência que ocorre? _____

Em caso afirmativo, dentre as opções abaixo relacionadas, quais as principais questões abordadas nas reuniões:

- () Planejamento
- () Insuficiência de cobertura dos programas/ações
- () Relacionamento interpessoal
- () Relacionamento com as (os) discentes assistidas (os)
- () Problemas no fluxo e distribuição das atividades
- () Outros _____

As questões, propostas e sugestões são incorporadas à rotina de trabalho?

Como você avalia os resultados do seu trabalho?

O Serviço Social tem conhecimento sobre o montante do orçamento destinado pelo MEC para execução do PNAES?

() Não () Sim

Em caso afirmativo, como se dá e em quais momentos?

Além das demandas requisitadas ao assistente social, há outras intervenções profissionais que a (o) assistente social pode desenvolver nesse espaço sócio-ocupacional?

() Não () Sim. Em caso afirmativo, quais?

Como você avalia a sua autonomia profissional?

Há registro histórico sobre o trabalho da (o) assistente social na instituição?

Não Sim

Em caso afirmativo, qual (ais)?

Quais os (as) principais programas/ações que exigem a participação direta da (o) assistente social na instituição?

Em qual programa (s) e/ou ação está vinculada (o)?

Exerce alguma função vinculada à gestão institucional?

Não Sim. Qual

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Instituto de Psicologia – IPS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “O trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da Universidade Federal da Bahia”, desenvolvida por Joelma Mendes dos Santos, discente do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dr^a Adriana Freire Pereira Férriz do Instituto de Psicologia da UFBA.

O objetivo geral do estudo é: Analisar o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil da UFBA.

O convite a sua participação se deve pela vinculação à UFBA como assistente social que realiza atividades profissionais no âmbito da assistência estudantil. Ressalta-se que para fins desta pesquisa adotar-se-á o entendimento de assistência estudantil as ações de apoio e acompanhamento as (aos) discentes, desenvolvidas por assistentes sociais, contemplando, desse modo, as (os) profissionais lotadas(os) em diferentes unidades na esfera da Universidade.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizada (o) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-la (o) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá no preenchimento de um questionário em formato eletrônico com perguntas abertas e fechadas que será enviado através de e-mail institucional. Não haverá gastos, nem tão pouco qualquer tipo de compensação financeira as (aos) participantes. O tempo estimado para preenchimento do questionário é de aproximadamente trinta minutos. As respostas aos questionários serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme Resolução 466/12.

Considera-se que o benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é de permitir apreender o trabalho das (os) assistentes sociais na assistência estudantil promovida pela UFBA e contribuir para o registro histórico do trabalho profissional realizado nesse campo, além de colaborar com a produção do conhecimento em curso sobre o Serviço Social na educação, dando visibilidade as suas contribuições na execução desta política. Ademais, as reflexões de ordem teórica que serão desenvolvidas ao longo do estudo e que, por sua vez, se relacionam com a operacionalização de um programa no âmbito da administração pública poderão contribuir para o aprimoramento do trabalho realizado pelas (os) assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil promovida pela UFBA.

Em relação aos riscos, considera-se que esta proposta de investigação apresenta riscos mínimos, em razão dos questionamentos apresentados terem como foco a descrição das atividades profissionais realizadas no ambiente de trabalho. Contudo, considera-se a possibilidade de que alguma questão cause dano emocional ao remeter a (o) participante a lembranças desagradáveis relacionadas ao espaço sócio-ocupacional e despertar sentimentos de medo, tristeza e angústia. No caso de alguma manifestação nesse sentido, a (o) participante será orientada (o) a acionar os serviços disponíveis na Universidade, para conhecimento e acompanhamento da situação. Aponta-se também para o risco de eventualmente a (o) participante sentir-se constrangida (o) em relação a alguma pergunta do questionário, por temer vazamento de dados, o que será minimizado com o anonimato do mesmo, sendo os dados de identificação das (os) participantes mantidos em sigilo.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados através de artigos científicos e na dissertação.

Decidindo por participar, solicitamos a leitura e assinatura deste termo de consentimento livre e esclarecido (em duas vias) rubricadas em todas as suas páginas pela pesquisadora responsável, assim como pela (o) convidada (o) a participante da pesquisa que comprova sua autorização para o uso das informações exclusivamente para a construção de produtos científicos, vinculados ao programa de pós-graduação, tais como: dissertação do curso, artigos científicos, apresentação e resumos em eventos. Informamos que ao final serão apresentados os resultados, em caráter de devolutiva, aos participantes. Deixamos cientes que você poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer fase da mesma, com exclusão das informações, sem qualquer penalização.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses das (os) participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA
Rua Aristides Novis, campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Nome e Assinatura da Pesquisadora – (pesquisadora do campo)

Contato com a pesquisadora responsável: Joelma Mendes dos Santos

Tel.:

E-mail:

Salvador, ___/___/_____

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome e Assinatura da (o) participante da pesquisa

APÊNDICE D – Organograma da UFBA

